

TALITA STORTI GARCIA

As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da
Gramática Discursivo-Funcional

São José do Rio Preto
2010

Talita Storti Garcia

**As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da
Gramática Discursivo-Funcional**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Orientadora: Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti

São José do Rio Preto
2010

Garcia, Talita Storti.

As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional / Talita Storti Garcia. - São José do Rio Preto : [s.n.], 2010.

176f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Erotilde Goreti Pezatti

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Gramática Funcional. 3. Concessão (Linguística).
4. Língua Portuguesa - Português falado. I. Pezatti, Erotilde Goreti.
II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81'1

TALITA STORTI GARCIA

As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática
Discursivo-Funcional

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Elena Martínez Caro
UCM – Universidad Complutense de Madrid

Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Profa. Dra. Flávia Bezerra Hirata Vale
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat
UFMG– Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Suplentes

Profa. Dra. Gisele Cássia de Souza
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
UEM – Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Taísa Perez de Oliveira
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

São José do Rio Preto
20 de maio de 2010

Dedico este trabalho aos meus pais,
Dulce e Moacir, fontes de apoio e
carinho. Sorriram e choraram comigo em
todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por toda força, coragem e oportunidade que Ele me ofereceu durante a elaboração deste trabalho e durante toda a minha vida;

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti, pela paciência, pelo incentivo e pelos conselhos trilhados com base na ética e na moral; por estar ao meu lado sempre;

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelos seis meses de bolsa PDEE durante o período de realização desta pesquisa na Espanha.

Aos funcionários do Ibilce, principalmente aos da Pós-Graduação, Rosemar e Silvinha, por me ajudarem a organizar a documentação para o pedido de bolsa PDEE;

À minha orientadora espanhola, Profa. Dra. Elena Martínez Caro, por todo apoio no exterior;

À Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattner pelo incentivo para que eu realizasse o estágio de Doutorado Sanduíche;

À Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos e à Profa. Dra. Gisele Cássia de Souza pelas contribuições no Exame de Qualificação;

A todos os professores do Grupo de Pesquisa em Gramática Discursivo-Funcional (GPGDF), em especial o Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho, pelas valiosas contribuições durante os encontros semanais do Grupo.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa em Gramática Discursivo-Funcional, em especial Norma, Joceli, Ana e Lis, pelas sugestões durante o decorrer desta pesquisa e pelo apoio durante o meu estágio no exterior;

Aos meus amigos de infância, em especial Daniela, Cássia, Luciana, por compreenderem a minha ausência;

Às minhas amigas da Faimi, Maria Teresa, Gábi, Anita, Moema e Gisela, por estarem ao meu lado em todos os estágios de elaboração desta Tese.

Aos meus alunos, por serem companheiros e amigos em todos os momentos;

A toda minha família, principalmente minha tia Lel, tio Anísio e tia Márcia, pelo apoio.

Ao Sr. Gouveia, Teresinha, Rui, Cássia e Luís Fernando, por todo apoio emocional antes, durante e depois da minha viagem ao exterior;

Ao meu namorado, Paulo, por “ser mais fiel a mim do que a ele próprio” no que diz respeito à minha trajetória acadêmica, por compreender as minhas longas horas de estudo e por me apoiar nas decisões mais difíceis durante a elaboração desta Tese.

À minha mãe, Dulce, ao meu pai, Moacir, e ao meu irmão, Jader, por todo amor incondicional; por suportarem a saudade intensa durante os seis meses que passei na Espanha e por compreenderem a minha ausência durante os anos do Doutorado.

“A palavra é o meu domínio sobre o mundo.”

Clarice Lispector

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 13
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	p. 20
1.1 A Gramática Funcional.....	p.24
1.2 A Gramática Discursivo-Funcional.....	p.27
1.2.1 A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional.....	p.33
1.2.2 Os níveis da Gramática Discursivo-Funcional.....	p. 35
1.2.2.1 Nível Interpessoal	p. 37
1.2.2.2 Nível Representacional.....	p.42
1.2.2.3 Nível Morfossintático	p.46
1.2.2.4 Nível Fonológico	p.51
CAPÍTULO 2: AS RELAÇÕES CONCESSIVAS NA LITERATURA	p. 54
2.1. O conceito de subordinação.....	p.55
2.2 As orações adverbiais.....	p.64
2.3 A concessão.....	p. 69
2.4 As concessivas na conversação.....	p.90
2.5 As conjunções concessivas	p.95
CAPÍTULO 3: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	p. 101
3.1 Tipo de conjunção	p.104
3.2 Tipo de camada	p. 104
3.3 Presença de Atos interativos	p. 107
3.4 Factualidade	p. 109
3.5 Identidade entre os participantes	p. 109

3.6 Forma verbal	p. 110
3.7 Posição	p. 111
3.8 Acidentes prosódicos	p. 112

CAPÍTULO 4: ANÁLISE QUANTITATIVA DOS RESULTADOS.....p. 114

4.1 Apesar de	p. 115
4.2 Apesar (de) que	p. 120
4.3 Embora	p. 122
4.4 Assim mesmo, mesmo assim e ainda assim	p. 126
4.5 Mesmo	p. 129
4.6 Mesmo que	p. 133
4.7 Por mais que	p. 136
4.8 Considerações parciais	p. 137

CAPÍTULO 5: ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS.....p. 142

5.1 Relação concessiva oracional	p. 143
5.1.1 Oração concessiva anteposta à principal	p.143
5.1.2 Oração concessiva posposta à principal	p. 147
5.1.3 Oração concessiva independente	p. 150
5.2 Relação concessiva não-oracional	p. 156
5.2.1 Sintagmas	p. 156
5.2.2 Advérbios	p. 158
5.3 As funções discursivas das relações concessivas	p. 159
5.4 Cline de sentencialização	p. 163

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Capítulo 1

- Figura 1: Modelo de interação verbal (DIK, 1989, p. 8).....p. 25
- Figura 2: Gramática Discursivo-Funcional como parte de uma teoria ampla da interação verbal (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 6).....p. 33
- Figura 3: Organização geral da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13).....p. 34
- Quadro 1: Categorias semânticas (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 136).....p. 44
- Figura 4: Correspondência entre Palavras Gramaticais e Palavras Lexicais (Adaptada de HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 401)p. 50

Capítulo 2

- Figura 5: Causatividade e concessividade (PASCH, 1992, apud KÖNIG e SIEMUND, 2000, p. 352)p. 76
- Quadro 2: Relações de sentido entre causal, condicional, concessiva e condicional concessiva (KÖNIG e SIEMUND, 2000, p. 342).....p. 77
- Quadro 3: Tipos de entidades (CREVELS, 2000a, p. 25).....p. 79
- Quadro 4: Terminologia níveis semânticos (CREVELS, 2000a, p. 29)p. 81

Quadro 5: Características formais das funções de *obwohl* (embora) (GÜNTNER, 2000, p. 453)p. 94

Quadro 6: Elos concessivos na Gramática Tradicional.....p. 97

Capítulo 4

Tabela 1: Conjunções detectadas no português falado.....p. 114

Quadro 7: Conjunções X Fatores de análise.....p. 141

RESUMO

O presente estudo investiga as relações de concessão, tanto oracional, como em “apesar de *ter arrumado uma namorada fixa* ele acabava ficando com ela” (AC-38-NR,110), quanto não-oracional, como em “não teria tido tanta culpa apesar da *sua falta de atenção...*” (AC-103-NE,88), no português falado no noroeste do Estado de São Paulo, do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008). O objetivo consiste em verificar se há distinções semântico-pragmáticas entre as várias conjunções que assinalam a relação concessiva, tendo como hipótese a de que essas diferenças podem estar relacionadas aos níveis e camadas propostos pela GDF. O universo de pesquisa consiste no *cópus* do Iboruna, o banco de dados do Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). Os resultados mostram que independentemente da forma, oracional ou sintagmática, há três tipos de relação concessiva em português. A distinção entre eles é expressa pela posição que a relação adverbial ocupa na linearização da sentença. Assim, relações concessivas antepostas à oração que tomam como escopo constituem proposições, ou seja, *constructos mentais* que só podem ser avaliados em termos de sua verdade. Já as estruturas concessivas pospostas ao seu escopo representam atos de fala, pois constituem unidades do comportamento comunicativo. Os dados revelam ainda um terceiro tipo de relação adverbial concessiva, que expressa a relação de interação entre os interlocutores, apresentando-se independentemente, como um *parêntesis* no avanço do discurso. Esses três tipos de relações estão intimamente ligados aos níveis e camadas da GDF: no primeiro caso, pertencem à camada mais alta do Nível Representacional, a do Conteúdo Proposicional; no segundo caso, constituem Atos Discursivos, e no terceiro, Moves. Esses dois últimos pertencem a camadas do Nível Interpessoal. Este estudo demonstra ainda que as conjunções introdutoras dessa relação adverbial tendem a se especializar para expressar os diferentes níveis e camadas: assim, Conteúdos Proposicionais tendem a ser introduzidos por *apesar de* e *mesmo*; Atos são geralmente iniciados por *apesar de*; já Moves são antecidos por *apesar que*, *embora* e *mesmo que*.

Palavras-chave: concessão, Gramática Discursivo-Funcional, português falado.

ABSTRACT

The present study investigates the concession relations, both clausal, as in “*apesar dele ter arrumado uma namorada fixa ele acabava ficando com ela*” (AC-38-NR,110), and non-clausal, as in “*não teria tido tanta culpa apesar da sua falta de atenção...*” (AC-103-NE,88) in spoken Portuguese language from northwestern São Paulo State, under the lights of the Functional Discourse Grammar (GDF), proposed by Hengeveld and Mackenzie (2008). The objective of this study is to check whether there are semantic-pragmatic distinctions among the many conjunctions that convey an idea of concession, using as a hypothesis the fact that these distinctions may be related to the levels and layers proposed by the GDF. The research universe is consisted of the Iboruna corpus – the database from the ALIP Project (Norwestern São Paulo State Linguistics Sample). The results show that there are three types of concessive relation in the Portuguese language, regardless of the form (clausal or non-clausal). The difference among them is expressed by the position of the adverbial relation in the sentence linearization. Therefore, concessive relations placed before the scope phrase establish propositions, *i.e.*, mental constructions that can only be evaluated on what concerns their truth. When it comes to the concessive structures proposed to the scope, they represent speech acts because they form units of the communicative behavior. The data also reveals a third type of concessive adverbial relation which expresses the interaction relation among the speakers, and functions independently, as do parentheses in the speech progress. These three types of relations are closely related to the GDF levels and layers: on the first case, they belong to the higher layer of the Representational Level (Contents Propositional); on the second case, they make Discourse Acts, and on the third level, Moves. The last two cases belong to the Interpersonal Level. This study also demonstrates that these adverbial relations introductory conjunctions tend to improve in order to express the different levels and layers: therefore, Contents Propositional tend to be introduced by *apesar de* and *mesmo*; Acts are usually started by *apesar de*, and Moves are preceded by *apesar que*, *embora* and *mesmo que*.

Keywords: Concession; Functional Discourse Grammar, Spoken Portuguese.

INTRODUÇÃO

Esta tese trata das relações de concessão no português brasileiro falado, como por exemplo:

- (1) *apesar dele ter terminado com a Silvia* ele continuava ficando com ela... né?
(AC-38-NR,110)

em que se nota a oração concessiva *apesar dele ter terminado (o relacionamento) com a Silvia*.

A maioria das Gramáticas Tradicionais define as orações concessivas com base em critérios sintáticos e semânticos. Os critérios sintáticos dizem respeito à classificação da concessiva como oração subordinada adverbial, pois exerce a função sintática de adjunto adverbial. Já os critérios semânticos se referem à dependência existente entre a oração concessiva e a principal para que haja sentido completo.

A maioria dos gramáticos afirma que as relações de concessão ocorrem somente com orações; poucos são os que mencionam a relação de concessão dada pelos advérbios concessivos. No português falado, no entanto, observamos um número considerável de construções concessivas realizadas não só por meios oracionais, mas também por meios não-oracionais. A ocorrência (2) a seguir apresenta uma construção em que o sintagma “as dificuldades”, introduzido pela conjunção “apesar de”, constitui uma concessão.

- (2) a gente soube até recentemente de uma:: uma menina de catorze anos ficou grávida e o bebê vai ser anãozinho... e o medico falou que era por causa da formação né?...((Doc.: uhum)) o corpo envi::a tinha que enviar vitaminas pra duas pessoas né e ele num tinha toda a capacidade e as nossas filhas nasceram perfeitas né? então a gente sempre encara eu procuro encarar assim **apesar das dificuldades** porque o casamento traz alegri::as e traz tribulação também ... (AC-64-RO,138)

Neves (1999), de uma perspectiva linguística, abordou as orações de concessão no português falado utilizando dados extraídos do *córpus mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado (PGPF)*, extraído do NURC. Neste estudo, a autora afirma que devemos considerar a natureza argumentativa de uma construção concessiva. Na concessão argumentativa se ligam segmentos de domínio epistêmico e de atos de fala (propostos em Sweetser (1990)), em que dois argumentos conduzem a conclusões implícitas contrárias.

Devido à complexidade das relações de concessão e da falta de estudos sobre as concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional julgamos que há a necessidade de investigações mais detalhadas sobre esse tema.

Tendo em vista a diversidade de conjunções dadas pelos gramáticos tradicionais para expressar uma relação concessiva - *embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, bem que, se bem que, por mais que, por menos que, apesar de que, nem que*, etc. (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 587) - nosso objetivo geral é investigar as relações de concessão no português falado no noroeste do estado de São Paulo, Brasil.

O objetivo específico deste estudo é verificar se há uma diferença semântico-pragmática entre as várias conjunções que assinalam a relação concessiva, tendo como hipótese principal a de que essa diferença está relacionada aos níveis e camadas propostos pela Gramática Discursivo-Funcional, já que, segundo Crevels (1998 e 2000b), o uso de diferentes conjunções para expressar o mesmo tipo de relação adverbial em determinada língua é atribuído à existência de níveis semânticos distintos de distribuição e de classificação das orações.

Hengeveld (1998), com base em Lyons (1977), classifica os tipos semânticos de orações adverbiais com base nos tipos de entidades que elas designam. Valendo-se disso, Crevels (2000a, p. 25), propõe seis diferentes tipos de entidades. A entidade de primeira

ordem é avaliada em termos de sua existência; a de segunda ordem, em termos de sua realidade; a de terceira ordem, em termos de sua verdade; a de quarta ordem, em termos de felicidade (do ato de fala); a de quinta ordem, em termos de sua continuidade temática; a de sexta ordem, em termos de sua coerência textual. Crevels (2000b, p. 316) apresenta também a entidade de zero ordem, avaliada em termos de sua aplicabilidade.

Segundo Crevels (2000b, p. 316), as entidades de zero ordem não podem ser realizadas por orações adverbiais concessivas. As entidades de primeira e de sexta ordem tampouco podem ser realizadas por orações adverbiais concessivas, pois as de primeira não podem ser expressas por meios oracionais e as de sexta não são apropriadas às concessivas (CREVELS, 2000a, p. 26).

A partir dessa proposta, Crevels (2000a, 2000b) adere à terminologia dos níveis semânticos propostos por Sweetser (1990) e pela Gramática Funcional (DIK, 1989, 1997a, 1997b), de que decorre a classificação das concessivas em:

- (i) Concessivas de conteúdo (2ª ordem):
We're going for a walk although it's raining. (CREVELS, 2000a, p. 26)
'Nós estamos saindo para caminhar, *embora esteja chovendo.*
- (ii) Concessivas epistêmicas (3ª ordem):
John is not at home, although his car is parked in front of the house.
(CREVELS, 2000a, p. 26)
'João não está em casa, *embora seu carro esteja estacionado em frente de sua casa.*'
- (iii) Concessivas de atos de fala (4ª ordem):
Even though I am calling you a bit late, what are your plans for this evening?
(CREVELS, 2000a, p. 26)
'*Ainda que eu esteja te telefonando um pouco tarde, quais são seus planos para esta noite?*'

- (iv) Concessivas textuais (5ª ordem):

I speak and write Serbian, Albanian, Turkish and Dutch, but I cannot express my true feelings in any other language than Romani. Although now that I come to think of it, I have done it many times... (CREVELS, 2000a, p. 26)

‘Eu falo e escrevo servo, albanês, turco e holandês, mas eu não posso expressar meus verdadeiros sentimentos em outra língua a não ser o romano. *Embora agora eu esteja pensando que eu fiz isso várias vezes*’.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), já do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional, a concessão é uma função retórica de um Ato subsidiário, no Nível Interpessoal. A função retórica consiste em uma relação de dependência entre dois Atos, um Nuclear e outro Subsidiário, como segue em (3) e sua representação em (3’), conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 54):

- (3) *The work was fairly easy, although it took me longer than expected.*
 ‘O trabalho foi razoavelmente fácil, embora levasse mais tempo que o esperado.’
- (3’) (M_I: [(A_I: -the work was fairly easy- (A_I)) (A_J: - it took me longer than expected- (A_J))_{Conc}] (M_I))

A posição da relação concessiva com relação à oração que toma como escopo, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 55), é extremamente relevante para a classificação em Níveis e camadas, pois, ao contrário de (3), quando a relação de concessão ocorre antes da oração principal, essa relação é constituída entre dois Conteúdos Proposicionais (Nível Representacional), como mostra o exemplo dos autores em (4) a seguir:

- (4) *Although the work took longer than expected it was easy.*
 ‘Embora o trabalho levasse mais tempo que esperado, foi fácil.’

Tendo em vista as afirmações de Hengeveld e Mackenzie (2008) e a nossa proposta de pesquisa, verificaremos, neste estudo, a aplicabilidade da Teoria da Gramática Discursivo-Funcional ao português, a fim de responder às seguintes perguntas:

- Quais os mecanismos utilizados em português para expressar a relação concessiva? Tanto por meio de sintagmas quanto de oração?

- As relações concessivas podem ser introduzidas por meio de conjunção simples (*embora e mesmo*); complexas (*apesar de, apesar que, por mais que e mesmo que*); ou sem operador?

- Pode a relação concessiva modificar qualquer camada de qualquer nível?

Levaremos em consideração, nesta pesquisa, somente as concessivas introduzidas por conjunções concessivas, isto é, não abordaremos aquelas introduzidas por *mas*, como incluem alguns autores (CREVELS, 2000a, KÖNIG, 1994). König (1994) denomina esse tipo de oração de *concessiva retórica*, conforme exemplifica (5):

(5) True he is still very young, but he has proved very reliable so far. (KÖNIG, 1994, p. 681).
 ‘É verdade que ele é muito jovem, mas ele provou ser muito confiável até agora’.)

Esta investigação se faz importante porque contribui para o conhecimento e mapeamento tipológico das construções adverbiais em todas as línguas, um estudo já iniciado por Crevels (1998), Pérez Quintero (2002) e Hengeveld (1998, apud AUWERA, 1998) nas línguas europeias.

Nosso universo de pesquisa é constituído pelo cópulus Iboruna, o banco de dados do Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista), que foi idealizado, em 2004, pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF) da Unesp, câmpus de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Brasil, e coordenado pelo Professor Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP/São José do Rio Preto). Esse projeto foi elaborado a fim de fazer um mapeamento da variedade linguística de algumas cidades do noroeste paulista que se localizassem próximas a São José do Rio Preto.

Esse Iboruna é constituído por duas diferentes amostras: a primeira é a Amostra de Interação (AI), em que são gravados diálogos entre dois informantes; o segundo tipo é a Amostra Censo (AC), em que é produzida uma conversação entre entrevistador e informante, formada pelos seguintes tipos de textos: (i) Narrativa de experiência (NE); (ii) Narrativa recontada (NR); (iii) Descrição (DE); (iv) Relato de procedimento (RP) e (v) Relato de opinião (RO).

Selecionamos, para este estudo, todos os inqueritos da Amostra Censo (AC), em que os diálogos entre documentador e informante são mais desenvolvidos, com tópicos discursivos mais complexos, do que os da Amostra de Interação. Todas as gravações foram ouvidas para desfazer possíveis equívocos de classificação causados quando se efetua somente a leitura das transcrições. O levantamento de dados conta com um total de 160 ocorrências de relações concessivas.

Este trabalho contém cinco capítulos. No primeiro, denominado “Fundamentação Teórica”, descreve os princípios da Teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) que fundamentam nossa pesquisa.

O segundo capítulo, denominado “As relações concessivas na literatura”, aborda o conceito de subordinação e de concessão na literatura existente. Além disso, apresenta um quadro das conjunções concessivas do português consideradas por alguns autores brasileiros.

O terceiro capítulo, intitulado “Procedimentos Metodológicos”, apresenta os procedimentos seguidos para o levantamento de dados, o universo de pesquisa e os fatores utilizados para a análise.

No quarto capítulo, denominado “Análise Quantitativa dos resultados”, descreve-se a relação concessiva no português falado, tomando como ponto de partida o tipo de conjunção que introduz essa relação.

No quinto e último capítulo, denominado “Análise Qualitativa dos resultados”, apresentamos a análise das concessivas de acordo com o arcabouço da Teoria da Gramática Discursivo-Funcional, relacionando-as aos níveis e camadas propostos pela teoria.

As “Considerações Finais”, última parte deste estudo, retoma os principais resultados obtidos com a análise, ressaltando a contribuição deste estudo para a descrição do português falado e para a Teoria da Gramática Discursivo-Funcional.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste primeiro Capítulo justificaremos a teoria adotada e abordaremos os principais conceitos teóricos que fundamentam nossa pesquisa.

A escolha pela abordagem funcional adotada para este estudo se justifica pela necessidade de encontrar uma teoria que considere a língua em situações reais de comunicação, uma vez que nosso corpus de análise consiste em dados retirados de contextos efetivos de interação verbal.

O Funcionalismo se opõe ao Gerativismo. As teorias gerativistas (CHOMSKY, 1965) consideram a linguagem como um objeto abstrato de estudo que deve ser analisado independentemente de seu uso. Diferentemente, o Funcionalismo considera princípio fundamental subordinar o estudo do sistema linguístico ao uso (NEVES, 1997). Como consequência deste, deriva-se outro princípio baseado na relação entre linguagem e contexto social: a necessidade de descrever expressões verbais relativamente ao seu funcionamento em contextos sociais específicos (BUTLER e HENGEVELD, 2009). O Funcionalismo, portanto, “deve ser entendido aqui como uma teoria de análise linguística que se baseia na crença de que as propriedades linguísticas discursivas são adaptadas aos propósitos comunicativos do falante durante o processo da interação verbal” (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 26)¹.

¹ “Functionalism here refers to an approach to linguistic analysis that is based on the belief that the properties of linguistic utterances are adapted to those communicative aims which the language user, in interaction with other language users, seeks to achieve by using those utterances.” (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 26)

O Funcionalismo apresenta como principal característica a sistematização das estruturas linguísticas levando em conta a sua *função*. De acordo com Pezatti (2004), a perspectiva funcional já se manifestava, na década de 1920, na Escola Linguística de Praga, período em que Roman Jakobson estendeu a noção de função da linguagem, restrita apenas à referencial na teoria estruturalista, a outras funções que levam em conta os participantes da interação, como a emotiva, a conativa e a fática, e a outros fatores da comunicação, como a mensagem (função poética) e o próprio código (função metalinguística).

A principal e mais abrangente doutrina do Funcionalismo consiste em analisar a língua como primeiro e mais importante meio de comunicação humana em contextos psicológicos e socioculturais, fato que determina a visão de como a língua deve ser modelada (BUTLER, 2005b).

Há, portanto, um forte consenso entre os funcionalistas (MARTÍNEZ CARO, 1995): o sistema linguístico não é um sistema autônomo e independente, mas sim condicionado, pelo menos em partes, por fatores do contexto extralinguístico.

Segundo Butler (2003a, 2003b), há três importantes vertentes funcionalistas de acordo com Butler (2003a, 2003b): (i) a *Gramática Sistêmico-Funcional*² (HALLIDAY e MATTHIESSEN 2004, apud BUTLER, 2003b); (ii) a *Gramática de Papel e Referência*³ (VAN VALIN e LA POLLA, 1997 apud BUTLER, 2003b) e (iii) a *Gramática Funcional*⁴ (DIK, 1980, 1989, 1997a, 1997b). A primeira vertente, a Gramática Sistêmico-Funcional, apresenta o *texto* como principal objeto de estudo e focaliza as descrições de línguas particulares. A segunda perspectiva, a Gramática de Papel e Referência, aproxima-se fortemente da teoria formalista, focalizando a unidade sintática da oração como objeto principal de análise. A terceira vertente, a Gramática Funcional apresenta a oração como uma

² *Systemic-Functional Grammar* (SFG)

³ *Role and Reference Grammar* (RRG)

⁴ *Functional Grammar* (FG)

unidade máxima de análise, e sua principal característica é a análise da oração como estrutura em camadas.

Essas três vertentes são consideradas “funcionais-estruturais”, segundo Butler (2008), ou seja, atentam-se para a função e também para a estrutura das unidades linguísticas.

Existe ainda, de acordo com Butler (2005b), uma quarta e última vertente, o Funcionalismo da Costa Oeste⁵ dos Estados Unidos, que, segundo o autor, é a vertente funcionalista mais radical do *spectrum* do Funcionalismo. Os pesquisadores desse grupo (BYBEE e SCHEIBMAN, 1999; BARLOW e KEMMER, 2000; BYBEE, 2001; HOPPER, 2001; THOMPSON, 2002 e GIVÓN, 1995, apud BUTLER, 2005b) estão envolvidos com o que vem sendo conhecido por “teorias da linguagem baseadas no uso”, que se caracteriza por sustentar que as representações linguísticas da gramática são estreitamente relacionadas às manifestações concretas do uso, podendo, em última instância, ser extraídas desse uso concreto; em outras palavras, essa vertente enfatiza de modo estrito o uso e sua função e tende a ignorar as estruturas linguísticas e suas formalizações. Acrescentamos que essa vertente não constitui uma gramática da língua efetivamente, ou seja, um modelo gramatical que abarque a língua, mas sim uma teoria da linguagem (MARTÍNEZ CARO, 2009, comunicação pessoal⁶).

A Gramática Funcional de linha holandesa (DIK, 1989, 1997a, 1997b) é a base para o desenvolvimento da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008). Ambas trabalham “com a hipótese de que grande parte das categorias formais podem ser explicadas se levarmos em conta suas correspondências com as categorias semânticas e pragmáticas inerentes à comunicação humana” (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008).

Uma das diferenças básicas entre essas duas teorias consiste no fato de que a Gramática Discursivo-Funcional apresenta como unidade máxima de análise o *Ato*

⁵ *West Coast Functionalism*

⁶ Tema discutido com a Profa. Dra. Elena Martínez Caro, na Universidade Complutense de Madrid, em março de 2009.

Discursivo, e não a *oração*, como fazia a Gramática Funcional, dentre outras distinções que serão apresentadas no decorrer deste capítulo.

A Gramática Discursivo-Funcional é a base teórica que fundamenta a presente pesquisa, pois é uma teoria que apresenta como objetivo descrever e, na medida do possível, explicar as propriedades formais (sintáticas, morfológicas e fonológicas) do Ato Discursivo a partir da perspectiva funcional. Com isso, entendemos que essa teoria pode responder nossas perguntas de pesquisa.

Um aspecto importante dessa teoria é que ela é capaz de fornecer um modelo para a enunciação e para a comparação dos universais da linguagem (em termos absolutos e estatísticos) e também oferecer um modelo coerente para uma descrição das línguas que alimentam as pesquisas tipológicas (HENGEVELD e MACKENZIE, 2009).

A Gramática Discursivo-Funcional, dessa forma, concebe que as línguas podem ser representadas formalmente e que essa representação formal reflete categorias semânticas e pragmáticas, o que faz com que seja considerada uma teoria funcional-estrutural (BUTLER, 2003a, 2003b) que focaliza a relação entre a função e sua estrutura. Isso faz com que essa teoria se localize entre o formalismo estrito e o funcionalismo radical.

Os formalistas radicais estão fortemente comprometidos com a existência de estruturas mentais, fundamentos que são caracterizados como inatos. Esses teóricos não levam em conta os aspectos pragmáticos e semânticos que governam a produção da fala, ou seja, consideram as expressões linguísticas independentemente de seu uso. Os funcionalistas radicais, por sua vez, tendem a negar a realidade cognitiva das estruturas linguísticas e veem as formas linguísticas como manifestações efêmeras, por parte dos usuários da língua, de tentar atingir seus propósitos comunicativos (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 26).

Para apresentar os pressupostos teóricos relevantes para esta pesquisa, trataremos primeiramente de alguns princípios da Gramática Funcional (doravante GF) de Dik (1989,

1997a 1997b), que se mantiveram como princípios norteadores da Gramática Discursivo-Funcional⁷ (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008).

1.1 A Gramática Funcional

Segundo Dik (1989, 1997a), há três importantes padrões de adequação para a teoria da Gramática Funcional:

- (i) **Adequação tipológica:** a teoria deve conseguir explicar as estruturas gramaticais de todas as línguas naturais existentes, explicando também as similaridades e as diferenças de cada uma delas;
- (ii) **Adequação pragmática:** a teoria deve apresentar um grau de adequação pragmática suficiente para explicar as propriedades das expressões linguísticas relevantes para as regras e princípios que governam a interação verbal;
- (iii) **Adequação psicológica:** a teoria deve relacionar-se o mais intimamente possível a modelos psicológicos de competência linguística e comportamento linguístico, ou seja, processos de produção e de interpretação, respectivamente.

A produção das expressões linguísticas, de acordo com Dik (1989), na interação social por meio da linguagem, depende de três fatores:

- (i) da intenção do falante;
- (ii) da sua capacidade pragmática;
- (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário.

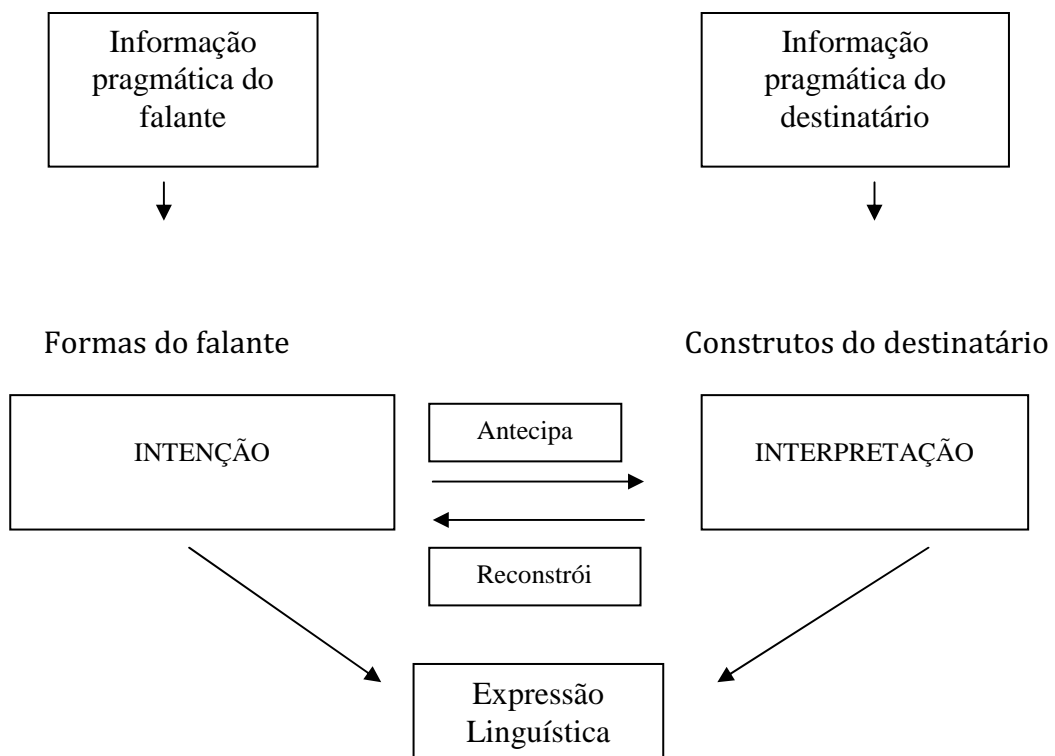
⁷ *Functional Discourse Grammar* (FDG) foi inicialmente traduzida no Brasil por “Gramática Funcional do Discurso”, termo que poderia trazer uma ideia de que se tratava de um estudo do discurso e não das funções do discurso, como realmente se apresenta, por isso foi substituída por “Gramática Discursivo-Funcional”.

A interpretação do destinatário, por seu lado, depende:

- (i) da expressão linguística;
- (ii) da sua informação pragmática;
- (iii) de sua conjectura sobre a intenção que o falante tenha tido.

Com base nesses fatores responsáveis pela interação, Dik (1989) propõe um modelo de interação verbal, representado na figura (1) a seguir, com o objetivo de equacionar o papel da expressão linguística na comunicação.

Figura 1: Modelo de interação verbal (DIK, 1989, p.8)



De acordo com esse modelo, o falante e o destinatário dispõem de uma grande quantidade de informação pragmática, que são crenças, conhecimento de mundo e

conhecimento partilhado. Quando o falante elabora um enunciado, sua intenção é a de modificar de algum modo a informação pragmática de seu ouvinte. Para isso, o falante deve ter algum tipo de intenção comunicativa, um tipo de plano mental relacionado à modificação que deseja causar no destinatário. O desafio do falante é formular sua expressão linguística a fim de conseguir a modificação desejada. Para isso, o falante antecipa a interpretação que o destinatário possa atribuir à expressão linguística. O destinatário, por outro lado, interpreta a expressão linguística produzida com base na informação pragmática de que dispõe e na avaliação que faz sobre seu interlocutor, tentando, dessa forma, chegar à reconstrução da intenção comunicativa do falante.

É importante ressaltar que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida, pela expressão linguística. Portanto, a expressão linguística é um produto da intenção do falante, da sua informação pragmática e de sua antecipação da interpretação do ouvinte; enquanto a interpretação do destinatário é uma função da expressão linguística, de sua informação pragmática e de sua conjetura sobre a qual possa ter sido a intenção do falante.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2005), já na visão da Gramática Discursivo-Funcional, a *oração* não pode ser considerada a unidade máxima de análise, como propunha Dik (1989, 1997), pois os falantes não se comunicam por orações isoladas, mas sim por meio do encadeamento de orações e por meio de processos de referências denominados *discurso*.

Dessa forma, a Gramática Discursivo-Funcional se apresenta como uma remodelação da Gramática Funcional. Ao mesmo tempo que mantém os pressupostos básicos da GF no que diz respeito às formalizações das estruturas, expande seu escopo. De acordo com os autores da teoria, a GDF deixa mais clara a relação entre a instrumentalidade do sistema linguístico na criação e na manutenção das relações comunicativas (adequação pragmática) e amplia as

restrições cognitivas gerais de interpretação e de produção do discurso (adequação psicológica).

A seguir passaremos a relatar os principais conceitos da Gramática Discursivo-Funcional.

1.2 A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2005), é uma nova versão da Gramática Funcional, pois entende-se que esse novo modelo pode explicar os fenômenos que envolvem interações os entre níveis pragmático, semântico e morfossintático.

Ainda segundo esses autores, a GDF concebe o usuário da língua como conhecedor das unidades formais e funcionais e também como conhecedor da maneira de combinar essas unidades. Esse conhecimento apresenta um amplo grau de estabilidade, a ponto de poder ser comparado entre várias línguas.

Por essa razão:

“a GDF é uma teoria capaz de oferecer um arcabouço para a enunciação e para a comparação dos universais linguísticos, tanto absolutos quanto estatísticos, e oferecer um modelo coerente para o tipo de descrição linguística que alimenta as pesquisas tipológicas”⁸. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2009).

⁸ “FDG is a theory that is capable of providing a framework for the enunciation and comparison of language universals (both absolute and statistical) and of offering a coherent model for the kind of language description that feeds into typological investigations” (HENGEVELD e MACKENZIE, 2009).

Podemos dizer, portanto, que “a tipologia linguística, o estudo dos princípios subjacentes à variação entre as diferentes línguas do mundo, é uma das principais fontes de inspiração para a GDF”⁹ (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 31).

A Gramática Discursivo-Funcional, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008):

- (i) estrutura os níveis de análise de cima para baixo (*top-down*); ou seja, inicia a sua organização partindo da representação das manifestações linguísticas da intenção do falante no nível interpessoal e, gradualmente, desce até o nível fonológico;
- (ii) considera o Ato Discursivo como unidade básica de análise. Isso faz com que se considere o discurso, ao invés da sentença, tratando-se tanto de atos discursivos maiores quanto menores do que a oração;
- (iii) diferencia níveis de organização linguística: o interpessoal, o representacional, o morfossintático e o fonológico;
- (iv) modela a competência gramatical de um usuário da língua. Isso é representado pelo componente gramatical, ao lado dos componentes conceitual, contextual e de saída;
- (v) estrutura cada nível de organização linguística hierarquicamente.

A GDF pode ser chamada de modelo funcional da linguagem porque captura a estrutura de uma unidade linguística em termos das palavras que ela descreve e as intenções comunicativas com que são produzidas, ou seja, em termos de *funções* representacionais e interpessoais.

A seguir, com base em Hengeveld e Mackenzie (2008), explicaremos as principais características da GDF:

⁹ “Linguistic typology, the study of the principles underlying variation across the languages of the world, is an essential source of inspiration for FDG” (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 31)

- (i) Organização *top-down*: a GDF começa pela intenção do falante e trabalha em direção à articulação. Isso se deve ao fato de que a teoria assume que o modelo teórico será mais efetivo se obedecer ao processo de produção individual, já que os estudos psicolinguísticos mostram claramente que o processo de articulação da fala é um processo *top-down*, que começa pela intenção e termina na articulação da expressão linguística (HENGEVELD e MACKENZIE, 2009).
- (ii) A organização *top-down* foi elaborada em função da adoção do Ato Discursivo como unidade de análise, e não mais as orações, pois a Gramática Discursivo-Funcional entende que a unidade mínima do discurso pode ser uma interjeição, uma interpelação, como demonstram os exemplos dados por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 4) a seguir: (1) Um doce. (para a pergunta “O que você está comendo?; (2) Parabéns; (3) Oh João!. Um Ato Discursivo pode se manifestar na forma de orações, fragmentos de orações, locuções ou palavras. Os Atos Discursivos, quando combinados, formam Moves¹⁰. O Move é definido por Kroon (1997 p. 20) “como a unidade mínima livre do discurso, capaz de participar de uma estrutura de interação”¹¹. Um único Move pode conter mais de um Ato Discursivo, que, segundo Kroon (1997, p.20), “consiste na menor unidade identificável do comportamento comunicativo”¹².
- (iii) A GDF diferencia quatro níveis de organização linguística: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico. Os níveis Interpessoal e

¹⁰ Neste trabalho optamos pelo uso do termo *Move* em inglês, daqui em diante sem itálico, devido à dificuldade de tradução do mesmo para o português, já que não encontramos uma palavra na língua portuguesa que expresse exatamente o que esse termo significa.

¹¹ “Move is defined as minimal free unit of discourse that is able to enter into an exchange structure.”

¹² Acts [...] can be defined as the smallest identifiable units of communicative behavior”

Representacional são responsáveis pela *Formulação*¹³ e os Níveis Morfossintático e Fonológico são responsáveis pela *Codificação*¹⁴. A *Formulação* se relaciona às regras que determinam qual constituinte será válido nas representações semânticas e pragmáticas subjacentes. É um fenômeno funcionalmente motivado (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.2). Já a *Codificação* se relaciona às regras que convertem as representações semânticas e pragmáticas em representações morfológicas e fonológicas. Ao contrário da *Formulação*, é um fenômeno arbitrário (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.2).

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), uma das razões para a existência desses quatro níveis é a possibilidade de haver referência anafórica de um para qualquer outro. Isso significa que esses quatro níveis deveriam ser avaliados como antecedentes potenciais nas representações subjacentes, conforme podemos notar nos exemplos dados pelos autores:

1. Nível interpessoal:
 - A. Get out of here!
'Saia daqui!'
 - B. Don't talk to me like **that**!
'Não fale **assim** comigo!'

2. Nível Representacional:
 - A. There are lots of traffic lights in this town.
'Há muitos semáforos nessa cidade!'
 - B. I didn't notice **that**.
'Eu não notei **isso**!'

¹³ A operação da *Formulação* envolve três processos interligados: (i) a seleção dos *frames* apropriados para os níveis Interpessoal e Representacional; (ii) a inserção dos lexemas apropriados para esses frames; (iii) a aplicação dos operadores representando as distinções gramaticais pedidas na análise subjacente da língua (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.2);

¹⁴ A operação da *Codificação* envolve três processos interligados: (i) a seleção dos *templates* apropriados para os níveis Morfossintático e Fonológico; (ii) a inserção de morfemas gramaticais livres; (iii) a aplicação dos operadores que exercem seus papéis no processo de articulação na produção do ato de fala (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.2).

3. Nível Morfossintático:

- A. I had “chuletas de cordero” last night.
 ‘Eu fiz “chuletas de cordeiro” ontem à noite’.
- B. Is **that** how you say “lamb chops” in Spanish?
 ‘É **assim** que se diz “lamb chops” em espanhol?’

4. Nível Fonológico:

- A. I had /tʃuˈletasdekorˈdero/ last night.
 ‘= Eu fiz tʃuˈletasdekorˈdero/ ontem à noite.’
- B. Shouldn’t **that** be /tʃuˈletasdeθorˈdero/?
 ‘Não deveria ser **assim** /tʃuˈletasdeθorˈdero/?’

Os autores (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 5) explicam que em (1B), o elemento anafórico *that* (*assim*) se refere à **estratégia comunicativa** escolhida pelo falante A, o que é indício da presença do Nível Interpessoal na representação subjacente de (1A). Em (2B), por sua vez, *that* (*assim*) se refere a uma situação **no mundo externo** que foi descrita em (2A).

Já em (3B) e em (4B), as diferenças anafóricas se explicam por serem de natureza metalinguística. Em (3B) *that* (*assim*) não se refere à entidade descrita por “chuletas de cordero”, mas sim à locução “chuletas de cordero” em si. Essa locução é uma unidade morfossintática, o que nos leva à conclusão de que esta locução está presente na estrutura subjacente e pode, portanto, funcionar como um antecedente para a referência anafórica. Essa mesma linha de raciocínio pode ser aplicada à referência anafórica de (4B), com a diferença de que, neste caso, o antecedente é uma unidade fonológica, e não uma unidade morfossintática.

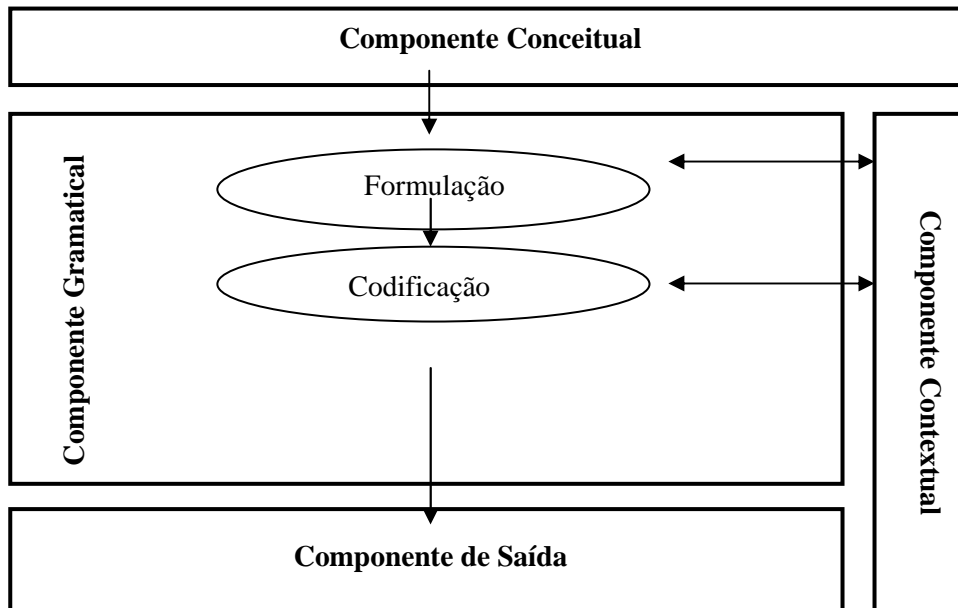
A partir desses fatos, conclui-se que a representação subjacente de um ato de fala contém quatro níveis de organização: o Nível Interpessoal (relacionado à pragmática), o Nível Representacional (relacionado à semântica), o Nível Morfossintático (relacionado à morfossintaxe) e o Nível Fonológico (relacionado à fonologia), sendo todos eles de natureza puramente linguística. Enfatizamos ainda que o Nível Interpessoal e Representacional não só

descrevem a língua em termos de suas funções e significados, mas também se relacionam à maneira como essas funções e significados são codificados pela gramática da língua. Dessa forma, o Nível Interpessoal representa uma unidade linguística em termos de sua função comunicativa, e o Nível Representacional, em termos de sua categoria semântica.

(iv) A última característica da GDF consiste em apresentar um Componente Gramatical e três Componentes não-Gramaticais: Conceitual, Contextual e o de Saída. Esses três últimos interagem com o Componente Gramatical. O Componente Conceitual é o responsável pelo desenvolvimento da intenção comunicativa relevante para que ocorra o ato de fala e pelas conceitualizações associadas aos eventos extralinguísticos relevantes. O componente de Saída gera sinais acústicos ou expressões ortográficas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual, por seu turno, contém uma descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente e molda a forma sob a qual o evento da fala ocorrerá a depender da relação social entre os participantes da conversação. Teríamos, dessa forma, três processos fundamentais: Conceitualização, Formulação/Codificação e Articulação, as quais corresponderiam respectivamente os Componentes Conceitual, Gramatical e de Saída (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.6).

O esquema a seguir mostra a interação desses componentes:

Figura 2: Gramática Discursivo-Funcional como parte de uma teoria ampla da interação verbal (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.6)

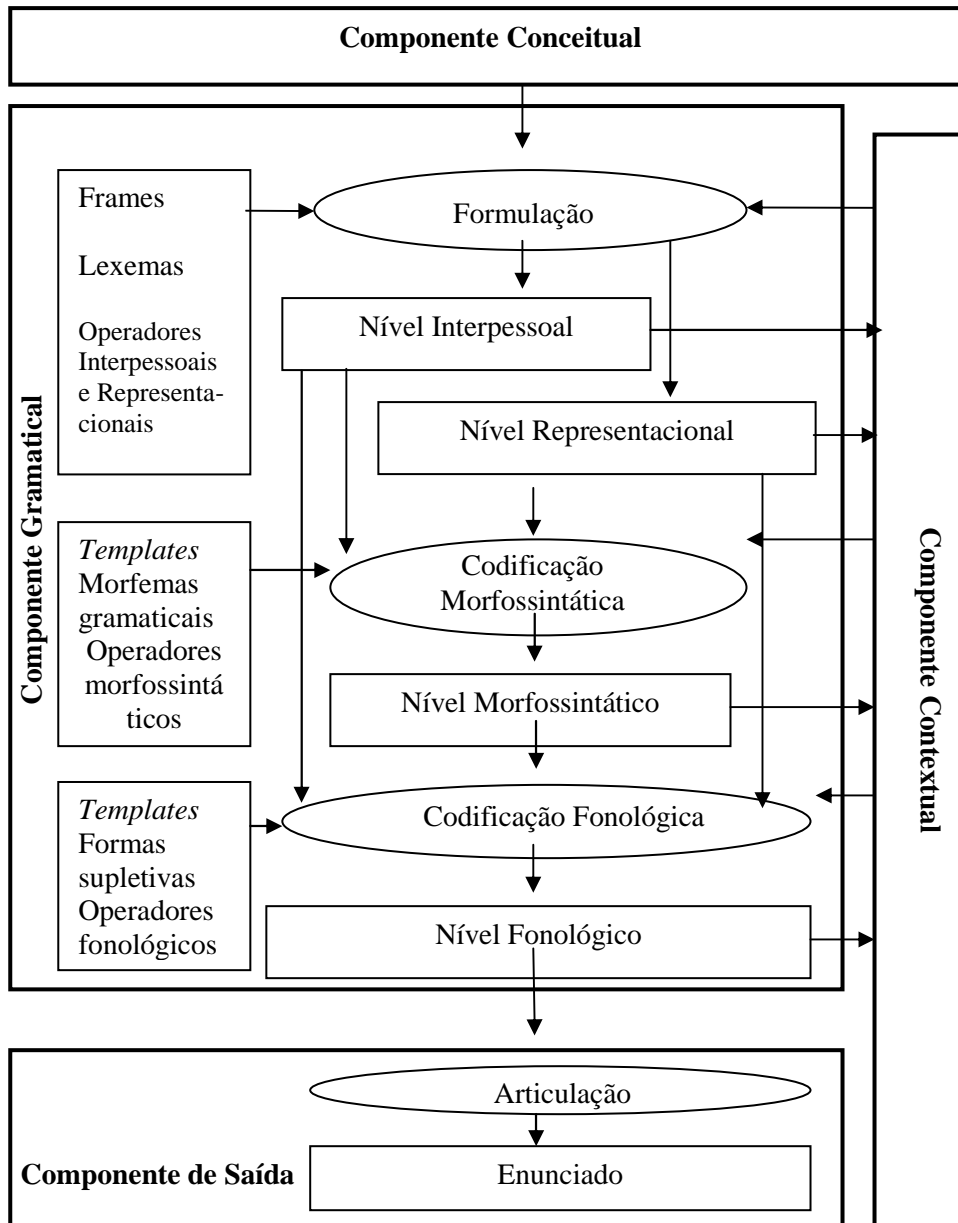


A partir da apresentação acima dos níveis e dos componentes existentes na GDF, explicaremos o processamento do discurso desde a intenção comunicativa até a sua produção final de acordo com a arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional.

1.2.1 A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional

A figura (3) a seguir esquematiza os níveis e os componentes apresentados na Teoria da Gramática Discursivo-Funcional.

Figura 3: Organização geral da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.13)



Dentro dos vários componentes, os círculos contêm operações, as “caixas” verticais contêm os primitivos usados nas operações e os retângulos contêm os níveis de representação produzidos pelas operações.

De acordo com a organização *top-down*, são relevantes, no Componente Conceitual pré-linguístico, a intenção comunicativa e a representação mental correspondente. Por meio da operação de **Formulação**, essas representações conceituais são traduzidas em

representações semânticas no Nível Representacional e em representações pragmáticas no Nível Interpessoal. As regras utilizadas na formulação são específicas de cada língua.

Essas regras de formulação fazem uso de um leque de primitivos que contêm *frames*¹⁵, lexemas e operadores. As configurações nos Níveis Interpessoal e Representacional são traduzidas em estruturas morfossintáticas no Nível Morfossintático. As regras de Codificação Morfossintática atraem um leque de primitivos contendo Esquemas Morfossintáticos, Morfemas Gramaticais e Operadores Morfossintáticos. De um modo similar, as estruturas nos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são transformadas em estruturas fonológicas no Nível Fonológico. As regras de Codificação Fonológica atraem um leque de primitivos contendo Esquemas Fonológicos, Formas supletivas e Operadores Fonológicos.

O Componente de Saída é responsável pela expressão acústica da expressão linguística e depende das informações enviadas pelo Componente Gramatical.

1.2.2 Os níveis da Gramática Discursivo-Funcional

Todos os níveis existentes na teoria: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, apresentados dentro do Componente Gramatical (cf. figura 5), estão internamente organizados em camadas hierárquicas e são alimentados por um conjunto de primitivos, que definem as possíveis combinações de elementos para cada nível. As camadas têm sua própria variável e são restringidas por um núcleo (obrigatório) e por modificadores¹⁶ e, ainda, são especificadas por meio de operadores e funções. As camadas dos níveis, de um modo geral, são representadas da seguinte forma (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 14):

¹⁵ Uma possível tradução para *Frames*, em português, seria “moldes” (MACKENZIE, comunicação pessoal), mas fizemos a opção por usar o termo em Inglês.

¹⁶ *Modificador* (σ) é o nome dado na Gramática Discursivo-Funcional ao que era denominado *satélite* (σ) na Gramática Funcional. Diferentemente de *operadores* e *funções*, que são meios gramaticais, os modificadores são meios lexicais usados para especificar um núcleo.

$$(\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi] : [\sigma (v_1)_\Phi])_\Phi$$

em que V_1 representa a variável da camada correspondente, a qual está restrita por um núcleo (que pode ser complexo) que toma a variável como seu argumento, que pode ser restringida ainda por um modificador (simbolizado por σ). A camada pode ser especificada por um operador (π) e apresentar uma função (Φ). Os núcleos e os modificadores representam estratégias lexicais, enquanto os operadores e as funções representam estratégias gramaticais. A diferença entre operadores e funções consiste no fato de que as funções são relacionais, podendo relacionar uma unidade inteira a outra unidade na mesma camada, enquanto os operadores se aplicam somente à sua própria unidade.

Nem todas as relações entre essas unidades são hierárquicas. Nos casos em que as unidades juntas formam uma configuração não-hierárquica, ou seja, equipolente, elas são colocadas entre colchetes (representados por “[]”), como visto na representação anterior, em que houve a colocação de colchetes na representação da relação entre o núcleo e seu argumento e o modificador e seu argumento.

Tendo apresentado a estrutura geral das camadas existentes nos diferentes níveis, a seguir detalharemos cada Nível de organização existente na GDF: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico.

1.2.2.1 Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal está intimamente relacionado aos aspectos pragmáticos da interação.

Esse nível apresenta o Move (M) como uma de suas unidades de análise. Em termos de *status* interpessoal, o Move pode ser definido como “uma contribuição autônoma para a interação contínua” (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 50). Uma das características do Move é oferecer a possibilidade de uma reação por parte do destinatário do ato de fala, que pode ser uma resposta ou uma objeção. Essa reação, por sua vez, também deve ser entendida como um Move. Existem, portanto, dois tipos de Moves: o de Iniciação e o de Reação.

No exemplo (5) a seguir, temos dois Moves, pois, em uma conversação geralmente cada turno conversacional corresponde a um Move:

- (5) A: Qual é a capital do Brasil?
B: Brasília

O primeiro Move da conversação apresentada é “Qual é a capital do Brasil”, que constitui um Move de Iniciação, e o segundo é “Brasília”, que constitui um Move de Reação. Essa correspondência entre turnos e Moves, no entanto, nem sempre é perfeita, como mostra o próximo exemplo:

- (6) A: Qual é a capital do Brasil?
B: Brasília. Por que você pergunta?
A: Eu estou fazendo minha tarefa da escola.

Nesse exemplo, em B, encontramos dois Moves (o primeiro é “Brasília” e o segundo é “Por que você pergunta?”). De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 50), a complexidade de um Move na língua falada é resolvida pela entonação. Dessa forma, portanto, como há dois contornos entonacionais em B (um no primeiro e outro no segundo Move), há dois Moves.

Conforme ressaltam Hengeveld e Mackenzie (2008), no entanto, que esses dois tipos de Moves, o de Iniciação e o de Reação, parecem não ser suficientes para abranger a complexidade dos processos constitutivos da fala.

Os Moves podem conter um ou mais (n) Atos Discursivos (A) combinados entre si. Por essa razão, Keizer e Van Staden (2009), consideram que o Move consiste em um ou mais Atos, temporalmente ordenados. A relação entre os Atos pode ser de dependência ou de equipolência. Quando dependente, haverá um Ato Nuclear e um Subsidiário.

Os Atos, ao contrário dos Moves, não necessariamente impulsionam a comunicação em termos de objetivos conversacionais. Cada Ato discursivo contém uma Ilocução (F), que especifica uma relação entre seus Participantes (P) o Falante (S) (*Speaker*), o Ouvinte (A) (*Addressee*) e o Conteúdo Comunicado (C).

O Ato Discursivo contém um Conteúdo Comunicado (C), que contém um número variável de Subatos Atributivos¹⁷ (T) e Referenciais (R). Os primeiros constituem tentativas do falante de evocar uma propriedade. Diferentemente, os Atos Referenciais são tentativas do falante de evocar uma referência no mundo mental.

A ordenação do Ato Nuclear e do Ato Subsidiário (denominados *Principal* e *Dependente*, respectivamente, por Cristofaro (2003)), determina e modifica a compreensão do Subato como *Orientação*, quando ele aparece anteposto ao Principal, como por exemplo em: “*Futebol*, eu realmente não gosto disso”; ou como *Correção*, quando ele aparece posposto ao Principal, tal como em “Eu realmente não gosto disso, *futebol*”.

O Nível Interpessoal é representado como segue:

¹⁷ Para esta Tese adotaremos a tradução de *Ascriptive Act* como *Ato Atributivo*. Alguns pesquisadores adotam o termo *Ato adscritivo*, mas entendemos que *adscrição* não corresponde ao sentido do termo em inglês, pois significa em português “acréscimo, adiantamento que se faz a algo que foi escrito” (HOUAISS, 2001)

$$(M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}} (R_1)_{\{\Phi\}} \dots (R_{1+N})_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

O Nível Interpessoal, como já foi mencionado, é o que se relaciona aos aspectos pragmáticos da interação comunicativa, isto é, relaciona-se aos aspectos formais da unidade linguística que refletem o papel do falante e do ouvinte na interação. Esses papéis são analisados em termos de funções *retóricas* e *pragmáticas*.

As *funções pragmáticas* são entendidas como o modo pelo qual o falante estrutura sua mensagem tendo em vista as expectativas do seu ouvinte. Essas funções são *Tópico* e *Foco*.

As *funções retóricas* se relacionam aos modos pelos quais os componentes do discurso são ordenados pelo falante a fim de atingir seu propósito discursivo e também dizem respeito às propriedades formais de um enunciado que influenciam o ouvinte a aceitar o que foi proposto pelo falante. As funções retóricas podem ser de *Motivação*, *Orientação*, *Correção* ou *Concessão*, sendo representadas por Atos subsidiários.

Em um Move, como no exemplo (7) a seguir (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 53),

(7) Watch out, because there will be trick questions in the exam.
‘Cuidado, porque haverá “pegadinhas” na prova.’

a estratégia do falante é prevenir o ouvinte e é implementada por meio de dois Atos Discursivos sucessivos (entonacionalmente distintos). O primeiro Ato apresenta Ilocução Imperativa e o outro, Ilocução Declarativa. A presença da conjunção *because* (*porque*) indica que o segundo Ato Discursivo deve ser entendido como subsidiário com relação ao primeiro, especialmente como indicador da função de *Motivação* para o Ato de Ilocução Imperativa. O

Move de (7) será analisado em (7') a seguir, em que (A_j) tem a função de Motivação, sendo, portanto, dependente de (A_i):

(7') (M_I: [(A_I: -watch out- (A_I)) (A_J: there will be trick questions in the exam- (A_J))_{Motiv}] (M_I))

A segunda relação possível entre um Ato nuclear e outro Subsidiário consiste na *Orientação*, ou seja, a função do Ato Discursivo Subsidiário é a de orientação, ou seja, a intenção do falante é orientar seu ouvinte, conforme exemplifica (8):

(8) My brother, I promise not to betray him.
'Meu irmão, eu prometo não traí-lo.'

(8') (M_I: [(A_I: -my brother - (A_I))_{Orient} (A_J: -I promise not to betray him - (A_J))] (M_I))

A terceira função que pode ter um Ato Discursivo é a de *Correção*, em que o falante, por meio do segundo Ato, conduz uma auto-correção, como mostram (9) abaixo e sua representação em (9'):

(9) I'd like to give your mother –your sister (I mean)- her book back.
'Eu gostaria de devolver o livro a sua mãe (quero dizer) a sua irmã.'

(9') (M_I: [(A_I: -I'd like to give your mother her book back - (A_I))_{Orient} (A_J: -your sister- (A_J))_{corr}] (M_I))

A última relação de dependência que pode haver entre dois Atos, um Nuclear e outro Subsidiário, é a de *Concessão*, que constitui o foco deste trabalho, exemplificado em (10) e sua representação em (10'):

- (10) The work was fairly easy, although (I concede that) it took me longer than expected.
 ‘O trabalho foi razoavelmente fácil, embora (eu admita que) tenha levado mais tempo que o esperado.’
- (10’) (M_I: [(A_I: -the work was fairly easy- (A_I)) (A_J: - it took me longer than expected- (A_J))_{Conc}] (M_I))

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 55) ressaltam ainda que a ordenação entre o Ato Nuclear e o Subsidiário é um fator de extrema importância para a classificação dessas estruturas em camadas, pois, caso a ordem apresentada em (10) seja alterada, a relação de concessão não ocorre entre Atos, mas sim entre Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional, como mostra o exemplo (11) a seguir:

- (11) Although (*I concede that) the work took longer than expected it was easy¹⁸.
 ‘Embora (*eu admita que) o trabalho levou mais tempo que esperado foi fácil.’

A relação de concessão entre dois Conteúdos Proposicionais é atestada pela dificuldade de inserir *I concede that (eu admita que)* na primeira oração em (11) acima.

Na construção subjacente do Nível Interpessoal (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 124), faz-se uso de primitivos no processo de Formulação, os quais são compostos por Frames, Lexemas e Operadores primários. Os Frames (do processo de Formulação) são elementos que definem as possíveis combinações de elementos nos Níveis Interpessoal e Representacional dentro de uma língua. Os lexemas, por sua vez, são unidades independentes que devem ser associadas com os Frames, responsáveis por distinguir o que irá para o Nível Interpessoal (interjeições, nomes próprios, advérbios ilocucionários, expressões performativas, etc.) e o que irá para o Nível Representacional. Por fim, os primitivos contêm

¹⁸ A inserção “eu admita que” deve ser lida sem pausa. Caso “eu admita que” seja lido com pausas, terá, consequentemente, contorno entonacional próprio e essa interposição poderia ser gramatical em português.

operadores interpessoais e representacionais, que representam expressões gramaticais de conteúdos interpessoais e representacionais respectivamente (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.20).

O processamento das estruturas do Nível Interpessoal inicia-se com as unidades maiores que serão preenchidas pelas unidades menores. Levando em consideração esse processo, a construção do Nível Interpessoal está diretamente relacionada com a construção do Nível Representacional, no sentido de que o Nível Representacional responde às chamadas do Nível Interpessoal. O Nível Interpessoal, portanto, apresenta correspondência direta com o Representacional, que será tratado a seguir.

1.2.2.2 Nível Representacional

O Nível Representacional, como já mencionado, se relaciona aos aspectos semânticos da unidade linguística. O termo “semântica” é usado aqui, de modo restrito, em dois sentidos (HENGEVELD, 2008, p. 128):

- (i) restringe-se aos modos como a língua se relaciona ao mundo extra linguístico que ela descreve;
- (ii) restringe-se aos significados de unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional), independentemente do modo como essas unidades são usadas na comunicação.

Nesse nível, as unidades linguísticas são descritas em termos das categorias semânticas que elas determinam (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 15).

As categorias semânticas descritas pela GDF encontram suas bases em Lyons (1977), que propôs três tipos de entidades: de primeira, segunda e terceira ordens (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 131).

Um indivíduo é uma entidade de primeira ordem, que pode ser localizado no espaço e pode ser avaliado em termos de sua existência. Um Estado-de-coisas é uma entidade de segunda ordem, que pode ser localizado no espaço e nem tempo e pode ser avaliado em termos de sua realidade. Um Conteúdo Proposicional é uma entidade de terceira ordem, constitui-se em um construto mental que não pode ser localizado no espaço e nem no tempo. Pode somente ser avaliado em termos de sua verdade.

A Gramática Discursivo-Funcional propõe mais um tipo de entidade: a Propriedade, que não pode ser caracterizada de acordo com os parâmetros de tempo e espaço. Propriedades não têm existência independente e podem ser avaliadas somente em termos de sua aplicabilidade, seja para outros tipos de entidade ou para a situação que elas descrevem em geral.

A GDF, em função de sua natureza tipológica, notou que muitas línguas particulares apresentam características que indicam que uma categoria semântica é relevante para a gramática de uma língua, mas existem outros processos gramaticais que são relevantes apenas para subclasses dessa categoria semântica. A GDF, portanto, adiciona mais categorias, que são, na verdade, denominadas subclasses de categorias, as quais se apresentam como relevantes para a gramática de uma língua particular e entram na configuração de uma Propriedade Configuracional, tais como: Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

O quadro a seguir resume e exemplifica as categorias e as subcategorias distinguidas na GDF:

Quadro 1: Categorias semânticas (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 136)

Descrição	Variável	Exemplo
Propriedade	f	Cor
Indivíduo	x	Cadeira
Estado-de-Coisas	e	Encontro
Conteúdo Proposicional	p	Ideia
Localização	l	Topo
Tempo	t	Semana
Episódio	ep	Incidente
Modo	m	Maneira
Razão	r	Razão
Qualidade	q	Litro

As categorias descritas anteriormente apresentam uma organização hierárquica, pois são de diferentes tipos, tais como os Conteúdos Proposicionais (p) (construtos mentais, como conhecimentos e crenças), que podem conter um ou mais (n) episódios (ep), os quais podem conter uma ou mais descrições de Estados-de-Coisas (e). Conteúdos proposicionais podem ser factuais, quando são conhecimentos ou crenças sobre algo no mundo real, ou não-factuais, quando são esperanças ou desejos em um mundo imaginário. O Episódio, por sua vez, pode ser entendido como o conjunto de Estados-de-Coisas que são tematicamente coerentes no sentido de que apresentam unidade e continuidade de Tempo (t), Localização (l) e Indivíduos (x).

Nesse nível, o Estado-de-coisas é descrito de maneira tal que o receptor seja capaz de entender a que situação real ou hipotética faz referência. Estados-de-coisas são entidades que podem ser localizadas em um tempo relativo e que podem ser avaliadas em termos da realidade de seu *status*. Estados-de-coisas “não ocorrem”, “não acontecem” e “não é o caso” (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 166). Os Estados-de-coisas são caracterizados por

conter uma ou mais Propriedades (f_1), que, por sua vez, podem conter descrições de Indivíduos (x_1) e de Propriedades (f_2). Estados-de-coisas podem ser localizados no tempo e avaliados em termos de sua existência. Nessa camada, não há relação hierárquica entre Indivíduos e Propriedades.

A estrutura hierárquica do Nível Representacional está apresentada a seguir:

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)^n (x_1)_\Phi \dots (x_{1+n})_\Phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\Phi]) \dots (e_{1+n})\{\Phi\}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})\{\Phi\}] (p_1))$$

Cada uma das camadas desse Nível pode ou não ser modificada por seus respectivos operadores (π) e modificadores (σ).

A seleção dos modificadores e dos operadores precede a seleção do núcleo, uma vez que eles têm alcance sobre seus núcleos e são, portanto, hierarquicamente mais altos. A representação a seguir (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.280) mostra a presença desses operadores e modificadores.

$$(\pi v_1: [(v_2) (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])$$

No Nível Morfossintático, no entanto, a superioridade dos operadores e modificadores é refletida na ordenação com relação ao núcleo da camada à qual eles se aplicam.

1.2.2.3 Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático se relaciona aos aspectos estruturais da unidade linguística. Esse Nível, juntamente com o Nível Fonológico, é responsável pelo processo de codificação das distinções interpessoais e representacionais. Diante dessa função, os processos que acontecem no Nível Morfossintático são funcionalmente motivados: os princípios de ordenação são motivados por alguns princípios (baseados em Dik (1989)) tais como: iconicidade¹⁹, integridade de domínio²⁰ estabilidade funcional²¹ (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 283). Cada um desses princípios contribui para maximizar o paralelismo entre as estruturas, por meio do aumento da transparência e fácil interpretação da estrutura linguística.

Isso significa que as unidades desse Nível de análise são particulares de cada língua, já que cada língua apresenta suas particularidades de ordenação de constituintes.

Na ordenação dos constituintes de uma oração, inicia-se pelas funções, modificadores e operadores de Move em direção às posições oracionais apropriadas e termina-se com os operadores e modificadores das Propriedades Configuracionais e dos Estados-de-Coisas. Dentro de cada grupo, as funções são expressas antes de operadores e modificadores, pois as funções são externas às unidades às quais se aplicam, obedecendo-se assim, ao princípio da iconicidade quando as unidades são hierarquicamente relacionadas.

Três posições são consideradas por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 311) para a Oração: Posição inicial (P^I); Posição medial (P^M) e Posição final (P^F). As posições periféricas

¹⁹ Princípio da ordenação icônica: a ordem reflete iconicamente o conteúdo semântico da expressão em que ocorre.

²⁰ Princípio da integridade do domínio: os constituintes preferem permanecer dentro de seu próprio domínio. Os domínios preferem não ser interrompidos por constituintes de outros domínios.

²¹ Princípio da estabilidade funcional: constituintes com a mesma especificação funcional são preferencialmente colocados na mesma posição.

((P^J) e (P^F)) são psicologicamente salientes, diferentemente da posição Medial, que é menos saliente, dado o número variado de constituintes que uma Oração pode apresentar.

Outras posições oracionais relativas, no entanto, podem ser estabelecidas considerando-se essas três posições absolutas, tais como a pós-inicial (P^{I+1}), a penúltima (P^{F-1}) e a pós-medial (P^{M+1}). Essas posições relativas podem ser preenchidas quando as posições absolutas já estiverem preenchidas.

O alinhamento do Nível Morfossintático, por sua vez, não reflete diretamente a organização dos Níveis Interpessoal e Representacional, mas apresenta sua própria organização em termos de funções sintáticas (Sujeito/Objeto) e em termos de complexidade de constituintes (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 317), já que os constituintes mais complexos tendem a se posicionar à direita dos menos complexos (“Princípio da Complexidade Crescente”, de Dik (1989)). É nesse nível que as regras de concordância verbal e nominal são inseridas.

No Nível Morfossintático, as unidades linguísticas são analisadas em termos de seus constituintes sintáticos, partindo das camadas mais altas, em direção às mais baixas: Expressões Linguísticas (Le), Orações (Cl), Sintagmas de vários tipos (Xp) e Palavras de vários tipos (Xw).

A representação do Nível Morfossintático, por sua vez, é a seguinte:

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2): [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2)_{\{\Phi\}} (Cl_2)_{\{\Phi\}}] (Cl_1))])$$

A Expressão Linguística (Le) consiste em pelo menos uma unidade que pode ser usada independentemente. Quando há duas ou mais unidades compondo a Expressão Linguística,

haverá uma única unidade morfossintática, em que, necessariamente, uma não é parte da outra. Essa unidade pode ser uma Oração ou um Sintagma (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 308).

A Oração (CI) é um conjunto de um ou mais Sintagmas caracterizados, em maior ou menor extensão, por um *Template* de ordenação desses Sintagmas e, também em maior ou menor extensão, por expressões morfológicas de correctividade (principalmente regência e concordância) (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 293).

O Sintagma (Xp) consiste em uma configuração sequenciada de Palavras (Xw), outros Sintagmas (Xp) e Orações encaixadas (CI). O sintagma é caracterizado pelo fato de que ele é nucleado por um item lexical que é trazido do Nível Interpessoal ou do Representacional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 296). Ignorando a ordenação específica de cada língua, um Sintagma em línguas configuracionais, como o português e o inglês, tem a seguinte fórmula máxima, em que cada constituinte pode ocorrer mais de uma vez (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 376):

$$(Xp_1: [(Xw) (Xp) (CI)] (Xp_1))$$

Os sintagmas podem ser de vários tipos: Verbais (Vp); Nominais (Np); Adjetivais (Adjp); Adverbiais (Advp) e Adposicionais (Adpp), a depender do núcleo. Por exemplo, entende-se por Sintagma Verbal um Sintagma cujo núcleo é um verbo. Esses tipos de Sintagmas, no entanto, não necessariamente estão presentes em todas as línguas e nem sempre há relações entre um tipo de Sintagma e um tipo de Lexema, conforme considera a GDF.

Os princípios que regem os Sintagmas (assim como as Palavras) são os mesmos das Orações: os templates morfossintáticos dos Sintagmas são construídos de forma *top-down* e

de maneira centrípeta, até atingir as unidades configuracionais, nas quais estão integradas os templates morfossintáticos em função de suas propriedades de alinhamento. O alinhamento é menos relevante para a camada do Sintagma do que para as Orações, pois a maioria dos Sintagmas é baseada em representações subjacentes com um único argumento, que não é expresso independentemente.

A Palavra (X_w), por sua vez, consiste em uma configuração sequenciada de Morfemas (X_m), outras Palavras (X_w), Sintagmas (X_p) e Orações (CI).

Ignorando a ordem específica em que cada elemento ocorre, a Palavra pode ser representada da seguinte forma (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 400):

$$(X_{w_1}: [(X_m) (X_w) (X_p) (CI)] (X_{w_1}))$$

A Gramática Discursivo-Funcional distingue claramente *Palavras* e *Lexemas*. Lexemas operam no Nível Representacional e Palavras no Nível Morfossintático. Algumas razões podem ser elencadas para essa distinção: (i) uma única Palavra no Nível Morfossintático pode corresponder a vários Lexemas no Nível Representacional; (ii) em algumas línguas, não há distinção entre a classe Lexemas, mas há uma variedade de classes de Palavras; (iii) muitas Palavras não apresentam Lexemas correspondentes, são Palavras gramaticais, a que corresponde um operador ou uma função no Nível Representacional ou Interpessoal, que são introduzidas por elementos vazios (*dummies*) ou suporte (*support*). Dessa forma, é necessário distinguir entre Palavras Lexicais e Palavras Gramaticais. As Palavras lexicais, diferentemente, são introduzidas no Nível Morfossintático e são classificadas de acordo com sua distribuição sintática e conteúdo lexical. A figura (4) a seguir, adaptada de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 401), esquematiza essa distinção:

Figura 4: Correspondência entre Palavras Gramaticais e Palavras Lexicais. (Adaptada de HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 401)

Palavras Lexicais	Exemplos	Palavras Gramaticais	Exemplos
Verbo	exterminar	Auxiliar Verbal	deve, ser
Substantivo	ferradura	Pronome	eu, o, que
Adjetivo	maravilhoso	Pró-adjetivo	tal
Advérbio	elevadamente	Pró-advérbio	lá, então
Adposição	sob	Adposição gramatical	de, em
Conjunção	enquanto	Conjunção gramatical	que, porque
Partícula	ei, oi	Partícula gramatical	só, até

Tendo em vista essa distinção, denominaremos todos os conectores concessivos desta pesquisa (*apesar de, apesar (de) que, embora, ainda assim, assim mesmo, mesmo assim, mesmo que e por mais que*) “Conjunções lexicais”, já que representam a função “concessão”, sendo introduzidas no Nível Morfossintático.

Neste Nível, não há necessidade de elaborar um mapeamento entre as unidades semânticas e pragmáticas de um lado e as unidades morfossintáticas de outro, uma vez que nem sempre há correspondência entre as unidades semânticas e as unidades morfossintáticas.

Por exemplo, uma Predicação semântica em português ‘Eu fiz camisas’, que contém uma unidade para indicar Propriedade (*fiz*) e duas unidades para indicar Indivíduo (*eu* e *camisas*), pode ser realizada com a mesma configuração semântica em outra língua, como o *Southern Tiwa*²², em um único constituinte sintático, tal como mostrado a seguir no exemplo (12) extraído de Hengeveld e Mackenzie (2008):

²² A língua *Southern Tiwa* (*Tiwa Meridional*) tem 2.500 falantes de todas as idades em uma população de 3.000 pessoas que vivem em Novo México (EUA), nos povos de Isleta e Sandia, ao norte e sul de Albuquerque (capital de Novo México).

- (12) Te-shut-pe-ban
 1.sg.sbj>pl.obj-shirt-made-pst²³
 “I made (the) shirts”
 ‘Eu fiz (as) camisas’

No exemplo dado, podemos dizer que, enquanto em inglês, assim como em português, há três constituintes sintáticos que correspondem a três unidades semânticas (em inglês são *I*, *made* e *shirts* e em português são *eu*, *faço* e *camisas*), em *Southern Tiwa* a mesma unidade semântica é expressa por um único constituinte sintático. O Agente (*Actor*) é expresso por meio de um prefixo que vem junto ao verbo (*te*). Se assumirmos uma representação semântica subjacente similar para essas duas línguas apresentadas nos exemplos, notaremos que há diferentes mapeamentos entre os Níveis Representacional e Morfossintático.

Na construção do Nível Morfossintático, faz-se o uso de *Templates* Morfossintáticos, Morfemas Gramaticais livres e Operadores Morfossintáticos. Os *Templates* Morfossintáticos apreendem o padrão de ordenação de uma determinada língua em cada camada. Os Morfemas Gramaticais são inseridos nesse nível porque são importantes nas configurações sintáticas. Quando o Morfema gramatical ainda deve sofrer alguma modificação fonológica, ele é inserido na forma de Operador Morfossintático, que serve como um *slot* que, por sua vez, será substituído por uma forma fonêmica apropriada no Nível Fonológico.

1.2.2.4 Nível Fonológico

O Nível Fonológico é o último nível da hierarquia proposta pela Gramática Discursivo-Funcional. Ele recebe as informações dos níveis anteriores e as transforma em representações fonológicas.

²³ No exemplo do *Southern Tiwa* (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 17) dado, 1.sg.sbj>pl.obj-shirt-made-pst deve ser lido como “sujeito na primeira pessoa do singular que influencia o objeto no plural”.

O Nível Fonológico é específico de cada língua e contém tanto a representação fonológica segmental quanto suprasegmental do discurso.

Nesse nível, a expressão linguística é analisada em termos de unidades fonológicas, tais como o Enunciado (U) (*Utterance*), Sintagma Entonacional (IP) (*Intonational Phrase*), Sintagma Fonológico (PP) (*Phonological Phrase*) e Palavra Fonológica (PW) (*Phonological Word*).

Esse nível está representado a seguir:

$$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

Um Sintagma Entonacional, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 432), é caracterizado por propriedades internas e externas. Internamente, contém um núcleo, isto é, um movimento pontual localizado em uma ou mais Sílabas que é essencial para a caracterização do Sintagma Entonacional como um todo. Externamente, os Sintagmas Entonacionais se separam por meio de pausas (mais curtas do que as pausas usadas para separar Enunciados, por exemplo).

O Nível Fonológico está organizado com base em *templates* fonológicos para o Enunciado, Sintagma Entonacional, Sintagmas Fonológicos, Palavras Fonológicas, Pés e Sílabas, que ficam estocados como parte do conjunto de primitivos relevantes para a operação de Codificação Fonológica (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 21).

Não há necessariamente um mapeamento entre as unidades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas de um lado e as unidades fonológicas de outro. Assim, em algumas línguas, a oração subordinada pode vir separada da oração principal por meio da quebra de dois Sintagmas Entonacionais (*Intonational Phrase*), enquanto, em outras línguas, essas duas orações formam um único Sintagma Entonacional.

Resumindo, os quatro Níveis apresentados pelo modelo da Gramática Discursivo-Funcional, o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico, estão dispostos no modelo de forma descendente, iniciando pelo Interpessoal, passando pelo Representacional, Morfossintático e terminando no Fonológico.

Para este estudo, é importante enfatizar alguns aspectos de cada Nível. O Nível Interpessoal apresenta duas importantes camadas no que diz respeito às relações de concessão: Ato e Move. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), resolvemos a complexidade de um Move por meio da entonação. Como um Move é formado por um ou mais Atos, cada Ato discursivo apresenta seu próprio contorno entonacional. Esses Atos podem apresentar uma relação de equipolência ou de dependência. Quando apresentam uma relação de dependência, o Ato subsidiário apresenta função retórica, que pode ser, entre outras, a de concessão.

No Nível Representacional, a camada mais importante para este estudo consiste no Conteúdo Proposicional, que se relaciona a conhecimentos e crenças do falante, ou seja a constructos mentais.

No Nível Morfossintático, por sua vez, a Oração e o Sintagma são as duas camadas relevantes para as concessivas. É importante para a nossa pesquisa esclarecer que todos os conectores concessivos são denominados *Conjunções Lexicais*.

No Nível Fonológico, por fim, as noções de Sintagma Entonacional serão muito importantes na delimitação de Atos e de Moves.

CAPÍTULO 2

AS RELAÇÕES CONCESSIVAS NA LITERATURA

Abordamos, nesta pesquisa, todos os tipos de relações concessivas, sejam elas de natureza oracional, tal como em:

- (1) *ele era... alcoólatra e isso aí marcou muito [apesar que hoje ele não é mais]* (AC-72-NE,18) e (ii) *ele só tinha muita esperança em Deus né? que ele fosse curado... [embora a gente sabia que era uma:: uma doença muito grave né?]* (AC-94-NE,27)

ou de natureza não-oracional, casos geralmente ignorados pelos estudiosos do assunto. Nesse caso especificamente, a concessão é marcada por meio de sintagmas, como exemplificam as duas ocorrências a seguir:

- (2) [*apesar do sol*] *a água esfria* (AC-114-RP,477)
(3) [*mesmo difíceis*] *as coisas acaba/acabavam dando certo* (AC-114-NE,14).

Neste capítulo, primeiramente trataremos do conceito de subordinação, já que a concessão é tradicionalmente considerada como uma relação hierárquica, portanto, subordinação. A seguir discutiremos a relação de concessão e, por fim, trataremos da forma de expressão dessa relação por meio das conjunções concessivas em sentido estrito.

2.1 O conceito de subordinação

Na perspectiva tradicional, a subordinação é geralmente definida com base em critérios morfossintáticos como o de encaixamento de orações. Uma oração encaixada é uma oração que funciona como um constituinte de outra oração.

Notamos que a maioria dos linguistas (Halliday, 1985; Matthiessen e Thompson, 1988; Lehmann, 1988 e Givón, 1990), no entanto, rejeitam a dicotomia *coordenação* e *subordinação*. Segundo Halliday (1985, p.216), as relações entre orações podem ser vistas a partir do *sistema de interdependência*, ou sistema “tático” de *parataxe* (relação entre dois elementos em *status* de igualdade, um que inicia e o outro que dá continuidade) e *hipotaxe* (a relação entre um elemento dependente e seu dominante).

Matthiessen e Thompson (1988, p. 276) afirmam que não é possível diferenciar oração subordinada e oração principal em termos puramente sentenciais, ou seja, sintáticos, mas pelo contexto discursivo em que determinada oração aparece. Esses autores, juntamente com Halliday (1985), propõem diferenciar encaixamento de hipotaxe. Assim, distinguem-se os processos de (i) *parataxe*¹ (coordenadas), *hipotaxe* (subordinadas adverbiais) e encaixamento (substantivas e adjetivas). De acordo com Matthiessen e Thompson (1988, p. 286);

“Se uma oração adverbial é considerada como um meio pelo qual as funções, tal como a adverbial, é tratada como encaixamento dentro de outra oração e não como uma instância de combinação de oração, nós rejeitamos a interpretação de encaixamento para esses exemplos”²

¹ Matthiessen e Thompson (1988, p. 318) afirmam que a *parataxe* inclui uma noção mais abrangente que a noção tradicional de coordenação.

² “If adverbial clause is taken to mean a clause that functions as an adverbial, this treats it as embedded within another clause than as an instance of clause combining, and we have rejected the embedding interpretation for our set of examples” (MATTHIESSEN e THOMPSON, 1988, p. 286).”

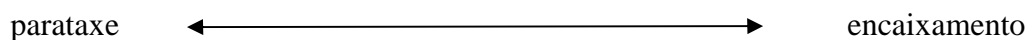
Além de Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988) e Lehmann (1988), também Givón (1990, p. 827) rejeita a dicotomia *coordenação/subordinação*, pois argumenta que (i) as orações não são independentes de seus contextos oracionais imediatos e (ii) a distinção absoluta entre orações subordinadas (dependentes) e coordenadas (independentes) funciona apenas em limites tipológicos rigidamente prescritos.

Tendo em vista a rejeição dessa divisão binária, Givón (1990) e Lehmann (1988) consideram a existência de uma gradiência de encaixamento, isto é, diferentes graus de encaixamento, havendo orações mais e outras menos dependentes da oração principal.

Lehmann (1988) propõe um contínuo de articulação de orações que se inicia pela parataxe e termina no encaixamento de orações. Esse cline foi baseado em seis parâmetros³:

1. O rebaixamento hierárquico da oração subordinada;
2. O nível sintático da oração principal com relação à oração subordinada;
3. A dessentencialização da oração subordinada;
4. A gramaticalização do verbo da oração principal;
5. O entrelaçamento das duas orações;
6. A explicitude do elo de ligação.

O *continuum* proposto pelo autor está representado a seguir (LEHMANN, 1988, p.189):



No extremo esquerdo do *continuum*, não há uma relação hierárquica entre duas orações que formam a sentença complexa (parataxe); no extremo direito está a típica oração encaixada, governada por um verbo principal (encaixamento).

³ Parâmetros utilizados por Lehmann (1988): 1. *The hierarchical downgrading of the subordinate clause*; 2. *The main clause syntactic level of the subordination clause*; 3. *The desententialization of the subordinate clause*; 4. *The grammaticalization of the main verb*; 5. *The interlacing of the two clauses*; 6. *The explicitness of the linking*.

Dik (1997b), por sua vez, admite uma relação binária entre coordenação e encaixamento⁴. As construções encaixadas são definidas por Dik (1997b, p. 94) como termos complexos que contêm estruturas encaixadas como restritores. Os termos complexos podem ocupar a posição de argumento ou de satélites.

Quando ocupam a posição de argumento do predicado matriz, a informação contida é essencial para a integridade do estado-de-coisas. Podem funcionar como primeiro, segundo ou terceiro argumento. Esse tipo de estrutura corresponde ao que é tradicionalmente denominado “oração substantiva”.

Quando os termos complexos ocupam a posição de satélite, no entanto, a integridade do Estado-de-Coisas não é afetada se eles forem retirados. Esse caso corresponde ao que é comumente denominado “oração adverbial” (DIK, 1997b, p. 94).

Hengeveld (1998, p. 335), seguindo Dik (1997a, 1997b), afirma que uma oração é considerada subordinada se ela depende de outra para existir.

Cristofaro (2003), baseada em aspectos particulares de subordinação propostos por Givón (1990) e Hengeveld (1998), investiga as relações de subordinação exclusivamente em termos funcionais, pois dessa forma pode incluir o maior número de línguas possível na análise. Em outras palavras, a autora busca definir subordinação visando sua aplicabilidade entre diversas línguas (*cross-linguistic comparison*).

A relação entre subordinação e coordenação, para Cristofaro, portanto, não se define como processos de natureza binária, pois a autora julga que essa divisão é essencialmente morfossintática e, conforme ela aponta, foi desenvolvida principalmente com base nas línguas indoeuropeias. A autora, em função da tipologia linguística, aponta dois problemas para as propostas já existentes na literatura sobre o assunto.

Segundo ela, há problemas na proposta de coordenação e subordinação entendidas dentro de um contínuo (*the continuum problem*), conforme elaborado por Lehmann (1988),

⁴ O termo *encaixamento* é a tradução de *embedded* usado por Dik (1997b).

pois, devido à diversidade morfossintática existente nas diferentes línguas, deve-se relacionar subordinação e não-subordinação com outros parâmetros, não somente com o critério de encaixamento⁵, como faz a proposta do contínuo, pois deve-se considerar a possibilidade de diferentes tipos de elos de articulação de oração.

Quanto ao segundo problema apontado por Cristofaro, o das combinações (*mismatch problem*), de acordo com a autora, do ponto de vista tipológico, as mesmas relações semânticas e/ou pragmáticas não são codificadas pelo mesmo tipo de construção (CRISTOFARO, 2003, p. 20).

Dessa forma, a crítica da autora está no fato de que, quando a subordinação é definida somente com base em parâmetros formais, tal como o encaixamento, as descrições podem ser ineficientes, já que pode haver línguas que não apresentam orações subordinadas, ou pelo menos, não as usam para expressar as funções semânticas e pragmáticas.

Em determinadas línguas, a noção de coordenação ou de subordinação pode ser marcada por meio de partículas que acompanham os verbos, como “ip” no turco:

(4) *Mehmet gel-ip git-ti*
Mehmet came and went
 Mehmet chegou e partiu

ou o “te” no japonês (“de” para expressar o passado):

(5) *John wa, Mary ni, boosi o nui-de aisatusita*
John took off his hat and greeted Mary.
 João tirou o chapéu e saudou Maria.

Tanto no turco quanto no japonês, essas partículas marcam estruturas coordenadas.

De um ponto de vista tipológico, portanto, nem todas as línguas dispõem de orações subordinadas; algumas línguas fazem menos uso dessas orações do que outras, substituindo a subordinação pela coordenação, como por exemplo o pirahã. Há ainda, línguas que

⁵ (Conferir os critérios de Lehmann (1988) na página 56).

apresentam distinções formais entre a oração principal e a subordinada, tais como (i) presença ou ausência de conjunção; (ii) a presença ou ausência de formas verbais especiais e (iii) a presença ou ausência de marcas especiais nos argumentos. E, como veremos adiante, o português, diferentemente de línguas como o turco e o pirahã, distingue formalmente estruturas subordinadas das independentes.

Cristofaro (2003), com base em Langacker⁶, de acordo com um critério funcional-cognitivo, conceitua a subordinação como um modo de construir uma relação cognitiva entre dois Estados-de-coisas, de modo que a um deles, o Estado-de-coisas dependente, falta um perfil autônomo, sendo, por isso, construído a partir da perspectiva do outro Estado-de-coisas, que será chamado de Estado-de-coisas principal. Em outras palavras, Cristofaro entende subordinação e coordenação como uma situação pela qual uma assimetria cognitiva é estabelecida entre Estados-de-coisas relacionados, sendo que um deles (o principal) sobrepuja o outro (o dependente). Isso equivale a dizer que o Estado-de-coisas dependente é (pragmaticamente) não-assertivo, enquanto o Estado-de-coisas principal é (pragmaticamente) assertivo. Segundo a autora, essa situação é existente em todas as línguas, e esse critério é consistente, o que permite identificar o Estado-de-coisas dependente em qualquer língua.

O traço distintivo do enfoque conceitual de Cristofaro (2003) é a tentativa de relacionar a subordinação não a propriedades específicas dos tipos individuais de ligação oracional, mas ao modo como os Estados-de-coisas expressos por orações ligadas são percebidos e conceitualizados, e ao estatuto que têm no contexto discursivo. De acordo com a autora, esse enfoque funcional estabelece uma nítida distinção entre o nível conceitual (semântico, pragmático e cognitivo) e o nível morfossintático. A subordinação é encarada

⁶ Lanckager limita-se ao postulado de que subordinação é uma relação cognitiva assimétrica entre dois estados-de-coisas, tal que um impõe seu próprio perfil a toda a sentença, enquanto o outro é destituído de um perfil autônomo (CRISTOFARO, 2003)

como o resultado de situações conceituais particulares em vez de um fenômeno puramente morfossintático.

Do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional, por sua vez, as orações podem ocorrer como constituintes de outras orações na forma de orações adverbiais, completivas ou predicativas (*adverbial, complement* ou *predicate clauses*, respectivamente). Essa perspectiva teórica considera que os fatores interpessoais, representacionais e morfossintáticos são responsáveis pela escolha de determinados tipos de oração subordinada (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 352).

Uma oração subordinada pode ocupar qualquer camada do Nível Representacional. As camadas do Nível Interpessoal podem, no entanto, entrar no Nível Representacional quando uma unidade comunicativa for referida. Por essa razão, as construções subordinadas são classificadas em termos de camadas interpessoais ou representacionais que subjazem a elas (HENGEVELD e MACKENZIE, p.362). No caso da subordinação adverbial, é a função semântica ou a conjunção lexical que restringe as camadas com as quais ela se combina.

As camadas no Nível Interpessoal e no Nível Representacional, quando abarcam uma oração subordinada, são representadas, respectivamente por (HENGEVELD e MACKENZIE, p.362):

Orações subordinadas subjacentes no Nível Interpessoal

- a. $(\pi M_1: (\pi A_1: [\dots (\pi C_1: [(T_1) (R_1)] \quad (C_1): \Sigma (C_1)]) (A_1): \Sigma(A_1)) (M_1): \Sigma(M_1))$
- b. $(\pi A_1: [\dots (\pi C_1: [(T_1) (R_1)] \quad (C_1): \Sigma (C_1)]) (A_1): \Sigma(A_1))$
- c. $(\pi C_1: [(T_1) (R_1)] \quad (C_1): \Sigma (C_1))$

Orações subordinadas subjacentes no Nível Representacional

- a. $(\pi p_1: (\pi ep_1: (\pi e_1: (\pi f_1: [(f_2) (x_1)] (f_1):\sigma (f_1)) (e_1): \sigma (e_1) (ep_1):\sigma (ep_1)) (p_1):\sigma (p_1))$
- b. $(\pi ep_1: (\pi e_1: (\pi f_1: [(f_2) (x_1)] (f_1):\sigma (f_1)) (e_1): \sigma (e_1) (ep_1):\sigma (ep_1))$
- c. $(\pi e_1: (\pi f_1: [(f_2) (x_1)] (f_1):\sigma (f_1)) (e_1): \sigma (e_1))$
- d. $(\pi f_1: [(f_2) (x_1)] (f_1):\sigma (f_1))$

Conforme já mencionado no Capítulo 1, na Gramática Discursivo-Funcional uma camada mais alta geralmente contém todas as camadas mais baixas. Como resultado disso, as construções subordinadas podem ser classificadas em termos das camadas mais altas que elas contêm.

Tendo em vista que cada camada traz seu próprio conjunto de operadores e modificadores, é possível prever quais operadores e modificadores, pertencentes à camada mais alta uma oração subordinada, bem como os mais baixos, podem ser expressos na oração subordinada. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 363).

Há diferenças consideráveis na expressão dos operadores na oração principal e na oração subordinada, as quais dizem respeito à forma pela qual os operadores disponíveis são expressos.

A primeira distinção consiste no fato de que a escolha da conjunção que introduz a oração complemento é afetada por operadores modais (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 367), tal como mostram os exemplos (6) e (7) a seguir de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 353):

(6)	Juan	no	sab-e	[que	Pedro	est-á	enfermo].
	Juan	NEG	know-3.SG.IND.PRS	CONJ. FAC.	Pedro	COP.3.SG.IND.PRS.	ill.
	'João	não	sabe	que	Pedro	está	doente'.

(7)	Juan	no	sabe	[si	Pedro	est-á	enfermo].
	Juan	NEG	KNOW-3.SG.IND.PRS.	CONJ.NFAC	Pedro	COP-3.SG.IND.PRS	ill.
	'João	não	sabe	se	Pedro	está	doente'.

Tomando como base os dois exemplos apresentados, em português, a oração introduzida por *que*, em (6), é factual, pois há certeza de que *Pedro está doente*, enquanto a oração introduzida por *se*, em (7), é não-factual, uma vez que não há certeza sobre o estado de Pedro: *Pedro está ou não doente*.

A segunda diferença possível entre oração principal e subordinada relacionada à expressão de operadores, principalmente à sequência de tempos (*consecutio temporum*), é uma instanciação do que se tem denominado de concordância de operadores, obtida entre a oração principal e a subordinada. Vejamos um exemplo (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p 368):

- (8) Naus uqa ege [qila bele-q-na fo=ec] sisil-t-en.
 Naus he I today go-1.pl-fut q=nmlz ask-1.sg-rem.pst
 Naus asked me whether we would go today.
 Naus asked me whether we will go today.
 ‘Naus me perguntou se nós iremos hoje.’

A oração principal (*Naus me perguntou*), no exemplo (8), está no passado, mas a oração subordinada (*se nós iremos hoje*) está no futuro, o que mostra que há um tempo relativo, em que um Estado-de-Coisas é apresentado como posterior ao ponto de referência estabelecido pelo marcador de passado da oração principal.

A relação concessiva ocupa a posição de modificador de um núcleo, que pode ser um Conteúdo Proposicional, um Ato ou Move. Sendo assim, no Nível Morfossintático, é um constituinte, sintagmático ou oracional, de outra oração, que, por sua vez, constitui uma Expressão Linguística. Dessa forma, a relação estabelecida entre a oração principal e o sintagma ou oração concessiva é de *subordinação*.

Tendo em vista os diferentes autores e seus respectivos conceitos de subordinação apresentados, neste estudo, adotamos o conceito de Hengeveld e Mackenzie (2008), pois julgamos que essa proposta de classificação das subordinadas em níveis e camadas responde

de modo apropriado nossas perguntas de pesquisas: (i) Como a relação concessiva se expressa em português?; (ii) As relações concessivas podem ser introduzidas por meio de conjunção simples, complexas ou podem ser introduzidas por outros meios, tais como sem conjunção? (iii) A relação concessiva pode modificar qualquer camada de qualquer nível? Como veremos adiante, a concessiva pode constituir um Conteúdo Proposicional, no Nível Representacional, um Ato ou um Move, no Nível Interpessoal, e, no Morfossintático, é componente de uma Expressão Linguística (EL). A expressão linguística consiste em qualquer conjunto de pelo menos uma unidade que pode ser usada independentemente. Se houver mais de uma unidade dentro da Expressão Linguística, apesar de pertencerem à mesma unidade morfossintática, elas não são partes uma da outra. As unidades que podem se combinar dentro de uma Unidade Linguística são *Orações* e *Sintagmas*.

Em função da *dependência* entre seus componentes, uma Expressão Linguística pode ser de vários tipos: O primeiro tipo é a **equiordenação** (*equiordination*), quando duas Orações ou dois Sintagmas não podem ser usados independentemente, ou seja, apresentam relações de dependência extrema, como por exemplo, *Ela canta tão bem quanto Mohan cantava*. O segundo tipo é denominado **cossubordinação** (*cosubordination*) que pode ocorrer entre Orações, como em *Tendo jogado com cuidado, não quebrou*. e entre Sintagmas, em relação de **extra-oracionalidade** (*extra-clausality*), nesse caso há uma relação de dependência sem que o termo dependente seja um constituinte de outro, como exemplificado em *Quanto aos alunos, eles ouviram as notícias ontem*. O terceiro tipo é a **Coordenação** (*coordination*), no que se refere às Orações, como em *O Palmeiras ganhou e o São Paulo perdeu* ou a Listagem (*listing*) entre os Sintagmas, como exemplifica *Um lanche, batatas fritas e uma coca-cola* (para a pergunta *Qual é o seu pedido?*), casos em que nenhum constituinte depende de outro, mas a combinação deles forma uma única unidade linguística.

2.2 As orações adverbiais

Os gramáticos definem as orações adverbiais baseados em critérios sintáticos e semânticos. Uma oração é classificada como subordinada adverbial, quando (i) exerce a função sintática de adjunto adverbial, isto é, exerce na oração principal a mesma função sintática de um advérbio, sendo um termo desta, e, portanto, dela dependente sintaticamente; (ii) depende da oração principal para estabelecer sentido completo, caso em que a dependência é semântica.

Dik (1989), por sua vez, concebe as orações adverbiais como um tipo de satélite oracional. As posições ocupadas pelos satélites⁷ na estrutura subjacente da oração podem ser preenchidas por termos⁸ e, dessa forma, podem se referir a diferentes entidades. As entidades que se referem às camadas mais altas (predicação, proposição e oração) geralmente se apresentam por meio de termos complexos, que contêm uma predicação encaixada, uma proposição encaixada ou uma oração encaixada.

Quando a construção encaixada funciona como satélite, segundo Dik (1997b, p. 124), ela é a informação mais importante (*foreground information*⁹), ou seja, será o Foco da construção, o que se justifica pelo fato de que geralmente o satélite é considerado pelo falante como uma informação relevante, pois, se não fosse uma informação que ele julgasse importante, não seria acrescentado à estrutura subjacente da oração principal.

As principais considerações de Dik (1997b) a respeito das construções adverbiais podem ser resumidas a duas características a seguir: (i) são construções encaixadas

⁷ Os *satélites* são elementos lexicais que podem ser acrescentados ou não à estrutura subjacente da oração. Na Gramática Discursivo-Funcional esse constituinte passa a ser denominado *Modificador*, uma vez que modifica ou escopa uma camada da estrutura subjacente.

⁸ *Termos* são entendidos aqui como expressões que podem ser usadas para se referir ao mundo real ou imaginário (DIK, 1997b, p. 93).

⁹ *Foregrounded information* é a informação nova, reivindicada, e *backgrounded information* é a informação pressuposta ou já conhecida na interação.

(*embedding*) e (ii) podem veicular a informação mais importante da construção, ou seja, podem se apresentar como Foco.

Dik (1997b) analisa todos esses termos complexos levando em conta três aspectos: (i) semântico: em função da camada que ocupam (predicação, proposição e oração); (ii) funcional (sintática, semântica e pragmática) e (iii) formal (posição da oração subordinada em relação à matriz, presença ou não de marcadores subordinativos, ordenação dos constituintes, a forma verbal, que pode ser finita ou não-finita, e modos).

Esses aspectos apresentados por Dik (1997b) foram usados por Hengeveld (1996) em um estudo que propõe caracterizar as propriedades formais e semânticas das orações completivas factuais e das orações adverbiais. Hengeveld (1996) verificou que a única propriedade compartilhada por esses dois tipos oracionais é que suas estruturas subjacentes são inteiramente determinadas por elementos da oração principal. No caso das orações completivas, o predicado determina a estrutura subjacente da oração completiva. No caso das adverbiais, por outro lado, a função semântica da oração subordinada é que determina a sua estrutura subjacente. “Essa característica comum das orações adverbiais e completivas faz com que elas sejam candidatas ideais para um estudo das de suas camadas isoladas”¹⁰ (HENGEVELD, 1996, p.121).

Nesse estudo Hengeveld (1996) realiza uma pesquisa tipológica (em uma amostra de 25 línguas europeias) relevante das adverbiais no que diz respeito às suas propriedades formais. Ele considera os seguintes fatores: (i) forma do verbo da oração adverbial: finito ou não-finito, estando esse parâmetro estreitamente relacionado ao segundo; (ii) tipo de entidade hierárquica que a oração representa, o que resulta na hierarquia entre as entidades propostas pelo autor, conforme segue:

¹⁰“ This common feature of adverbial and complement clauses makes them ideal candidates for the study of properties of layers in isolation” (HENGEVELD, 1996, p.121).

Zero ordem	>	segunda ordem	>	Terceira ordem	>	Quarta ordem
Não-finito			>			Finito

Tipo de entidade hierárquica (HENGEVELD, 1996, p. 135)

De acordo com Hengeveld (1996), a hierarquia acima permite predizer se a língua permite o uso de uma forma verbal não-finita para a expressão de uma oração subordinada de terceira ordem, por exemplo; e prediz também se permitirá o uso de formas não-finitas para a expressão de orações subordinadas de zero e segunda ordem.

O critério da finitude também se relaciona ao terceiro fator: (iii) a pressuposição, pois para Hengeveld (op cit), uma oração adverbial tende a ser expressa por meios não-finitos se for pressuposta, como se pode observar na seguinte hierarquia proposta pelo autor:

Pressuposição	>	Não-pressuposição
Não-finito	>	Finito

Hierarquia de pressuposição (HENGEVELD, 1996, p. 139)

Hengeveld relaciona a finitude verbal também a um quarto fator: (iv) tempo de referência dependente ou tempo de referência independente da adverbial¹¹ e propõe a seguinte hierarquia:

Tempo temporal dependente (TRD)	>	Tempo de referência independente (TRI)
Formas verbais não-finitas	>	Formas verbais finitas

Hierarquia de tempo de referência (HENGEVELD, 1996, p. 139)

Como se pode notar na hierarquia acima, formas verbais não-finitas tendem a apresentar tempo de referência dependente, enquanto as formas verbais finitas tendem a apresentar tempo de referência independente.

¹¹ *Dependent time reference* (DTR) e *Independent time reference* (ITR), respectivamente.

Esses fatores foram utilizados por Hengeveld em um estudo posterior, Hengeveld (1998), a fim de fazer um mapeamento tipológico das adverbiais sob a hipótese de que há uma correlação sistemática entre elas, por um lado, e a maneira como são expressas, por outro. A esses fatores apresentados, Hengeveld (1998) acrescenta outro: a factualidade. Os aspectos formais considerados por ele, portanto, foram:

1. **Tipo de entidade** designada pela oração adverbial: de zero a quarta ordens. Hengeveld (1998) afirma que as orações adverbiais não podem ser expressas por entidades de primeira ordem, pois esse tipo de entidade pode ser expressa somente por meio de sintagmas nominais e não por meio de orações;
2. **Dependência Temporal:** uma oração adverbial pode apresentar tempo de referência dependente ou independente. Esse parâmetro só é relevante para as entidades de segunda ordem, já que as entidades de zero ordem apresentam necessariamente tempo de referência dependente e as entidades de terceira e quarta ordens apresentam necessariamente tempo de referência independente;
3. **Pressuposição:** o evento expresso na oração adverbial pode ser *pressuposto* ou *não-pressuposto*.
4. **Factualidade:** as orações adverbiais podem ser *factualis* quando descrevem um evento considerado real tomando como ponto de referência a oração principal e podem ser *não-factualis* quando descrevem um evento que é considerado não-real tomando como ponto de referência a oração principal.

Vejamos a aplicação desses fatores a uma oração adverbial concessiva dada por Hengeveld (1998, p. 357):

- (9) He got to the job although he had no qualifications.
 ‘Ele conseguiu o emprego embora não tivesse qualificações.’

Trata-se de uma adverbial concessiva de *terceira ordem, factual e pressuposta*, conforme a classificação do autor.

Nesse estudo, Hengeveld (1998) afirma que uma oração é considerada adverbial se, quando omitida, a gramaticalidade da oração principal é afetada (HENGEVELD, 1998, p. 335).

Cristofaro (2003) afirma que as relações adverbiais são as que ligam dois Estados-de-coisas de tal modo que um deles (o dependente) corresponde a circunstâncias sob as quais o outro (o principal) ocorre. O Estado-de-Coisas dependente pode representar o propósito veiculado pelo Estado-de-Coisas principal.

A autora afirma que as definições tradicionais de construções adverbiais descrevem uma oração adverbial funcionando como outro advérbio de um predicado principal. Em outras palavras, as definições tradicionais assumem que orações adverbiais são sintaticamente parte das orações principais, ou seja, são encaixadas (*embedded*) nelas (CRISTOFARO, 2003, p.155). Segundo Cristofaro (op cit), essa definição se torna inadequada em uma perspectiva tipológica, já que essa dependência sintática não existe em algumas línguas, como por exemplo, em algumas línguas crioulas, que expressam os significados adverbiais por meio de uma simples justaposição de orações não encaixadas, ou ainda algumas línguas da Austrália, que expressam as relações adverbiais por meio de orações não-encaixadas (*non-embedded*). Isso mostra que a noção de encaixamento (*embedding*) é, segundo Cristofaro, inapropriada em uma perspectiva tipológica.

Cristofaro (2003, p.156) distingue apenas seis tipos de relação adverbial, pois trata somente de adverbiais que atuam na camada da predicação: (i) propósito; (ii) posterioridade temporal; (iii) anterioridade temporal; (iv) simultaneidade temporal; (v) condições de realidade; (vi) razão.

Como notamos, as concessivas não são elencadas pela autora. Não podemos desconsiderar, no entanto, que as orações adverbiais são expressas também nos outros níveis, tal como dado por Hengeveld (1998, p. 357). O autor não se limita às adverbiais que atuam na predicação e propõe outras: (i) Meios; (ii) Causa; (iii) Explicação; (iv) Adição; (v) Concessão; (vi) Circunstância potencial; (v) Condição potencial; (vi) Circunstância negativa; (vii) Circunstância irreal.

Nas relações adverbiais, segundo Cristofaro (2003, p.156), nenhum dos Estados-de-coisas relacionados envolve referência ao outro, mas é a relação adverbial em si que envolve referência a dois Estados-de-coisas distintos e define os traços semânticos que os caracterizam. Portanto, as relações adverbiais podem ser descritas em termos dos mesmos parâmetros aplicados às relações de complementação, tais como o nível da estrutura da oração e a predeterminação de traços semânticos dos Estados-de-coisas ligados à integração semântica.

A Gramática Discursivo-Funcional, no entanto, considera que é a função semântica ou a conjunção lexical que restringe as camadas com as quais a subordinação adverbial pode se combinar (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.362).

2.3 A concessão

Desde os gramáticos da língua latina, tais como Bassols (1956), Scherer (1975) e Kühner-Stegmann (1914), conforme afirma Puente (1998, p.17), as relações de concessão se

definem como “aquelas que expressam uma objeção real ou possível ao que está sendo apresentado na oração principal”¹².

Notamos que, em português, os gramáticos, tais como Cunha (1972), Bechara (1999) e Cunha e Cintra (2001), mantiveram a mesma definição dos gramáticos latinos, pois, de modo geral, afirmam que uma oração é adverbial concessiva quando a subordinada exprime um obstáculo - real ou suposto – que não impedirá ou modificará de modo algum a declaração da oração principal, conforme mostra o exemplo de Bechara (1999, p. 496):

(10) *Embora chova, sairei.*

Segundo o autor, *a chuva não será obstáculo tal, que me impedirá de sair.*

Bechara (1999, p. 497) propõe as *concessivas intensivas*, quando há intuito de assinalar qualidade ou modalidade qualquer, “consideradas em grau intensivo e sem limites”, tal como mostra o exemplo do autor: “*Por inteligente que seja, encontrará dificuldades em entender o problema*”.

O que se nota nos estudos tradicionais é a falta de uma definição precisa do que seja a relação concessiva, geralmente, a preocupação concentra-se somente na estrutura dessas orações, como fica evidente na definição de Cunha e Cintra (1985), que afirmam “haverá oração concessiva se a conjunção é subordinada concessiva”, ou seja, uma definição que não consegue explicar os vários usos das relações de concessão.

Neves (1999), de uma perspectiva linguística, aborda as orações concessivas no português brasileiro falado, utilizando o corpus mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado (PGPF), extraído do NURC e, ainda que tenha se proposto a responder à questão “O que é uma construção concessiva?”, devido à complexidade do tema, não o faz diretamente.

¹² “Según Bassols (1956) y Scherer (1975), las oraciones concesivas expresan una objeción real o posible a lo dicho en la oración principal” (PUENTE, 1998, p. 17)

Para definir uma construção concessiva, retoma Harris (1988, p. 72), que afirma: (i) “um antecedente concessivo contém ‘um fato, ou noção, apesar do qual a proposição principal se sustém’”; (ii) “nas concessivas, contrariamente a uma expectativa justificável, a escolha do elemento disjuncto é totalmente irrelevante, pelo menos para o resultado expresso na proposição principal”; (iii) numa sentença concessiva “a verdade da oração principal é asseverada, a despeito da proposição contida na oração subordinada”.

Neves (1999) aponta para a necessidade de se levar em conta a natureza argumentativa de uma construção concessiva, pois, segundo Moeschler e Spengler (1981, apud NEVES, 1999), teríamos dois tipos de concessão: *a lógica* e *a argumentativa*. Segundo Neves, numa construção concessiva, vista a partir do esquema lógico, a oração subordinada é denominada (*p*) e a oração principal ou nuclear é chamada (*q*). Assim, haverá uma construção concessiva quando o evento expresso em (*p*) constituir uma condição suficiente para a não-realização do fato/evento expresso em (*q*), mas (*q*) se realiza. Portanto, na concessão lógica, pode-se dizer que a afirmação de (*q*) independe do que quer que seja afirmado em (*p*).

Para esclarecer essa relação, Neves (op cit) analisa a seguinte construção do ponto de vista lógico-semântico:

(11) engraçado que eu gosto muito de chuchu **embora** todo mundo ache chuchu uma coisa assim sem graça... aguada... mas eu gosto... (DID-RJ-328:27-30)

Temos o seguinte esquema proposto por Neves (1999):

- chuchu é uma coisa sem graça... aguada – **A**
- eu gosto de chuchu – **B**
- Não A é condição necessária para B. Ou: A é condição suficiente para não B.
- Entretanto, não ocorre Não A (que é a condição necessária para B), e ocorre B, isto é, A não consegue ser causa de Não B. Ou: ocorre A (que é a condição suficiente para não B, mas B ocorre).

Já quanto ao segundo tipo de concessão, a argumentativa, colocam-se em contraste argumentos do discurso, já que, conforme afirma Neves, um estudo apenas do ponto de vista lógico não conseguirá dar conta da complexidade da relação de concessão.

Na concessão argumentativa (relacionada aos casos do domínio epistêmico e dos atos de fala propostos em Sweetser (1990)), existem dois argumentos que conduzem a conclusões implícitas contrárias. Assim, para a oração (12):

(12) ...uma coisa que eu como também .. **embora** o pessoal aqui em casa não coma muito... são os miúdos do boi... (DID-RJ-328:461-464)

teríamos o seguinte esquema, de acordo com Neves (1999):

- p “o pessoal em casa não come muito miúdos de boi” argumenta em favor de r “não fazer o prato”;
- q “eu como miúdos de boi” argumenta em favor de $\sim r$ “fazer o prato com miúdos de boi”;
- resultado final: q é argumento mais forte (para “fazer o prato”) do que p (para “não fazer o prato”).

König (1994), em um estudo das concessivas da língua inglesa, afirma que esse tipo oracional apresenta as seguintes propriedades:

- (i) pode ocorrer anteposta ou posposta à oração principal;
- (ii) ao contrário dos outros tipos de adverbiais, não existe um advérbio interrogativo concessivo análogo a *quando, onde, por quê, como*, etc.;
- (iii) orações concessivas não podem ser o Foco de um adjunto focalizado (partícula de Foco¹³), tais como: *only, even, just* (‘somente), etc., conforme atestado por König (1994) no seguinte exemplo: **Only although it was raining...* (‘somente

¹³ Em português, podemos ter “muito embora”, caso em que *muito* focaliza *embora*, e não a oração como um todo, o que atesta o estatuto de conjunção lexical de *embora*.

embora estivesse chovendo...'), sendo representado por: “**q*, somente embora *p*”, ao contrário dos outros tipos de adverbiais: “*q*, somente porque *p*” (causal); *q*, somente se *p* (condicional) e, por último, *q*, somente quando *p* (temporal) (KÖNIG, 1985);

- (iv) orações concessivas não ocorrem como Foco da sentença (**Only although it was raining...*);
- (v) Orações concessivas não podem ser o Foco de uma negação e nem ser uma interrogativa polar (*Was he harassed because he was a journalist?* ('Ele foi molestado porque ele era um jornalista?') X *Was he harassed although he was a journalist?*) ('Ele foi molestado embora ele fosse um jornalista?')¹⁴).

Como sustentado por König (1994), todas essas propriedades das concessivas parecem ser manifestações de uma única característica: elas não podem ser focalizadas, o que, segundo Crevels (1998, p. 131), “pode ser indício de que as orações concessivas são menos integradas em suas orações principais do que os outros tipos de adverbiais”.

Assim considerado nessa pesquisa, os estudos sobre concessão têm chamado a atenção para o fato de haver sobreposição de valores semânticos entre relações concessivas e outras relações adverbiais, tais como condicionais e causais. Harris (1988), com base em König (1986), afirma que não há categorias semânticas discretas para delimitar e classificar essas adverbiais.

Harris (1988, p. 71) propõe um *spectrum* semântico desses três tipos de adverbiais, que se inicia com as causais (nas quais uma relação causal entre a oração principal e a subordinada é afirmada), passa pelas condicionais (nas quais uma relação causal é

¹⁴ Consideramos que *Ele foi molestado embora ele fosse um jornalista?* deve ser lido como dois Atos, ou seja, há dois contornos entonacionais. Temos, portanto, duas ilocuções: a primeira é a declarativa *Ele foi molestado* e a segunda é a interrogativa *Embora ele fosse um jornalista?*

hipotetizada e proposta como base para avanço da interação verbal) e termina com as concessivas (nas quais uma relação causal entre a oração principal e a adverbial é negada).

Em função dessa sobreposição de funções semânticas, vários trabalhos têm sido desenvolvidos para mostrar semelhanças e diferenças entre as concessivas e as condicionais e entre as concessivas e as causais¹⁵. A seguir trataremos de alguns desses estudos e de suas principais considerações.

Em função da proximidade entre as condicionais e as concessivas, König (1985, 1986, 1994, 1995) e Van der Auwera e König (1988) apresentam as *condicionais concessivas*, que compartilham propriedades tanto com as condicionais quanto com as concessivas (HARRIS, 1988, p. 74), podendo ser agrupadas ora com as condicionais, ora com as concessivas. As condicionais asseveram o valor de verdade da oração principal dado o preenchimento de uma hipótese (*Se ele vier amanhã, X*¹⁶). As concessivas, por sua vez, geralmente aparecem como fatos incompatíveis com o conteúdo da oração principal (*Embora ele venha amanhã, X*). Uma outra diferença entre condicionais e concessivas consiste no fato de que uma relação condicional não implica em seus antecedentes nem em consequentes, enquanto uma relação concessiva implica ambas as orações componentes (KÖNIG, 1986, p. 231). As condicionais concessivas, portanto, se apresentam incompatíveis com o que está contido na oração principal, mas normalmente expressam uma hipótese momentânea e imediata (*Mesmo se ele estivesse aqui agora, X*).

As condicionais concessivas podem ser agrupadas juntamente com as condicionais sempre que a oração subordinada contém uma expressão que marca um valor extremo situável na mesma escala para algum esquema proposicional (KÖNIG, 1986, p. 238).

¹⁵ Alguns autores de gramáticas da língua espanhola (LÓPEZ GARCÍA, 1994; BOSQUE MUÑOZ e DEMONTE BARRETO, 1999) chegam a encontrar semelhanças semânticas entre as concessivas e as coordenadas adversativas: *Ainda que ele tenha me ofendido profundamente, eu saberei perdô-lo* e *Me ofendeu profundamente, mas o perdôarei*, respectivamente. Crevels (1998, p. 131), com base em Ducrot (1980), afirma que, embora essas orações compartilhem uma leitura de expectativa negativa, as orações adversativas expressam conceitos secundários, enquanto as concessivas manifestam um conceito primário.

¹⁶ Exemplos dados por Harris (1988, p. 73).

Por outro lado, as condicionais concessivas podem ser agrupadas com as concessivas a depender do tipo de condição contextual (KÖNIG, 1986, p. 238). As concessivas e as condicionais concessivas apresentam em comum (HASPELMATH e KÖNIG, 1998, p. 567)¹⁷: (i) circunstâncias desfavoráveis com relação à oração principal, em outras palavras, carregam uma implicação ou sugestão de incompatibilidade entre duas situações (KÖNIG, 1985, p. 266) e (ii) a oração principal a que se referem se apresenta como factual.

As condicionais concessivas, no entanto, ao contrário das condicionais, são semi-factuais¹⁸, ou seja, elas carregam traços de suas orações principais, como exemplificado abaixo com exemplos dos autores:

(13) *Even if you dislike ancient monuments, Warwick castle is worth a visit.*
 ‘Ainda que você não goste de monumentos antigos, é importante visitar o castelo Warwick.’

(14) *Whether you join me or not, I will go to the meeting.*
 ‘Quer você vá comigo ou não, eu irei à reunião.’

Na língua portuguesa, Neves (2000, p. 847) denomina essas orações de “condicionais com matiz concessivo”. Segundo a autora, essas orações são construções em que o elemento concessivo *mesmo* precede a conjunção condicional *se*, conforme exemplificado em:

(15) *Mesmo se quisesse não conseguiria trair.* (NEVES, 2000, p. 847)

Há estudos (KÖNIG e SIEMUND, 2000); (VERHAGEN, 2000) que mostram o outro tipo de proximidade semântica do *spectrum* de Harris (1988): entre as relações concessivas e as relações causais.

¹⁷ Esses traços em comum fazem com que as condicionais concessivas, segundo os autores, sejam classificadas, na literatura, como *concessivas hipotéticas* ou simplesmente *concessivas*.

¹⁸ Outra diferença entre esses dois tipos de orações consiste no fato de que as condicionais concessivas nunca vinculam suas orações antecedentes, ao contrário das concessivas, que sempre vinculam suas orações componentes (KÖNIG, 1985, p. 266), uma distinção não muito clara na nossa opinião.

A proximidade entre causais e concessivas, de acordo com Pasch (1992, apud KÖNIG e SIEMUND, 2000, p. 352) se dá por meio da factualidade. Segundo a autora, tanto as causais quanto as concessivas são construções factuais, e o que as difere é a pressuposição, já que as causais seriam pressupostas e as concessivas não-pressupostas, conforme mostra a tabela dada pela autora:

Figura 5: Causatividade e concessividade (PASCH, 1992, apud KÖNIG e SIEMUND, 2000, p. 352)

Construções causais	Construções concessivas
Porque p, q	Embora p, q
$P \rightarrow q$ (pressuposição)	$P \rightarrow \sim q$ (pressuposição)
P e q (asserção)	P e q (asserção)

Para Pasch (op cit), as duas situações relacionadas por um conectivo causal são mantidas de acordo com as tendências e regularidades gerais, comuns; enquanto as sequências das situações descritas em uma construção negativa se apresentam contra essa tendência, ou seja: p e q são asseverados em função de uma tendência geral “se p então não q ”. Essa tendência geral postulada pela autora não é aceita por König e Siemund (2000, p. 353), pois afirmam que todas as tentativas de capturar uma pressuposição relevante envolvem algum tipo de quantificação e generalização de uma proposição específica p e q . Para os autores, a sentença: *Embora esteja chovendo, Fred vai caminhar*, parece apresentar uma pressuposição como “se está chovendo, normalmente Fred não vai caminhar” ou “Pessoas não vão caminhar se está chovendo”. Essa pressuposição, para esses estudiosos, se aplica às concessivas e também às causais. König e Siemund (2000) propõem a seguinte representação da pressuposição para as causais e para as concessivas respectivamente: $P \rightarrow Q, p$ (pressuposição); $P \rightarrow \sim Q; p$ (pressuposição).

A relação entre causais e concessivas, na visão de Verhagen (2000), não reside na pressuposição, mas sim na negatividade das causais. Para ele, a negação da causalidade pode levar a uma interpretação concessiva, como mostram os exemplos (16) e (17) do autor (VERHAGEN, 2000, p.362);

- (16) *The house is no less comfortable because it dispenses with air-conditioning.*
‘A casa não é desconfortável porque não tem ar condicionado.’ (causa)
- (17) *The house is no less comfortable, although it dispenses with air-conditioning.*
‘A casa não é desconfortável, embora não tenha ar condicionado.’ (concessão)

Para Verhagen (2000), se realizado com contorno entonacional particular, o exemplo (16), pode ser lido como uma paráfrase de (17). Negar “a casa é menos confortável porque não tem ar condicionado” pode ser equivalente a afirmar “ela não é menos confortável” enquanto se admite “ela dispensa ar condicionado”.

Considerando as propriedades *factualidade*, *pressuposição*, *harmonia* e *dissonância* (com relação àquilo que é comum ou esperado, no mundo), König e Siemund (2000), propõem o seguinte quadro para distinguir condicionais, causais, condicionais concessivas e concessivas:

Quadro 2: Relações de sentido entre causal, condicional, concessiva e condicional concessiva (KÖNIG e SIEMUND, 2000, p. 342)

	Hipoteticidade	Factualidade
Harmonia	Condicional	Causal
Dissonância	Condicional concessiva	Concessiva

No quadro apresentado, a divisão vertical distingue relações cujos valores são factuais daqueles cujos valores são hipotéticos; tanto as causais quanto as concessivas asseveram o

valor de verdade das orações às quais se referem, diferentemente das condicionais e das condicionais concessivas. A divisão horizontal, por sua vez, distingue entre relações cujos sentidos estão em harmonia com as tendências gerais, ou seja, descrevem sequências típicas de situações no mundo, em oposição às relações entre situações que não estão em harmonia com tais tendências, isto é, expressam uma dissonância com as regularidades gerais de ocorrência.

Crevels (2000b, p. 320) afirma que as concessivas são muito menos integradas às orações principais do que as orações condicionais, temporais e causais.

Para nossa pesquisa, não levaremos em conta essa sobreposição de funções semânticas. Embora na literatura constem vários trabalhos sobre esse tema, julgamos que essas interpretações não são adequadas, uma vez que no arcabouço teórico aqui considerado, parte-se da intenção comunicativa do falante, ou seja, considera-se que o falante não tem dúvida sobre o que deseja expressar. Assim, se a intenção é expressar condição, ela vai ser mapeada no Nível Morfossintático por meio da expressão adequada (*se* ou qualquer outra conjunção que expresse condição). Se a intenção é expressar concessão, a materialização dessa intenção no Nível Morfossintático será por meio de uma conjunção concessiva.

Hengeveld (1998), apoiado nos tipos de entidades propostos por Lyons (1997), propõe cinco diferentes tipos de orações adverbiais: de zero a quarta ordens. Crevels (2000a, p. 25), por sua vez, acrescenta mais duas entidades – de quinta e sexta ordens – às de Hengeveld, resultando no seguinte esquema:

Quadro 3: Tipos de entidades (CREVELS, 2000a, p. 25)

Tipo de entidade	Descrição	Avaliação
Zero ordem	Propriedade ou relação	Aplicabilidade
Primeira ordem	Indivíduo	Existência
Segunda ordem	Estado de Coisas	Realidade
Terceira Ordem	Conteúdo proposicional	Verdade
Quarta ordem	Atos de fala	Informatividade
Quinta ordem	Move	Continuidade temática
Sexta ordem	Discurso	Coerência textual

As entidades de ordem zero são propriedades ou relações que não apresentam existência independente, mas são predicados de outros tipos de entidades, ou seja, são avaliados em termos de sua aplicação com relação às outras entidades. Um indivíduo é uma entidade de primeira ordem: pode ser localizado no espaço e pode ser avaliado em termos de sua existência. O estado-de-coisas ou evento é uma entidade de segunda ordem, pois pode ser localizado no espaço e no tempo, podendo ainda ser avaliado em termos de sua realidade. Um conteúdo proposicional é uma entidade de terceira ordem: não pode ser localizado no espaço nem no tempo, mas pode ser avaliado em termos de verdade. Um ato de fala é uma entidade de quarta ordem: localiza-se no espaço e no tempo, podendo ser avaliado, entre outras coisas, em termos de sua informatividade.

Conforme afirma Crevels (2000), o Move é uma entidade de quinta ordem e o discurso, por sua vez, é uma entidade de sexta ordem.

Crevels (2000b, p. 316) afirma que “as entidades de zero ordem não podem ser realizadas pelas orações adverbiais concessivas”; não explica, no entanto, a razão pela qual essas entidades não são plausíveis às concessivas.

Ainda de acordo com Crevels (2000a, p. 28), as entidades de primeira ordem tampouco se aplicam ao estudo das orações subordinadas adverbiais, pois elas são expressas

somente por locuções (*noun phrase*) e nunca por orações (*clauses*). Além disso, as entidades de sexta ordem seriam inapropriadas nesse contexto, já que se aplicam somente ao discurso.

Utilizando a teoria da Gramática Funcional, Crevels (2000a, 2000b) aplica a tipologia dos satélites ao domínio da conexão concessiva. Há, assim, satélites de predicação, proposição, enunciado e parágrafo, como mostram os exemplos de (18) a (21) a seguir:

- (18) Satélite de Predicação (σ_2)
John left his wife although he love her.
 ('João deixou/abandonou sua esposa *embora ele a ame.*')
- (19) Satélite de Proposição (σ_3)
John loved his wife, although he left her.
 ('João amava sua esposa, *embora ele a tenha deixado.*')
- (20) Satélite de Enunciado (*utterance*) (σ_4)
Although it's none of my business, your behaviour is a disgrace.
 ('*Embora não seja de minha conta, seu comportamento é inadequado.*')
- (21) Satélite de Parágrafo (σ_5)
Drugs? I would never touch them. Although, I've had one or two joints in the good old days.
 ('Drogas? Eu não tocaria nelas. *Embora eu tenha tido um ou dois contato com elas nos velhos tempos.*')

Em (18), *João abandonou a sua esposa embora ele a ame*, a concessão *embora ele a ame* modifica todo o Estado-de-coisas *João abandonar sua esposa*. Já em (19), a concessão *embora ele a tenha deixado* modifica a crença de que 'João amava sua esposa'. A leitura dos dois casos é totalmente diferente, o que é confirmado pela presença da vírgula entre oração principal e concessiva em (19) e sua ausência em (18).

Crevels (2000a, p.29) representa as estruturas subjacentes das orações concessivas da seguinte forma:

Concessiva de parágrafo: $(M_i), (M_j)_{\text{concessão}}$ **Concessiva de discurso** $(M_1: [(E_i), (E_j)_{\text{concessão}}] (M_i))$ **Concessiva proposicional** $(M_1:[E_1: [DECL (S) (A) [(X_i), (X_j)_{\text{concessão}}] (E_1)] (M_1))$ **Concessiva Predicacional** $(M_1:[E_1:[DECL (S) (A) (X_1): [(e_i), (e_j)_{\text{concessão}}] (X_1)] (E_1)] (M_1))$

A partir desse esquema, Crevels (2000a e b) adere à terminologia dos níveis semânticos propostos por Sweetser (1990) e pela Gramática Funcional, o que implica na referência a concessivas de conteúdo (*content*), epistêmicas (*epistemic*), de atos de fala (*speech-act*) e textuais (*textual*), tal como segue esquematizado:

Quadro 4: Terminologia níveis semânticos (CREVELS, 2000a, p. 29)

Tipo de entidade (ordem)	Descrição	Avaliação	Extensão de Sweetser (1991)
Segunda	Estado-de-coisas	Realidade	Nível do conteúdo
Terceira	Conteúdo proposicional	Verdade	Nível epistêmico
Quarta	Ato de fala	Felicidade	Nível do ato de fala
Quinta	Move	Continuidade temática	Nível textual

A seguir descreveremos o comportamento de cada um desses tipos de concessão, de acordo com Crevels (2000a, 2000b).

(A) Concessivas de conteúdo (2ª ordem)

Uma relação concessiva no domínio do conteúdo indica que um evento ou o EsCo descrito na oração concessiva forma um obstáculo, mas não impede a realização do evento ou do EsCo descrito na oração principal. Vejamos os exemplos dados pela autora (op cit).

- (22) *She's Just had a baby although she's forty-eight.* (CREVELS, 2000a, p. 30).
 ‘Ela acabou de ter um bebê embora tenha 48 anos.’¹⁹
- (23) *Although it's raining, we're going for a walk.* (CREVELS, 2000b, p. 317).
Embora esteja chovendo, nós iremos caminhar.

No último exemplo, embora no mundo real a chuva seja um obstáculo, não evita a saída para caminhar.

As concessivas de conteúdo são extremamente dependentes da oração que escopam para se estabelecerem semanticamente no discurso. Isso se reflete na prosódia, pois oração concessiva e oração principal apresentam um único contorno prosódico (CREVELS, 1998, p. 135), em outras palavras, deve haver um contorno só para a oração principal e para a subordinada. Vejamos os exemplos usados pela autora para esclarecer essa afirmação:

- (24) *John has left his wife even though he loves her very much.* (CREVELS, 1998, p. 135)
 ‘João deixou sua esposa *embora ele a ame muito.*’
- (25) *John has left his wife, even though he loves her very much.* (CREVELS, 1998, p. 135)
 ‘João deixou sua esposa, *embora ele a ame muito.*’

¹⁹ A presença ou não das vírgulas entre a oração principal e subordinada nos exemplos em português está de acordo com o exemplo original em inglês.

De acordo com Crevels (1998, p. 135), a concessiva restritiva de (24) pressupõe que João deixou sua esposa e simplesmente afirma que ele fez isso embora ainda a ame muito. Dessa forma, a oração concessiva é indispensável para uma correta interpretação da oração principal, o que assinala que essa concessiva é de conteúdo. Na concessiva não-restritiva de (25), por outro lado, a quebra entonacional (representada na escrita por uma vírgula) no final da oração principal força uma leitura proposicional, na qual tanto a conclusão do falante (de que João deixou sua esposa) quanto a relação concessiva entre sua conclusão e as circunstâncias relevantes descritas pela oração adverbial são afirmadas. Dessa forma, além de marcar uma pausa, a vírgula de (25) parece marcar uma entonação descendente da oração principal, o que assinala uma apresentação da oração principal como uma afirmação independente e não como uma pressuposição. Em (24), portanto, temos uma única unidade entonacional, enquanto em (25) temos duas unidades entonacionais.

(B) Concessivas epistêmicas (3ª ordem)

No domínio epistêmico, uma relação concessiva expressa a ideia de que o falante, a despeito de estar convencido do conteúdo da oração concessiva, chega à conclusão oposta, contida na oração principal; ou seja, uma conjunção concessiva no domínio epistêmico marcará o impedimento de uma crença ou de uma conclusão. Consideremos o seguinte exemplo:

- (26) Even though this solution would be harmful to our enemies, the damage done to us would be even greater. (CREVELS, 2000a, p. 32).
 ‘*Ainda que esta solução prejudicasse nossos inimigos, o dano causado para nós seria ainda maior.*’

O exemplo anterior não expressa nenhum conflito factual, mas um conflito entre a conclusão e o contra-argumento potencial expresso na oração concessiva. O mesmo se passa com o exemplo a seguir:

- (27) He's not at home, although his car is parked in front of the house. (CREVELS, 2000b, p. 317)
 'Ele não está em casa, *embora seu carro esteja estacionado em frente à sua casa.*'

O conectivo concessivo *embora* combina dois itens do conhecimento, uma premissa e uma conclusão conflitante: o falante, embora saiba que o carro da pessoa em questão esteja estacionado em frente à casa, menciona uma conclusão conflitante que é o fato de a pessoa não estar em casa.

(C) Concessivas de ato de fala (4ª ordem)

No domínio das concessivas de ato de fala, a oração concessiva não forma um obstáculo para a realização do evento ou estado-de-coisas descrito na oração principal, mas oferece um obstáculo para a realização do Ato de fala expresso pelo falante na oração principal. Vejamos um exemplo:

- (28) The answer is on page 200, although I'm sure you already know that. (Crevels, 2000, p. 32).
 'A resposta está na página 200, *embora eu tenha certeza de que você já sabe disso.*'

A certeza do falante sobre o fato de que seu interlocutor já sabe onde encontrar a resposta é compatível com a crença do falante de que está na página 200. Uma possível

paráfrase desse exemplo poderia ser: “se eu sei que você sabe que a resposta está na página 200, então normalmente eu não diria isso a você”; ou “se eu sei que você sabe que a resposta está na página 200, então normalmente eu não realizaria este ato de fala assertivo para você”.

Outro exemplo de relação ilocucionária entre oração principal e concessiva é dado por Crevels (2000b):

- (29) *Even though I am calling you a bit late, what are your plans for this evening?*
(CREVELS, 2000b, p 317)
‘Ainda que eu esteja te ligando um pouco tarde, quais são os seus planos para esta noite?’

Nesse caso, a oração concessiva *Ainda que eu esteja te ligando um pouco tarde* forma um obstáculo para o Ato de fala expresso na oração principal *quais são os seus planos para esta noite?*, uma possível paráfrase seria: *Eu sei que eu deveria ter te ligado mais cedo, eu normalmente não telefonaria a você a essa hora para perguntar o que você vai fazer essa noite.*

As concessivas de Ato de fala normalmente apresentam uma relação muito próxima com a máxima da informatividade de Grice (1975)²⁰, que permite ao interlocutor apreender mais informação do que verdadeiramente contém (GRICE, 1975, apud CREVELS, 2000b), isto é, na oração concessiva, o falante viola a máxima griceana ao oferecer mais informação do que o necessário.

De acordo com Crevels (2000a), no nível do ato de fala, dois subtipos de concessão podem ser distinguidos: a concessiva retórica e a concessiva de avaliação.

²⁰ Grice (1975) apresenta quatro máximas para a conversação:

- (i) Máxima da quantidade: “não diga nem mais nem menos do que o necessário. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”.
- (ii) Máxima da qualidade (ou da verdade): “trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira”
- (iii) Máxima da relevância (ou da relação): “diga somente o que é relevante”
- (iv) Máxima do modo: “seja claro”

(i) **Concessiva Retórica:** quando a incompatibilidade não reside no conteúdo factual das duas orações que formam uma construção concessiva, mas sim nas conclusões ou argumentos em que são baseadas essas asserções. Esse tipo de concessiva foi denominada por König (1994) de *concessiva retórica*. Geralmente é introduzida por conectivos concessivos enfáticos, tais como *true* no inglês, *zwar* no alemão e/ou uma conjunção adversativa *but* (*mas*), e pode, portanto, resultar em construções indistinguíveis de outras construções adversativas. Em inglês, no entanto, *though* (*ainda que, embora, entretanto*) e *although* (*embora, apesar que*) também podem ser usados com essa função. As concessivas retóricas são usadas particularmente para conceder uma primeira asserção e para enfatizar a segunda. Exemplos:

(30) It may be self-satisfaction, but I am prepared to show whether I am a film director or no. (Crevels 2000a, p. 33).

‘Pode ser desafiador, *mas eu estou preparado para mostrar se eu sou diretor de filme ou não.*’

(31) *Although it isn't very fashionable to say it nowadays, I am indeed a fan, a very big fan of Fidel.* (CREVELS, 2000a, p. 33)

‘*Ainda que não esteja muito na moda dizer isso hoje em dia, eu sou um fã, um grande fã de Fidel.*’

Para este trabalho, como já afirmado na Introdução, levaremos em consideração somente os casos de concessivas introduzidas por conjunções, tal como mostra o último exemplo. Não trataremos de ocorrências introduzidas por conectivos que derivam de expressões usadas originalmente para afirmações enfáticas (cf. König, 1994 apud CREVELS, 2000a, p. 33), como por exemplo: He may be a professor, but He is an idiot. (‘*Ele pode ser um professor, mas ele é um idiota.*’) (KÖNIG, 1994, p. 681).

(ii) **Concessiva de Avaliação:** ocorre frequentemente em combinação com partículas e locuções enfáticas. Na língua inglesa pode vir associada com *actually* (realmente/de fato), *it's obvious that* (é obvio que) ou usa-se o verbo *do* para enfatizar; na língua espanhola, pode vir com *lo cierto es que* (o é certo que), *la verdad es que* (a verdade é que), *está claro que* (está claro que), *claro* (claro), *sí* (sim) e *sobre todo* (sobretudo) . Exemplos:

(32) Well, *actually* I force myself to read for a while every day before going to sleep. This has turned into a habit, although the truth is that nowadays I read very little time. (CREVELS, 2000a, p. 33)
 ‘Bem, realmente eu me forço a ler um pouco todos os dias antes de ir dormir. Isso tem se tornado um hábito, *embora a verdade é que atualmente eu leio muito pouco tempo.*’

(33) A: ¿Se considera la conciencia crítica de los poderes públicos y políticos?
 B: Algunas veces sí, aunque *la verdad es que* no es exactamente así. (CREVELS, 1998, p. 138)
 A: ‘Se considera a consciência crítica dos poderes públicos e políticos?’
 B: ‘Algumas vezes sim, *ainda que a verdade é que não é exatamente assim.*’

(D) Concessivas textuais (5ª ordem)

Ao contrário das orações concessivas de Ato de fala (4ª ordem), as concessivas textuais não modificam a oração principal (CREVELS, 2000a), mas sim uma unidade textual inteira precedente, que pode ser composta por várias sentenças. As concessivas textuais geralmente modificam uma série inteira de proposições precedentes, sinalizando um turno inesperado no contexto discursivo. Frequentemente parecem funcionar como um antitema (*afterthought*). Vejamos um exemplo dado por Crevels (2000a):

(34) A: From which point on did you have the feeling that you'd lost your privacy, your anonymity?

B: I still don't consider myself a popular figure, but I think that I have lost my privacy since the time I sometimes hear my name being called from behind me,

or catch a look more intense than others looks... Even though one always gains other things... (CREVELS, 2000a, p. 34)

A: ‘A partir de quando você percebeu que tinha perdido sua privacidade, seu anonimato?’

B: ‘Eu ainda não me considero uma figura popular, mas eu acho que eu perdi a minha privacidade desde quando eu comecei a ouvir chamarem meu nome, ou um olhar mais intenso do que olham para os outros ... *Ainda que a gente sempre receba outras coisas...*’

As diferentes orações concessivas descritas acima manifestam distintos graus de subordinação e de integração entre a oração subordinada e a oração principal (CREVELS, 2000b, p. 319). As concessivas pertencentes aos níveis mais altos parecem ser menos integradas do que as que pertencem aos níveis mais baixos de organização da oração.

A fim de verificar se há diferenças formais entre os distintos subtipos de concessivas na língua espanhola, Crevels (1998) considera relevante quatro diferentes camadas: a predicacional, proposicional, ilocucionária e textual. Para isso, a autora verifica:

- (i) finitude verbal: verbos finitos ou não-finitos.

O estudo revela que, em espanhol, formas verbais não-finitas ocorre somente nas camadas predicacional (concessivas de conteúdo) e proposicional. Essas formas verbais ocorrem muito raramente na camada de ato de fala e nunca no nível textual, o que resulta no seguinte esquema:

Camada Predicacional	>	Proposicional	>	Ilocucionária	>	Textual
Formas verbais não-finitas		>		Formas verbais finitas		

- (ii) modo verbal: formas verbais no indicativo ou subjuntivo.

O estudo revela que o subjuntivo se torna mais raro à medida que as camadas se tornam mais altas, portanto, nas camadas mais altas há predomínio de formas verbais no indicativo, conforme o esquema a seguir:

Camada Predicacional	>	Proposicional	>	Ilocucionária	>	Textual
Subjuntivo	>		>		>	Indicativo

- (iii) complexidade morfológica do elo concessivo.

Com base nos estudos de gramaticalização, esperava-se que houvesse erosão ou redução das conjunções nas concessivas pertencentes aos níveis mais altos, o que realmente se confirmou no espanhol, pois as conjunções morfológicamente mais complexas ocorrem com mais frequência nas camadas predicacionais e proposicionais, enquanto as conjunções morfológicamente mais simples predominam nas camadas ilocucionárias e textuais, conforme representado pelo esquema a seguir:

Camada Predicacional	>	Proposicional	>	Ilocucionária	>	Textual
Conjunção morfológicamente complexa	>	Conjunção morfológicamente simples				

Dessa forma, portanto, Crevels (1998) mostra que, em espanhol, há uma correlação sistemática entre o tipo semântico de construção concessiva e sua expressão formal. A autora afirma que há distintas propriedades formais das concessivas correspondentes às diferentes camadas da Gramática Funcional.

Estendendo esse estudo para outras línguas, Crevels (2000b) investiga se há distinções formais entre as concessivas em diferentes línguas sob três hipóteses:

- (i) uma construção concessiva do nível mais alto, textual, por exemplo, pode aparecer sem nexos, ou seja, de forma assindética, o que se confirma em algumas línguas²¹;
- (ii) considerando o esquema concessivo “embora p (oração subordinada), q (oração principal)” nos níveis mais altos, os informantes tendem a enfatizar a oração principal (q), o que se confirmou em algumas línguas;
- (iii) um nexos concessivo somente pode ser usado para introduzir construções nos diferentes níveis semânticos se esses níveis formarem categorias contíguas na hierarquia, o que também se confirmou em algumas línguas tais como o Japonês, Mestreechs e Kwaza.

As três hipóteses foram confirmadas, o que nos prova que o estudo das concessivas em camadas revela concessivas de comportamento diferentes, que merecem um estudo detalhado.

2.4 As concessivas na conversação

Couper-Kuhlen e Thompson (2000), em um estudo das concessivas no inglês falado sob a Teoria da Estrutura Retórica, afirmam que a concessão na conversação entre dois participantes envolve três sequências básicas: na primeira, o falante A afirma algo, X, na

²¹ Na língua Lakxota (Sul dos EUA), aparecem concessivas epistêmicas, de atos de fala e textuais sem nexos; o que também se passa com as concessivas de atos de fala e textuais na língua Pima (Arizona, EUA) e Kiwai. Em Húngaro e Turco, esse tipo de construção ocorre somente com as concessivas textuais.

segunda, o falante B, ou seja, o ouvinte, admite ou concede²² a validade dessa afirmação, X', mas, na terceira etapa, o falante B reivindica a validade da afirmação potencialmente contrastante, Y. É o que as autoras denominam de *padrão básico* ou *Concessivas Cardinais*. Esse padrão é apresentado a seguir de um modo mais esquemático (BARTH, 2000, p. 413):

A: X (afirma algo)
 B: X' (reconhece a validade da afirmação de A)
 B: Y (reivindica a validade da afirmação contrastante)

Por meio de um exemplo das autoras (COUPER-KUHLEN e THOMPSON, 2000, p. 381) podemos esclarecer essas relações:

(35) Situation: Joanne and Lenore are discussing a mutual friend who has engaged in substance abuse.

A: but he's healthy as an OX, that guy (...) that guy is healthy as an OX, his liver

B: except for his liver

A: yeah, but I'm saying, is like, you know, as much as he's abused his liver, and all other things in his life, he's still healthy as an OX.

Situação: Joanne e Lenore estão discutindo sobre um amigo em comum que tem feito uso abusivo de substâncias.

A: mas ele está saudável como um boi, aquele garoto (...) aquele garoto é saudável como um boi, seu fígado

B: exceto seu fígado

A: mas eu estou dizendo, é como, você sabe, *mesmo ele abusando* do seu fígado e de várias outras coisas na sua vida, ainda está saudável como um boi.

Quando representamos esse exemplo, temos o seguinte ((COUPER-KUHLEN e THOMPSON, 2000, p. 385):

²² *Conceder* deve ser entendido aqui no sentido de *contraste* (COUPER-KUHLEN e THOMPSON, 2000, p. 382).

- A: X (O fígado daquele garoto não está saudável)
 B: X' (ele está abusando do seu fígado) (e ele está abusando muito)
 Y (ele ainda está saudável como um boi)

Esse esquema, de um ponto de vista funcional, evidencia que os falantes do inglês orientam e manipulam esquemas concessivos como se negociassem a construção dos significados conjuntamente. Essa representação emerge de um uso frequente que os falantes podem fazer disso para introduzir discordância e criar uma concordância por reconhecer a existência simultânea de duas perspectivas potencialmente incompatíveis (COUPER-KUHLEN e THOMPSON, 2000, p. 405).

Essa representação é uma proposta de Couper-Kuhlen e Thompson (2000) para identificar ocorrências concessivas, mas, segundo Barth (2000), apresenta alguns aspectos problemáticos: (i) os dados foram coletados em entrevistas de rádio e de televisão, e não da língua falada em situações reais de comunicação; (ii) o número de participantes da interação se limita a somente dois (BARTH, 2000, p. 415), e o último e principal problema: (iii) as concessivas apontadas pelas autoras dizem respeito somente àquelas marcadas por *but*, nunca por conjunções do tipo *although* ou *even though*, ou seja, são construções paratáticas, que, na visão das autoras, expressam concessão (BARTH, 2000, p. 417).

Esse esquema de concessão, no entanto, foi utilizado por Barth (2000), que realiza um estudo das funções das relações concessivas do inglês, tanto das construções concessivas coordenadas introduzidas por *but* quanto das concessivas subordinadas introduzidas por *although*, conjunção que considera prototípica para a expressão da concessão.

As concessivas introduzidas por *but*, mais recorrentes do que as introduzidas por *although*, na pesquisa do autor, devido à preferência dos falantes pela coordenação, apresentam a função de preservação da face²³. Essa função explica a grande recorrência de

²³ O termo “face”, de acordo com Goffman (1967), pode ser definido como valores sociais positivos que uma pessoa efetivamente alega de si próprio durante a comunicação. Em outras palavras, a *face* é uma imagem que o falante forma de si próprio em função da aprovação social. A preservação da face, portanto, é uma estratégia

construções concessivas paratáticas, pois a coordenação proporcionaria maior equilíbrio entre as duas proposições do que a subordinação, possibilitando privilegiar um pouco mais a primeira oração e contrastá-la com Y (do esquema das Concessivas Cardinais) quando as opiniões sobre algo ainda precisam ser discutidas. Essa estratégia adotada pelo falante serve para preservar a sua própria face ou ainda a face do seu interlocutor, já que, em uma construção subordinada, o termo dependente, que pode ser o do interlocutor, é considerado menos importante ou inválido (BARTH, 2000, p. 419).

As concessivas introduzidas por *although*, por sua vez, apresentam as seguintes funções (BARTH, 2000):

- (i) restringir ou limitar a argumentação prévia, ou seja, da primeira oração, como uma maneira de corrigir o que foi dito;
- (ii) introduzir informações adicionais, uma estratégia que pode ser encarada como uma maneira de restringir o conteúdo da primeira oração;
- (iii) prevenir possíveis objeções, ou seja, o falante antecipa um contra-argumento do seu interlocutor que possa invalidar o que foi afirmado;
- (iv) sumarizar mudanças prévias de argumentos, em outras palavras, o falante resume o que foi colocado no co-texto precedente para que essas informações não sejam perdidas;
- (v) mudar ou inserir um novo assunto.

Essas funções, com exceção da terceira, a de prevenir possíveis oposições, são todas de natureza discursivo-organizacionais (BARTH, 2000, p. 420).

Funções semelhantes desempenhadas pela conjunção *obwohl* (*embora* no alemão) foram encontradas por Günthner (2000), também na língua falada. A autora constatou que

usada pelo falante para que sua conduta ou sua opinião sejam mantidas dentro da “linha” da conversação durante a interação, ou seja, dentro de um padrão de atos verbais e não-verbais pelos quais ele expressa sua opinião.

essa conjunção desempenha a função de concessão quando apresenta maior integração sintática, pois, quando aparece menos integrada sintaticamente (uso mais informal, não previsto pela gramática tradicional alemã), pode limitar ou corrigir (parcial ou totalmente) a afirmação a que está se referindo; essa não-integração é apoiada pela prosódia da língua, já que cada oração apresenta seu próprio contorno entonacional e aparece separada por pausa, diferentemente do uso concessivo de *obwohl* (*embora*), que apresenta somente um contorno prosódico.

Além da integração sintática e dos contornos prosódicos, a diferença entre as funções de concessão e de correção apresentadas por *obwohl* também é dada pela posição do sintagma ao qual esse nexos pertence: quando apresenta a função de concessão, pode aparecer na posição inicial ou final; já quando desempenha a função de correção, aparece somente em posição final.

O quadro a seguir, adaptado de Günthner (2000, p. 452), resume e esquematiza essas características formais de ambas as funções de *obwohl* (*embora*):

Quadro 5: Características formais das funções de *obwohl* (*embora*) (GÜNTNER, 2000, p. 453)

	Concessão (<i>q</i> , <i>embora p</i>)	Correção (<i>q</i> , <i>embora p</i>)
Validade de <i>q</i>	<i>q</i> continua válido	A validade de <i>q</i> é cancelada ou questionada
Propriedades sintáticas	Maior integração sintática	Menor integração sintática
Características prosódicas	Um único contorno entonacional	Dois contornos entonacionais, separados por uma pausa
Posição do sintagma introduzido por <i>obwohl</i>	Posição inicial ou final	Somente posição final
Escopo da conexão	Conexão de duas orações	Conexão de porções discursivas maiores que a oração

2.5 Conjunções concessivas

Na visão da Gramática Tradicional, uma relação concessiva geralmente é expressa por meio de uma conjunção.

Conjunção, de acordo com a maioria dos gramáticos tradicionais, é uma palavra invariável que liga orações ou termos de igual função. Assim sendo, deve ser colocada entre as frases ou termos cuja ligação estabelece (BUENO, 1963). Podem ser *coordenativas*, quando ligam orações independentes, ou *subordinativas*, quando ligam orações dependentes.

As conjunções subordinativas, caso das conjunções concessivas, ligam duas orações, subordinando uma a outra (CEGALLA, 1985, p. 244). As conjunções subordinativas concessivas iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la. São *embora*, *conquanto*, *ainda que*, *mesmo que*, *posto que*, *bem que*, *se bem que*, *por mais que*, *por menos que*, *apesar de que*, *nem que*, *que*, etc. (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 587).

Além das conjunções subordinativas concessivas, há *conjunções conjuntivas*, isto é “locuções”, como *ainda que*, constituídas de advérbios seguidos do transpositor relativo *que*, que é um “repetidor” de advérbio, papel análogo ao que desempenha como “repetidor” (isto é, referente) de substantivo ou pronome (BECHARA, 1999). Bechara (1999) afirma que em algumas construções se pode alterar o significado originário do advérbio, motivado pelo significado dos lexemas que entram na oração e por uma interpretação suplementar, contextual, do falante, calcada na sua experiência de mundo. Dessa forma, *ainda*, por exemplo, nitidamente temporal, segundo o autor, ao unir-se ao *que*, na locução *ainda que*, altera seu significado para valor concessivo, equivalente a *embora*:

- (36) Nada conseguiu da justiça, **ainda que** juntasse todas as provas em sua defesa.

O advérbio é apresentado, portanto, como um possível elo concessivo. A concessão pode, conseqüentemente, ser marcada por locuções adverbiais, conforme mostra o exemplo de Bechara (1999, p. 291):

(37) Voltaram **apesar do** escuro.

Além das locuções adverbiais, alguns autores apresentam as preposições como uma das formas de marcação de concessão.

A preposição *com*, por exemplo, em certos casos, pode exprimir as noções de *concessão*, principalmente quando aparece seguida de infinitivo (CUNHA e CINTRA, 1985; BECHARA, 1999), conforme mostra o exemplo:

(38) O silêncio **com** ser mudo não deixa de ser por vezes um grande impostor.

A relação concessiva, portanto, pode se manifestar por meio de conjunções, locuções conjuntivas e ainda preposições seguidas por infinitivo, são os denominados *subordinadores*²⁴ na terminologia de Harder (1996).

Muitos desses *subordinadores*, de acordo com Harder (1996), devem ser vistos como elementos que trazem significados para a estrutura da oração²⁵. Esses elementos de ligação apresentam significados que não podem ser capturados exclusivamente por uma variedade plausível de funções semânticas. Esses significados são instruções sobre o *status* contextual

²⁴ Para Martínez Caro (2009, comunicação pessoal), no entanto, podemos denominar *subordinadores* somente os nexos que introduzem orações subordinadas, pois, para ela, os elos que introduzem Sintagmas Nominiais ou Adjetivais não podem ser denominados subordinadores, recebendo outras nomenclaturas, tais como *preposição*.

²⁵ "I think it would be natural to see the subordinators as fullfledged meaning-bearing elements in the structure of the clause. In terms of the operator-operand hierarchy they function as operators taking the whole subclause in their scope. This implies that they are linguistic signs which have content as well as expression, the content being what is part of the underlying structure" (HARDER, 1996, p. 98)

que, no caso de uma oração subordinada, apresenta a função de codificação hierárquica e interpretação pragmática (HARDER, 1996, p. 115).

Apresentamos a seguir um quadro que elenca os principais elos concessivos do português de acordo com diferentes autores:

Quadro 6: Elos concessivos na Gramática Tradicional

Autores	Elos concessivos
Bueno (1963)	<i>Embora, quando mesmo, ainda que, posto que, por mais que, por menos que, por pouco que, mesmo que, se bem que, dado que, em que, seja que, de maneira que, de forma que.</i>
Cegalla (1985)	<i>Embora, conquanto, que, ainda que, mesmo que, ainda quando, mesmo quando, posto que, por mais que, por muito que, por menos que, se bem que, em que (pese), nem que, dado que, sem que (=embora não).</i>
Bechara (1999)	<i>Embora, posto que, se bem que, apesar de, apesar de que, ainda que.</i>
Kury (1999)	<i>Embora, ainda que, ainda quando, bem que, apesar de que, mesmo (seguido de verbos no gerúndio ou particípio), por mais que, por muito que, sem embargo.</i>
Cunha e Cintra (2001)	<i>Embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, bem que, se bem que, por mais que, por menos que, apesar de que, nem que.</i>

Alguns dos elos concessivos elencados acima não são característicos da língua falada, como por exemplo: *posto que, se bem que, conquanto*, mas outros são muito recorrentes, tais como: *apesar de, apesar que, embora, mesmo, mesmo que, assim mesmo, mesmo assim ou ainda assim*, conforme será detalhado no Capítulo 4 deste trabalho.

O uso de diferentes conjunções para expressar o mesmo tipo de relação adverbial em determinada língua é atribuído por Crevels (2000b, p. 315; 1998, p. 132) a diferentes níveis semânticos de distribuição e classificação das orações.

De acordo com König (1994, p. 679), a escolha dos nexos pelos falantes não é aleatória, pois a seleção de uma subcategoria específica de elos concessivos (conjunções,

locuções conjuntivas, advérbios e preposições) e, por extensão, a escolha de um elo depende do envolvimento sintático das orações²⁶.

Os elos concessivos estão extremamente relacionados com os significados veiculados pelo contexto nos quais estão inseridos (KÖNIG, 1994, p. 680), uma vez que o significado contextual reflete diretamente os vários aspectos dos significados desses conectivos: o caráter factual das construções e a pressuposição existente entre duas situações.

Com base no desenvolvimento histórico dos conectivos concessivos do inglês, do francês e do alemão, König (1985, p. 270) afirma que eles derivam de nexos condicionais, tendo em vista um fato sincrônico e um fato diacrônico. O sincrônico diz respeito às similaridades semânticas entre esses adverbiais, pois tanto condicionais quanto concessivas apresentam incompatibilidade entre fatos expressos pela oração principal e pela subordinada. O fato diacrônico está relacionado ao inglês e ao alemão antigos, pois tanto as orações condicionais quanto as concessivas eram introduzidas pelas mesmas partículas (*wenn* ou *ob*).

Tendo em vista a etimologia e o desenvolvimento etimológico dos nexos concessivos do inglês, König (1994) elenca cinco diferentes grupos de conectivos:

- (i) Os membros do primeiro grupo derivam da noção de “obstinação” e “desprezo” e de noções que eram originariamente aplicadas somente a humanos ou experienciadores, tais como, *in spite of*, em inglês, *a pesar de*, em espanhol, que correspondem, em português, a *apesar de* e *apesar (de) que*;
- (ii) Os nexos do segundo grupo apresentam uma relação intrínseca entre concessividade e quantificação livre (como por exemplo *any* ou *whatever* do inglês). Segundo König (1994), em um número considerável de línguas, os

²⁶ Seguem alguns exemplos dados por König (1994) para esclarecer o que ele chama de *envolvimento sintático*: 1. *Fred is going out for a walk although it is rain* (*Fred está saindo para caminhar, embora esteja chovendo*); 2. *Fred is going out for a walk in spite of the rain* (*Fred está saindo para caminhar, apesar da chuva*); 3. *It is raining, Fred is still going out for a walk* (*Está chovendo, mesmo assim Fred está saindo para caminhar*), os quais são analisados pelo autor como indo do mais integrado (1) ao menos integrado (3).

conectivos concessivos apresentam um componente que também é usado para quantificação livre, tais como *however* e *anyway*, do inglês. Em português, podemos enquadrar neste grupo os conectivos do tipo *por mais que*;

- (iii) Em muitas línguas, os conectivos concessivos são compostos originalmente por conectivos condicionais e temporais (uma vez que os conectivos concessivos apresentam natureza composta, como por exemplo: *al-though*²⁷, *never-the-less*) e/ou partículas focais aditivas como *also* e *even* do inglês. Isso resultou em conectivos como: *even though*, no inglês. Em português, teríamos *ainda que*, pois *ainda* é originalmente temporal;
- (iv) Conectivos concessivos podem também derivar de expressões originalmente usadas para afirmação enfática. Em inglês, expressões como *true*, *indeed*, *fact* ou *well* são frequentemente gramaticalizadas como conectivos concessivos. Em português, teríamos *mesmo que*, pois *mesmo* é também usado como focalizador em alguns contextos;
- (v) Os membros do último grupo derivam de expressões originalmente usadas para asseverar notável co-ocorrência ou co-existência de uma forma em outra. Esse tipo é exemplificado em inglês por *nevertheless* e *still*. Em português, teríamos *ainda assim*, *mesmo assim* e *assim mesmo*.

O estudo diacrônico dos nexos concessivos, portanto, de acordo com König (1994), revela envolvimento desses com outros domínios semânticos, tais como condicionais e temporais, conforme se pôde observar no terceiro grupo de elos concessivos.

²⁷ *Although* (que significa *embora*), no inglês antigo *deah*, de acordo com König (1985, p. 7), era o único conectivo que poderia ser empregado com significado concessivo.

Esse envolvimento semântico, principalmente no que diz respeito às condicionais, já era observado desde o latim clássico, em que a expressão de concessão se dava por meio de conjunções primordialmente condicionais (PUENTE, 1998; KÖNIG, 1985). Segundo Puente (1998):

- (1) *quamquam* em sua origem apresentava um papel generalizador, significa “de qualquer maneira que”;
- (2) *quamvis* tem o sentido de “quanto queiras, por mais que”;
- (3) *tametsi* e suas variantes formais *etsi* e *tamenetsi* (essa última quase sem recorrência nas gramáticas de língua latina), a princípio, seriam conjunções condicionais que depois adquiriram uso concessivo, equivalente a *ainda que*, *mesmo que*;
- (4) *etiam si*, formada pelo advérbio inclusivo *etiam* e seguida da partícula *si*, (atual *se*) apresentava maior liberdade sintática do que os outros elos mencionados, pois podiam aparecer antes ou depois da oração principal que o sentido concessivo estava garantido, ao contrário de *tametsi*, *etsi* e *tamenetsi*, que só apresentavam sentido concessivo se precedessem a oração principal, quando isso não ocorria, poderia apresentar sentido condicional.

Como se pode notar a partir desse grupo, a ordem da oração concessiva com relação à oração que toma como escopo já era determinante para estabelecer sentidos desde o latim clássico. A localização da oração concessiva será abordada nos Capítulos de análise.

No próximo Capítulo faremos a descrição dos fatores de análise utilizados neste trabalho.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como mencionado anteriormente, temos como objetivo geral apresentar uma descrição detalhada das relações concessivas do português falado no interior do Estado de São Paulo, pois, como visto pela bibliografia levantada, ainda há muitos aspectos que necessitam de uma maior investigação no que diz respeito às relações concessivas do português.

Como objetivos específicos, pretendemos: (i) verificar se existem diferenças semântico-pragmáticas entre os vários marcadores que assinalam a relação concessiva, uma vez que nossa principal hipótese é a de que essa diferença possa estar relacionada aos níveis e camadas propostos pela Gramática Discursivo-Funcional: Nível Representacional ou Interpessoal; (ii) investigar quais são as formas de expressão realmente utilizadas na língua falada e quais são os marcadores efetivamente utilizados pelos usuários da língua.

O universo de pesquisa deste estudo consiste no *cópus* do Iboruna¹. Esse banco de dados registra uma variedade do Português brasileiro ainda pouco explorada: o português falado numa parte da região noroeste do interior paulista, nucleada em torno da cidade de São José do Rio Preto. Além desse traço, devem-se ressaltar também os seguintes aspectos:

- (i) controla variáveis estratificadas como *sexo*, *escolaridade*, *faixa etária* e *nível sócio-econômico* e variáveis não-estratificadas, como a localização geográfica

¹ O projeto “O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo” teve por objetivo elaborar um banco de dados anotado com amostras do português falado na região de São José do Rio Preto. A idealização desse projeto surgiu, em 2004, no Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF) – atual GPGDF - da UNESP, câmpus de São José do Rio Preto. O projeto (disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>) foi coordenado pelo Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP/IBILCE) com auxílio da FAPESP

- dos informantes (provenientes de sete cidades circunvizinhas à região);
- (ii) dispõe de um conjunto de dados recentes, já que as entrevistas foram realizadas em 2004;
 - (iii) apresenta cinco tipos diferentes de textos: narrativa de experiência pessoal (NE), narrativa recontada (NR), relato de opinião (RO), relato de procedimento (RP) e relato de descrição (DE);

Esse corpus é constituído por duas diferentes amostras: a primeira é a Amostra de Interação (AI), em que um diálogo é gravado em situações reais de interação e os informantes são avisados disso somente após a gravação; o segundo tipo é a Amostra Censo (AC), que constitui um diálogo entre documentador e informante, todos gravados com o consentimento prévio dos interlocutores. Em nossos dados optamos por estudar somente os inquéritos da Amostra Censo, uma vez que esse conjunto de coletâneas apresenta textos mais longos e mais elaborados, o que confere um caráter de maior espontaneidade por parte dos informantes.

Foram tabuladas 160 ocorrências que expressam relação de concessão, sendo esse trabalho de busca realizado por meio da leitura e interpretação de todo o corpus.

Cada ocorrência utilizada para exemplificação no decorrer desse trabalho apresenta, ao seu término, respectivamente, as especificações quanto ao tipo de inquérito (Amostra Censo), que aparece separado por um traço (-) de seu respectivo número de identificação, o qual nos proporciona obter instruções sobre as variáveis estratificadas ou não dos informantes (informações que estão em um controle à parte). Após essa informação, um outro traço (-) introduz o tipo de texto (NE, NR, RO, RP ou DE), ao qual segue uma vírgula e o número da linha onde se pode localizar a ocorrência no inquérito.

Essas informações estão exemplificadas a seguir, em que se identifica uma ocorrência da Amostra Censo, representada por (AC), do inquérito de número 38, cujo texto é uma Narrativa Recontada, representada por (NR), e a ocorrência se encontra na linha 110.

(AC-38-NR,110)

Todas as ocorrências coletadas foram minuciosamente ouvidas com a ajuda dos arquivos sonoros do cópuz, a fim de desfazer possíveis interpretações ambíguas ocasionadas pela transcrição quando essa é somente lida.

Por ser um trabalho de natureza empírica, há a necessidade de um levantamento quantitativo, no qual se analisam os números e as porcentagens de todos os fatores propostos para análise, assim como o significado e a razão dessas porcentagens no processo comunicativo, já que nunca desconsideramos a pragmática da interação social.

Para isso, conta-se com o processamento eletrônico dos dados, por meio de alguns programas do pacote VARBRUL - Variable Rule Program, utilizado a princípio para quantificação de dados sociolinguísticos, mas que proporciona também a tabulação cruzada entre dois ou mais fatores julgados relevantes, podendo, além disso, optar pelo fator determinante de análise. É importante ressaltar que, embora seja um programa de análise quantitativa, é somente um instrumento pelo qual se analisam as razões e as causas para o comportamento de cada constituinte em questão.

Tendo em vista os nossos objetivos de pesquisa e levando em consideração a literatura sobre as concessivas, cada ocorrência foi analisada de acordo com oito fatores.

3.1 Tipo de conjunção

Tendo em vista o objetivo de verificar se há diferenças semântico-pragmáticas entre as várias conjunções que assinalam uma relação de concessão, o primeiro fator de análise será as conjunções que introduzem essas relações. Como mencionado anteriormente, consideramos que todas essas conjunções são lexicais, e representam a função concessão. As conjunções concessivas encontradas no português falado são: *apesar de, apesar (de) que, embora, ainda assim, assim mesmo e mesmo assim, mesmo, mesmo que e por mais que*.

3.2 Tipo de camada

O segundo fator diz respeito ao tipo de evento dependente, que será classificado em: Move (M), Ato (A) e Conteúdo Comunicado (C), que são camadas pertencentes ao Nível Interpessoal; ou ainda em Conteúdo proposicional (p), Episódio (ep), Estados de Coisas (e) e Propriedade (f), que são camadas pertencentes ao Nível Representacional.

O Move se caracteriza por possibilitar uma reação por parte do ouvinte, em outras palavras, tem um efeito perlocucionário. Pode ser modificado lexicalmente, tal como exemplificado em:

- (1) To cut a long story short, I'm still considering it, but I doubt very much I'll get there. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 59).
'Para resumir a história, eu ainda estou considerando isso, mas eu duvido muito que eu conseguirei chegar lá.'

Um Ato pode ser uma oração ou até mesmo um fragmento de oração. Os Atos Discursivos podem ser modificados por elementos lexicais na forma de um restritor e

permitem ao falante um comentário sobre o Ato, por exemplo, *felizmente* e *honestamente*. O Modificador pode indicar uma propriedade estilística do Ato, tais como *brevemente*; ou a relação entre o Ato e outros Atos dentro do Move, com em *além disso*, *porém*. Há ainda um modificador relacionado à ênfase do Ato, quando palavras como *caramba* são integradas à construção, conforme mostram (2) e (3):

(2) Answer me dammit! (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 64).
‘Responda-me caramba!’

(3) I want to GO home dammit. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 64).
‘Eu quero ir para casa caramba!’

Os modificadores de Ato são introduzidos diretamente no Nível Interpessoal, o que se reflete na posição dos mesmos, pois ocupam as posições periféricas do Ato discursivo.

O Conteúdo comunicado, por sua vez, contém a totalidade do que o falante gostaria de evocar na sua comunicação com o ouvinte. Esta camada está relacionada, portanto, à evocação. Corresponde às escolhas que o falante faz a fim de evocar um quadro no mundo mental do ouvinte sobre o que deseja falar. O Conteúdo comunicado pode ser modificado por meios lexicais, potencialmente modificadores enfáticos, conforme exemplificado em (4) e (5):

(4) I really don’t like you. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 102).
‘Eu realmente não gosto de você.’

(5) *Do you really want to hurt me?* (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 102)
‘Você realmente quer me magoar?’

É importante mencionar que esses modificadores apresentam uma atitude subjetiva do falante a respeito do Conteúdo comunicado, tais como *felizmente*, *infelizmente* e *nunca* ocupam as posições periféricas das construções em que ocorrem.

O Conteúdo proposicional, já no Nível Representacional, é um constructo mental, não existe, portanto, no espaço nem no tempo. É caracterizado pelo fato de que pode ser qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de origem ou fonte de conhecimento (conhecimento comum partilhado, inferência). Os modificadores de Conteúdo Proposicional estão relacionados à especificação de atitudes proposicionais, as quais podem estar relacionadas ao tipo e ao grau de envolvimento do falante com o Conteúdo proposicional, como por exemplo em (6):

- (6) Probably/evidently/undoubtedly Sheila is ill. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 151).
 ‘Provavelmente/evidentemente/incontestavelmente Sheila está doente.’

O Episódio, por seu turno, é constituído por um ou mais estados-de-coisas tematicamente coerentes, no sentido que eles mostram uma unidade ou continuidade de tempo (t), de localização (l) e de indivíduos (x). Os modificadores de Episódio fornecem informações de tempo ou de espaço. Vejamos um exemplo:

- (7) The meeting was at six o'clock. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 166)
 ‘O encontro foi às seis horas’

Em (7), *às seis horas* mostra a localização temporal do Episódio. A localização temporal absoluta é uma propriedade exclusiva dos Episódios. Eles podem ser modificados, portanto, por elementos tais como *antes* e *depois*. Modificadores como *ano passado*, *semana passada* e *ontem* caracterizam o tempo absoluto.

Os Estado-de-Coisas, diferentemente do Episódio, apresentam localização relativa no tempo. São, portanto, entidades que podem ser localizadas em um tempo relativo e podem ser avaliadas em termos da realidade do seu *status*. O modificador de Estado-de-Coisas se

relaciona ao tempo relativo, lugar e frequência de ocorrência; *status* de realidade, estado físico e estado cognitivo. Os exemplos a seguir apresentam modificadores que se relacionam ao tempo relativo e ao lugar do Estado-de-Coisas, respectivamente:

- (8) Sheila went out before dinner. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 171)
‘Sheila saiu antes do jantar.’
- (9) *Sheila woks in London*. (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 171)
‘Sheila trabalha em Londres.’

A Propriedade, por fim, também denominada Propriedade Lexical, é avaliada em termos de sua aplicabilidade, ou seja, pode ser aplicável em esquemas de predicados nos diferentes Níveis de organização, como por exemplo: *homem* (f_i:homem (fi)) e *inteligente* (f_j:inteligente (f_j)).

3.3 Presença de Atos Interativos

O terceiro fator de análise diz respeito à presença de algum elemento que quebre a adjacência das estruturas envolvidas, tais como *né, sabe, bem, bom, etc.*, que vem sendo denominado *Marcador Discursivo* (cf. URBANO, 2006). No entanto, na Gramática Discursivo-Funcional, são denominados *Atos Interativos*. A teoria apresenta dois diferentes tipos de Atos Discursivos: o Expressivo e o Ilocucionário, podendo esse último ser Interativo e Ilocucionário propriamente dito.

Os Atos Interativos geralmente são retirados da classe das Interjeições e estão voltados ao Destinatário (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 77). Como são atualizados por formas invariáveis, são enviados diretamente do nível Interpessoal para o Fonológico, como por exemplo “Parabéns!”, e sua representação:

(A_I: [(F_I: Parabéns_{Interj} (F_I)) (P_I)_S (P_I)_A] (A_I)).

Esse fator mostra-se pertinente, uma vez que os Atos interativos assinalam início e término de Atos discursivos.

Na ocorrência (10) a seguir, a presença dos Atos Interativos *sabe*, no final da oração que antecede a concessiva, e *né*, após a oração concessiva, atesta que ela constitui um Ato Discursivo com sua própria ilocução.

(10) Inf.: mas assim foi ótimo... viajei de madrugada porque a passagem... era mais barata né? Doc.: aham
 Inf.: e:: num tive receio algum:: éh::... o serviço de bordo foi muito bom... sabe? **embora** fosse:: éh:: *assim a passagem assim mais econômica né?* [...] mas foi tudo legal...
 (AC-134-NE,16)

Se a oração concessiva, ou evento dependente, constitui um Ato, a oração que modifica, isto é, o evento principal, é também um Ato. Dessa forma, a relação concessiva se estabelece entre dois Atos Discursivos.

A relação entre os Atos discursivos, conforme mencionado no Capítulo 1, pode ser de dependência ou de equipolência. Quando a relação é de dependência, o Ato dependente terá uma função retórica, que pode ser de Motivação, Orientação, Correção ou Concessão. Nos casos aqui tratados, como a da ocorrência (10), a função retórica é de Concessão.

Isso significa que função retórica só se aplica a ocorrências que constituem Atos Discursivos, conforme exemplifica (10).

A representação da ocorrência (10) apresentada anteriormente, portanto, seria a seguinte:

(M_I: [(A_I: - o serviço de bordo foi muito bom- (A_I)) (A_J: - embora fosse assim a passagem mais econômica - (A_J))_{Conc}] (M_I))

3.4 Factualidade

O quarto fator de análise diz respeito à factualidade. Adotamos o conceito de factualidade de Pérez Quintero (2002), para quem a factualidade é um parâmetro independente e aplicável a todos os tipos de entidades. Consideramos, portanto, como Factuais as relações concessivas que descrevem: (i) propriedade ou relação como aplicável; (ii) estados-de-coisas como reais; (iii) conteúdos proposicionais como verdadeiros e (iv) Atos discursivos como assertivos.

A ocorrência (11) a seguir, por exemplo, apresenta um Conteúdo Proposicional verdadeiro, pois nota-se claramente o valor de verdade da proposição expressa *apesar de ter votado nele*:

(11) o governo do Lula tá dejan/ deixando muito a desejar **apesar de ter votado nele** ... oDIEI meu voto rasgaria ele se ele fosse de papel nunca mais voto nele... (AC-83-RO-356)

3.5 Identidade entre os participantes

O quinto fator diz respeito à identidade entre os participantes das orações envolvidas, pois entendemos que a não-identidade entre eles assinala maior independência da oração com relação à principal.

Na ocorrência (12) a seguir, não há identidade entre o participante do evento principal e o do evento dependente:

(12) a gente não fez o casamento no religioso **apesar de as duas famílias serem católicas** e tal e não terem gostado muito da idéia... (AC-83-NE,31)

Na ocorrência apresentada, *a gente* constitui o participante do evento principal e *as duas famílias* constitui o participante do evento dependente, não havendo, portanto,

identidade entre eles.

A ocorrência (13) a seguir, diferentemente de (12), apresenta identidade entre os participantes das orações envolvidas, pois *ele* é o participante pronominal na oração principal *ele continuava ficando com ela* e na subordinada *apesar dele ter terminado com a Silvia*.

(13) ai aconteceu o que...eles (a amiga e o namorado) ficaram cinco anos namorando... ai ele conheceu ele (o namorado da amiga) conheceu outra pessoa...isso esse ano que passou agora ele conheceu outra pessoa... acabou se envolvendo com outra pessoa que era do serviço dele que eles trabalhavam juntos acabou terminando com a Silvia prá ficar com essa outra pessoa... ai ele ele **apesar dele ter terminado com a Silvia** ele continuava ficando com ela... né? (AC-38-NR,110)

Entendemos que a identidade entre os participantes observada em (13) acima assinala maior dependência entre as orações envolvidas na relação de concessão do que as orações envolvidas em (12), por exemplo, em que se nota a não-identidade entre os participantes envolvidos.

3.6 Forma verbal

O sexto fator de análise se relaciona à finitude ou não-finitude dos verbos do evento dependente e tem a finalidade de permitir observar o grau de integração do evento dependente no evento principal. Consideraremos finitos o indicativo e subjuntivo, e não-finitos o infinitivo, gerúndio e particípio, pois entendemos que os verbos não-finitos indicam maior dependência do que os verbos finitos, já que dependem do tempo e modo do verbo do evento principal.

3.7 Posição

Por meio do sétimo fator, analisa-se a posição do evento dependente com relação ao evento principal, tomando o verbo do evento principal como referência. Elegemos duas posições possíveis: a anterior ou posterior ao evento principal.

Na ocorrência (14) a seguir, por exemplo, o evento concessivo *apesar dele ter terminado com a Silvia* se localiza antes do evento principal *ele continuava ficando com ela*.

- (14) ai aconteceu o que...eles ficaram cinco anos namorando... ai ele conheceu ele conheceu outra pessoa...isso esse ano que passou agora ele conheceu outra pessoa... acabou se envolvendo com outra pessoa que era do serviço dele que eles trabalhavam juntos acabou terminando com a Silvia prá ficar com essa outra pessoa... ai *ele ele apesar dele ter terminado com a Silvia ele continuava ficando com ela...* né? (AC-38-NR,110)

Já na ocorrência (15) a seguir, a oração concessiva *apesar de ser amigo* se localiza após o evento principal *a gente nesse dia a gente brigava mesmo prá valer*.

- (15) a gente nesse dia a gente brigava mesmo prá valer... *apesar de ser amigo* então a gente trocava lá os... peteleco lá e:: toda/ toda vez que havia festa lá nós arrumava essa confusão toda lá em Ipiгуá... (AC-93-NE,12)

As relações de concessão podem ocupar, portanto, a posição anterior ou posterior ao verbo da oração que escopam. Encontramos, em nossos dados, um único caso em que há antecipação de termos da oração concessiva, o qual segue em (16):

- (16) agora nós construímos uma varanda que é pra gente ter ma::is é:: uma área de lazer:: comodiDAde é:: por que lá na cozinha quando nós vamos pra lá com mais pessoas:: o espaço tava ficando pequeno.. por que choVIA a gente é:: ia pra dentro de casa então *a casa apesar de ser grande ficava pequena* né? então aí a gente resolveu construir uma varanda até então Era um ranchinho:: aqueles ranchinho onde tem o poço não é nem artesiano aqueles poço que puxa água assim de mão lá nem si como é que chama:: (AC-86-DE-119)

Em, a casa *apesar de ser grande* ficava pequena, o termo *a casa*, de acordo com a Gramática Discursivo-Funcional, constitui um Ato subsidiário com função de Orientação (cf. Capítulo 1), ou seja, foi antecipado pelo falante para orientar a correta interpretação de seu

interlocutor. Para determinar a ordem da oração concessiva, nesse caso, assim como nos outros, tomaremos como referência o verbo da oração principal (*ficava*). A oração concessiva, portanto, ocupa a posição anterior à principal.

3.8 Acidentes prosódicos

O oitavo fator de análise diz respeito à prosódia. Verificamos se há ou não “acidentes prosódicos” entre o evento principal e o evento dependente. Entendemos por “acidentes” qualquer alteração na prosódia, relevante para a análise, ocorrida no limite entre a oração principal e a dependente, que pode ser: pausa, mudança de tessitura, diferença de contorno prosódico, etc.

A pausa entre a relação concessiva e a oração principal, em nossos dados, pode ajudar a identificar a que camada pertence a relação concessiva, pois tem função de segmentação, isto é, ocorre depois de frases, sintagmas, palavras e sílabas. Somente a pausa, no entanto, não seria suficiente para essa identificação, por isso recorreremos à análise da tessitura.

A tessitura tem a função sintática de destacar ou marcar elementos que estão “deslocados” (CAGLIARI, 1992). A tessitura, segundo Cagliari (1992, p.140), tem função “coesiva”, ou seja, serve para lembrar ao ouvinte como conectar o que é dito antes com o que é dito depois. Quando há deslocamento de termos na oração, a tessitura alterna-se com a presença de pausas, e a ocorrência de ambas reforça ainda mais o deslocamento. A tessitura pode variar em uma conversação, podendo ser mais baixa ou mais alta do que as outras porções textuais. Nos casos dos parênteses na fala, por exemplo (cf. JUBRAN, 2006a), há uma mudança significativa na tessitura, que pode passar a ser mais baixa ou mais alta do que os trechos anteriores (TENANI, 1997). As pausas podem também ser consideradas elemento

delimitador das fronteiras de um parênteses (CRUTTENDEN, 1986, apud TENANI, 1997), o qual geralmente ocorre em um único grupo tonal.

Os grupos tonais são unidades entonacionais responsáveis pela organização de unidades de informação, que são representadas na sintaxe normalmente por uma frase ou oração. A entonação está intimamente relacionada ao sentido veiculado por um período, pois por meio da entonação é possível verificar se uma oração depende ou não de outra para se estabelecer. Em “Quando você vier, traga um bolo”, a primeira oração pede a segunda, ao contrário de “Traga um bolo, quando você vier”, em que a primeira oração não depende da segunda.

Para analisar esses elementos prosódicos, ouvimos as gravações do corpus utilizado. A hipótese que subjaz a esse fator é a de que, quando há “acidentes prosódicos” há uma maior independência entre evento principal e dependente. A ocorrência a seguir é um exemplo de “acidente prosódico” entre os dois eventos envolvidos, pois há pausa entre o evento concessivo *embora estudante do quarto ano de ginásio* e o evento principal *não achei um emprego pra ganhar cem reais*.

- (17) porque eu *embora estudante do quarto ano de ginásio ... não achei um emprego pra ganhar cem reais...* cem cruzeiros né...] naquele tempo ia ser em mil reis (ia ser) em cruzeiro [hum hum]... (AC-151-NE,102)

A pausa notada ao ouvir a gravação da ocorrência acima está assinalada, na transcrição do material sonoro, pela colocação dos três pontos indicativos de pausa entre o evento dependente e o evento principal.

Esses são os fatores utilizados para análise das ocorrências levantadas, que será descrita no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta uma análise quantitativa dos resultados obtidos por meio da aplicação dos critérios, descritos no capítulo anterior, às 160 ocorrências estudadas.

Tendo em vista a nossa principal proposta de trabalho de verificar se há uma diferença semântico-pragmática entre as várias conjunções que assinalam a relação concessiva, sob a hipótese de que essa diferença está relacionada aos níveis e camadas propostos pela Gramática Discursivo-Funcional Nível Representacional ou Interpessoal, iniciamos a nossa análise quantitativa tomando como variável dependente o tipo de operador empregado.

Em nossos dados não encontramos todas as conjunções mencionadas pela tradição gramatical; observamos, portanto, que somente algumas conjunções são efetivamente utilizadas na fala do interior paulista, quais sejam: *apesar de*, *apesar de que*, *apesar que*, *por mais que*, *embora*, *mesmo*, *mesmo que*, *ainda assim*, *assim mesmo* e *mesmo assim*.

Agrupamos essas conjunções de acordo com suas semelhanças, e obtivemos os resultados expressos na Tabela 1:

Tabela 1: Conjunções detectadas no português falado

Apesar de		Apesar (de) que		Embora		Ainda assim, Assim mesmo, Mesmo assim		Mesmo		Mesmo que		Por mais que		Total	
n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
60	37	28	18	27	17	20	12	16	10	8	5	01	01	160	100

Como se observa, em português, *apesar de* é a conjunção mais utilizada (37%) para expressar a relação concessiva, seguido de *apesar (de) que* e *embora*.

Tratemos das conjunções *apesar de* e *apesar (de) que* separadamente porque elas introduzem relações concessivas de diferentes naturezas. *Apesar de* introduz orações e sintagmas concessivos, enquanto *apesar (de) que* introduz apenas relações oracionais. Além disso, enquanto *apesar de* admite apenas orações com verbos não-finitos, *apesar (de) que* admite somente formas verbais finitas.

4.1 Apesar de

Segundo König (1994), como já mencionado, *apesar de* origina de noções aplicáveis somente a humanos ou experienciadores. *Apesar de* é apresentado pela maioria dos gramáticos (cf. BECHARA, 1999) como um advérbio concessivo. Em português, origina-se de *a+pesar*.

Essa conjunção pode introduzir uma relação concessiva oracional (76%) e não-oracional (24%), casos em que a conjunção é acompanhada por um Sintagma¹.

A ocorrência (1) exemplifica um caso em que *apesar de* introduz um Sintagma Nominal:

- (1) ...e nesse meio de tempo o motorista que ocasionou o acidente que:: em parte digamos né? que... não teria tido tanta culpa ***apesar da sua falta de atenção***... mas analisando a situação eu vi que ele... não teve como evitar o acidente... e eu como ví/ vítima né? (AC-103-NE,88)

¹ Adotaremos aqui o conceito de Sintagma da Gramática Discursivo-Funcional (cf. Capítulo 1, p. 48).

O sintagma *a sua falta de atenção* tem como núcleo o substantivo *falta*. Esse sintagma localiza-se posposto à oração principal [*o motorista*] *não teria tido tanta culpa*, ocupando, dessa forma, a posição final.

Esses sintagmas, no entanto, podem aparecer antes da oração principal, ocupando, portanto, a posição inicial, conforme exemplifica a ocorrência (2) a seguir, em que o sintagma constituído apenas pelo pronome indefinido *tudo* ocorre anteposto à oração matriz *ela disse que sempre amou ele*:

- (2) foi um acidente muito horrível foi uma coisa muito feia e ela fala que apesar de tudo das brigas da/dessa vez que ele bateu nela do quadro que foi a vez que mais marcou ela mesmo que é uma coisa que ela nunca vai esquecer...**apesar de tudo** *ela disse que sem::pre amou ele* que sempre vai amar... (AC-38-NR,117)

Apesar de, nesse caso, pode ocorrer anteposto ou posposto à oração que toma como escopo.

Em alguns casos, no entanto, *apesar de* introduz sintagmas cuja relação com o contexto é apenas relacional, ou seja, não há integração nem sintática nem semântica, mas sim retórica, uma vez que constitui um adendo à informação anteriormente expressa, conforme exemplificam (3) e (4).

- (3) eu tenho vinte e sete anos quase de casado... graças a Deus eu e meu marido... construímos uma família... depois da Cristiane também eu tive a Aline... que hoje tem vinte e dois anos de idade... e a gente conseguiu construir uma:: família assim de bastante alicerce... eu acho que isso... é uma coisa muito:: **apesar da** *nossa simplicidade*... mas uma coisa... muito marcante e muito alegre prá mim (AC-92-NE,67)

- (4) então as plantas realmente tem época eu...g/gosto de plantas não sou nenhum *expert* mas se precisar de alguma coisa mas planta tem...tem época...eu acho que a melhor época nossa de plantar aqui é a época que começa a primavera e verão que é época **apesar do** *clima quente*...mas chove com mais...mais frequência nessa região (AC-114-RP,468)

Em (3), a relação concessiva *apesar da nossa simplicidade* não apresenta dependência sintática nem semântica da anterior (*é uma coisa muito*) e nem da posterior (*uma coisa muito*

marcante). O mesmo ocorre em (4), pois a relação concessiva *apesar do clima quente* não estabelece relação sintática nem semântica com a oração anterior (*é a época que começa a primavera e verão que é época*) e posterior (*chove com mais frequência nessa região*). Nesse caso, a relação é interacional, mais que semântica ou sintática.

Podemos observar, nesses dois casos, a presença da conjunção *mas* após o sintagma. Em (3) *mas uma coisa muito marcante* e em (4) e *mas chove com mais frequência nessa região*. *Mas*, nesses casos, é responsável por retomar o fio discursivo interrompido pela concessiva.

Quando *apesar de* introduz orações, observa-se que, tal como ocorre com sintagmas, essas concessivas podem ocorrer iniciando ou finalizando a oração que tomam por escopo.

Quando a concessiva ocorre anteposta à principal, não se verifica quebra entonacional entre a subordinada e a matriz, conforme exemplifica (5). Já quando posposta, verificamos algum tipo de quebra entonacional entre a subordinada e a matriz, geralmente representada por pausas ou diferença na tessitura entre as orações, conforme mostra (6).

(5) e também gosto de ficar em casa assim no meu quarto... **apesar de** *ser um pou::co um pouco bagunçado é nele que eu passo a maior* [(risos)]/ *é eu acho que todo quarto é então quem sabe um dia/ um dia pra arrumar é assim uma semana né?* (AC-56-DE,136)

(6) Inf.: quatro anos... então agora ele já tá numa fase bem::... é assim bem gostosa... a criança já fica mais autosuficien::te... né... e é uma fase assim mais comunicaTI::va né... então... embora ele ele... eu... *eu acho que ele é bem comunicativo... apesar de ser tímido...* ele é mui::to tímido... né... mas éh::... de maneira geral ele ele::... se comunica bem tem um vocabulário bom... gosta bastante de... de ler ... (AC-82-NE,85)

Ao contrário de (5), em (6) há uma pausa breve entre a oração principal e a concessiva, representada, na transcrição, por meio dos três pontos suspensivos (...), o que indica a existência de quebra entonacional entre elas. A quebra entonacional constitui uma propriedade desse tipo de construção, uma vez que há um contorno entonacional para a oração principal e outro para a concessiva.

Há, no entanto, um terceiro tipo de oração introduzida por *apesar de*, representado por (7) a seguir:

(7) Doc.: ((risos)) tem alguma outra história que tenha acontecido com o senhor?

Inf.: olha isso já é um fato ocorrido no trabalho já... adulto né? **apesar de ter outras passagem anterior né?**... e eu no serviço que eu trabalhava até de carro-forte a gente:: viajava né? (AC-103-NE,16)

Como se pode observar, a oração concessiva *apesar de ter outras passagem anterior* não estabelece relação sintática e tampouco semântica com a oração anterior *isso já é um fato ocorrido no trabalho já adulto* e nem com a oração posterior *e eu no serviço que eu trabalhava até de carro-forte*. Não é possível localizar a oração matriz à qual a oração concessiva *apesar de ter outras passagem anterior* se refere, ou seja, a oração concessiva não toma como escopo a oração antecedente nem a consequente. A única relação entre essas orações é interacional, ou seja, uma relação voltada para a relação entre Falante e Ouvinte. Casos como esses, serão aqui denominados *independentes*².

Quando as relações concessivas são introduzidas por *apesar de*, há predomínio (41%) de ocorrências com identidade entre os participantes do evento principal e do evento dependente. Em 31% das ocorrências não se nota essa identidade e em 28% esse fator não se aplica, pois são os casos de concessivas independentes. A ocorrência (8) exemplifica um caso em que o participante *ele* do evento principal se repete no evento dependente.

(8) ai aconteceu o que...eles (a amiga e o namorado) ficaram cinco anos namorando... ai ele conheceu ele (o namorado da amiga) conheceu outra pessoa...isso esse ano que passou agora ele conheceu outra pessoa... acabou se envolvendo com outra pessoa que era do serviço dele que eles trabalhavam juntos acabou terminando com a Silvia prá ficar com essa outra pessoa... ai *ele ele apesar dele ter terminado com a Silvia ele continuava ficando com ela...* né? (AC-38-NR,110)

² Decat (1999) os denomina de *orações desgarradas* por conta da maior independência com relação à principal.

Todas as orações introduzidas por *apesar de* apresentam os verbos na forma não-finita, mais especificamente, no infinitivo, como em (9) e em (10).

(9) Doc.: e é uma casa grande? pequena?

Inf.: olha... E:la digamos que ela é grande porque **apesar dos quartos serem pequenos** mas cada um tem seu cantinho então se torna grande... se torna espaço né? (AC-103-DE,192)

(10) eu acho que:... o modo com as coisas são feitas... éh:... tendem a reforçar uma série de equívocos... que acontecem... né... eu... **apesar de ver esse lado positivo dessa reserva de cotas... eu a princípio sou contra...** porque:... eu acho que o que existe... no Brasil é uma desigualdade... social... que foi construída ao longo de séculos... e ao meu ver só existe uma maneira de você mudar isso... essa maneira... seria... melhorando a educação em níveis... éh... fazendo uma educação... igualitária... (AC-82-RO,407)

Resumindo, a conjunção *apesar de*, em nossos dados, pode introduzir relações concessivas que ocorrem por meio de sintagmas ou por meio de orações. Quando essa relação se formaliza por meio de sintagmas, esses nunca apresentam preposições, ou seja, nunca são Sintagmas Preposicionais. Eles podem se localizar antes ou depois da oração principal, podendo ainda ser independentes. As orações introduzidas por *apesar de* geralmente apresentam identidade entre os participantes dos dois eventos envolvidos (principal e dependente). Quando *apesar de* introduz oração concessiva, normalmente seus verbos estão na forma não-finita e pode ocorrer: (i) anteposta à oração principal, sem quebra entonacional; (ii) posposta à oração principal, com quebra entonacional; (iii) e independente.

Verificamos, no entanto, que *apesar de* tende a introduzir orações que antecedem a matriz (41%).

4.2 Apesar (de) que

Apesar (de) que representa 18% dos casos. Há, na verdade, predomínio da forma sem a preposição: dos 28 casos analisados, 26 são introduzidos por *apesar que* e apenas dois por *apesar de que*.

Apesar (de) que introduz somente relações concessivas que se apresentam em forma oracional, anteposta ou posposta à oração principal.

A ocorrência (11) exemplifica um caso de posposição à oração tomada como escopo:

- (11) É então... acredito que o:: todo esse escândalo envolvendo ta/ta mesmo o Edinho tudo...eu acredito que ele não tenha tido culpa nessa história...porque::ele também não consegue controlar tudo né...agora::eu acho que corrupção tem em todos os lugares entendeu...não é o prefeito que é corrupto que ele que transforma tudo tinha corrupção dentro do Semae...gente ligada à ele só que ele não consegue controlar tudo essas pessoas também acho que isso aí num teve muita culpa porque::...isso daí::*não tem como ce controlar...apesar que a::esse problema aí do Semae foi resolvido acredito de forma justa...* (AC-49-RO,238)

Nesse caso, a oração concessiva *apesar que esse problema ai do Semae foi resolvido acredito de forma justa* refere-se à oração *isso daí não tem como você controlar*, em que se nota uma mudança de tessitura e uma pausa breve entre a oração principal e a subordinada, marcada na transcrição por meio dos três pontos suspensivos.

Há, no entanto, orações concessivas introduzidas por *apesar (de) que* que não apresentam relações sintáticas e semânticas com a oração anterior ou posterior. Há apenas uma relação discursiva entre elas. Esses casos são bastante recorrentes em nossos dados (64%), como atesta (12):

- (12) Inf.: ¹[sei] ²[éh eu] num sou FÃ... de política... num é? **apesar que** a minha mulher é candidata a vereadora né?... MAS... se ela quis tomar ela tomou a iniciativa de ser... né? eu resPEItO eu acomPANho e tudo bem MAS... política prá mim é uma coisa muito suja...((ouve-se interferências vindas de fora)) então prá mim num tem (AC-111-RO,417)

Em (12), notamos que a oração concessiva *apesar que a minha mulher é candidata a vereadora* não depende sintática e nem semanticamente da oração anterior (*eu num sou fã de política*) nem da oração posterior (*mas se ela quis tomar ela tomou a iniciativa de ser*); em outras palavras, não se consegue localizar a oração matriz à qual a concessiva faz referência.

A independência sintática é corroborada pela presença do Ato interativo antes (*num é?*) e após (*nê*) a oração concessiva.

A maioria das ocorrências introduzidas por *apesar (de) que* (29%) não apresenta identidade entre os participantes do evento principal e dependente. Há identidade em apenas dois casos (7%). O restante (64%) diz respeito às orações independentes, em que não se pode analisar esse fator. A ocorrência (13) a seguir exemplifica um caso em que não há identidade entre os participantes, pois *ele* é o participante do evento principal e *eu*, do evento dependente:

(13) Doc.: então a relação da sua irmã com ele é boa?

Inf.: é boa eles vive bem... vive bem... **apesar que eu não sabe sei lá eu sabe nossa cê olhar assim dá até dô...** porque ela é... simpática minha irmã sabe bonitona... com um velho do lado dela minha nossa senhora... ((doc.: ah é)) o amor é cego como diz o outro né

(AC-90-NR,191)

Quase todos os casos oracionais introduzidos por *apesar (de) que* apresentam os verbos no indicativo, conforme mostram (11) e em (12). Há, no entanto, em nossos dados, uma ocorrência com o verbo no infinitivo, exemplificada por (14) e outra com o verbo no subjuntivo, exemplificada por (15):

(14) É...o Edinhu ele fez algumas coisas como a mudança do Semaé tal...e::também ele deu uma embelezada na cidade né...a cidade ficou bem mais boni::ta a cidade ficou mais bem cuida::da nisso nesse fator ele foi melhor e:: eu acho que o maior problema do Mane foi ele trouxe bastante moradia pra Rio Preto tal mas ele ao mesmo tempo que ele trouxe gente pra cá ele num trouxe emprego né pra essas pessoas que vieram...então de certa forma ele:: acabou um pouco com a cidade assim isso gerou uma certa bastante violência pra São José do Rio Preto e acredito que seja muito pela falta de oportunidade de emprego a pessoa não tem onde trabalhar entendeu ela tem lugar morar mas num tem o que fazer tem o que/onde traba/onde conseguir dinheiro pra sustentar a família...e::*eu acho que isso o Edinho já não fez apesar de que também ele não ter trazido emprego pra cá ele deixou a cidade nesse sentido economicamente falando estagnada né...ele num*

piorou só que também não melhorou mui::to né...só que ele deu uma melhorada em outros pontos da cida::de na área de saneamento bá::sico e acredito que isso tenha melhorado bastante Rio Preto. (AC-49-RO,226)

- (15) Doc.: professora e:: QUAL que é a importância que a senhora a::cha nesse tipo de pesquisa assim que que a senhora pensa desse tipo de pesquisa que a senhora realizou... assim éh:: uma pesquisa assim tão AMpla e tão interessante qual que é a importância disso pra senhora?

Inf.: bem... a importância dela **apesar que** possa te::r... as suas fa::lhas pos/ possa sofrer uma série de críticas num é porque testemunho Único testemunho NULO mas acontece que se você... ce conSEgue levantar um GRANde número de infor/ de inforMANtes e as informações que eles DÃO éh: podem compleTAR uma vai completando a outra ou vai explicando mais o que o outro... deixou um tanto... em dúvida ou mostrando DUAS facetas de um mesmo acontecimento isso é importante pra PAra o pesquisador (AC-146-RO,347)

Em (14), trata-se de uma perífrase verbal composta pelo infinitivo *ter* mais o verbo *trazer* no particípio. Em (15) a perífrase é formada pelo verbo *poder* no subjuntivo (*possa*) mais o verbo *ter* no infinitivo. Casos como esses, no entanto, parecem ser idiossincráticos.

Em resumo, as orações introduzidas por *apesar (de) que* podem ser de dois tipos: posposto à oração à qual se refere ou independentes.

É possível afirmar que *apesar (de) que*, no entanto, parece estar se especializando em introduzir orações que não se subordinam a uma oração principal, pois são as orações mais frequentemente introduzidas por essa conjunção (64%). Quando essa conjunção introduz orações que escopam um evento principal, na maioria dos casos não há identidade entre os participantes dos dois eventos envolvidos. Isso pode significar que essa *apesar (de) que* introduz orações menos dependentes que *apesar de*, por exemplo.

4.3 Embora

A conjunção *embora*, em sua origem, no inglês antigo, era a única que podia ser empregada com significado concessivo (KÖNIG, 1984, p. 7). Em português, essa conjunção origina-se de *em boa hora*.

Embora é considerado pela Gramática tradicional uma conjunção subordinativa prototípica (cf. BUENO (1963), CEGALLA (1985) e CUNHA e CINTRA (1985, 2001)).

O conector *embora*, conforme mostrado na Tabela 1, é responsável por 17% dos casos de relações concessivas, que se apresentam somente na forma oracional. Assim como *apesar de* e *apesar (de) que*, *embora* introduz orações antepostas e pospostas à oração que tomam por escopo.

A ocorrência (16) a seguir ilustra um caso de anteposição, já que a oração concessiva *embora fosse um evento muito querido* antecede a oração matriz *não foi um evento muito planejado*. Nesse caso, verifica-se que não há quebra entonacional entre essas duas estruturas, pois não há nenhum tipo de pausa ou alteração de tessitura entre as duas orações envolvidas, formando assim um único contorno prosódico.

(16) Inf.: e:: nós... por motivos profissionais ele mora numa cidade e eu em outra... nós trabalhamos em cidades diferentes... e eu já estava aqui no IBILCE há... hum:: eu entrei aqui em noventa e seis e em noventa... e fiquei grávida em dois mil... então eu já tava aqui... há quatro anos... e:: na minha família nós só tínhamos uma... uma criança né... tanto na família na minha família... né... dos meus pais... e na família de Gerson ele é o filho mais velho num tinha

Doc.: num tinha ninguém [ainda na família]

Inf.: [num tinha ninguém ainda]... então éh:: num foi um assim... **embora fosse um:: evento muito querido** num foi um evento muito planejado né? e::... éh::... mas é muito engraçado... a partir do momento em que a gente fica sabendo que vai... ter uma responsabilidade por uma outra pessoa... éh:: a vida da gente já começa a mudar ali e nunca mais volta a ser a mesma né... (AC-82-NE,30)

(17), por outro lado, exemplifica um caso de posposição, pois a oração concessiva *embora não tenha nada com a minha vida hoje minha vida profissional* se coloca depois da principal *era uma atividade que eu sei fazer*.

(17) umas culturas que aqui nós tivemos muito o café também a colheita do café... você/ na época da colheita... você:: passava a algumas pessoas na frente isso ainda muito usado manualmente... então você:: passava alguns panhando... batendo com sei lá (bolo) o::/ os grãos secos... éh:: da/ da/ da/ do/ do/ dos galhos do café com uma varinha vai puxando com a mão... o café cai no chão... ahm na época... que tinha quatro raízes... éh::... então vinha manualmente uma criança... afastar o café dessas... quatro... dessas quatro::... rodas desses quatro pés... hora que pudesse vinha um outro depois vinha rastelando e ainda outro... terceiro ou quarto ia apanhando o café e ia sacando de lá levado para o terreiro... sacado... e... guardado na tulha... para a posterior venda... [então era... uma

atividade... que:: eu sei fazer::][embora não tenha nada... éh:: com a minha vida hoje... minha vida profissional]... mas... que eu sei fazer... também da agricultura... (AC-113-RP,187)

A localização da oração concessiva após a oração principal está diretamente relacionada ao fator prosódico, pois, nesses casos, há dois contornos entonacionais envolvidos: o da oração principal e o da oração concessiva, diferentemente do que ocorre quando há anteposição da concessiva.

Há ainda ocorrências introduzidas por *embora* (16 casos) em que não se pode localizar a oração matriz. Exemplificamos esse tipo de ocorrência em (18):

(18) Inf.: é uma coisa que foi muito marcante prá MIM foi que eu conheci o pai dos meus filhos eu tinha mais ou menos uns quatorze prá quinze anos ¹[né?] a gente namoro::u durante um a::no... e:: a gente eu peguei engravidei dele né? não FOI um uma gravidez deseJADA mas aconteceu a gente encarou a gravidez né?... ham:: eh:: eh:: fiquei:: tive a gestação perfei::ta né? *meus pais embora não aceitaram MUI::to né?* mas eles impuseram a condição de que eu fosse morar com ele ou casar... (AC-40-NE,10)

Em (18), a oração concessiva *meus pais embora não aceitaram muito* não escopa nenhuma outra oração, ou seja, não se estabelece relação de dependência sintática e semântica entre a oração concessiva e outra oração matriz. A única dependência, nesse caso, é interacional.

Essa “independência sintática” da oração concessiva é reforçada pelo fato de haver um Ato interativo (*né*) tanto antes quanto depois da oração concessiva.

Nos casos de orações independentes (59%), o fator identidade entre os participantes do evento principal e dependente não pode ser aplicável. Quando há dois eventos envolvidos, no entanto, notamos que geralmente (30%) não há identidade entre seus participantes, como se pode observar em (19):

(19) Inf.: eu:: eu eu acredito que o:: o Lula é um:: um um camarada muito bem intencionado em relação a a as mudanças que o país... precisa... e:: o que eu tô achando MUITO interessante **embora** esteja acontecendo... *todo/ todo esse::... esse reboliço* aí quanto a corrupção no governo tal isso a gente tá cansado de saber que isso sempre existiu... o que eu tô achando interessante é que...

ELE... está... dando uma liberdade principalmente pra polícia federal trabalhar que ela nunca teve antes... (AC-143-RO,327)

No exemplo anterior, *eu* é o participante do evento principal e *todo esse reboliço* é o participante do evento dependente.

Os três tipos de orações introduzidas pela conjunção *embora*, detectados em nossos dados, apresentam, predominantemente, verbos no modo subjuntivo, conforme mostram as ocorrências (16) e (17) apresentadas anteriormente, por meio dos verbos *fosse* e *tenha* respectivamente.

Há, no entanto, em nossos dados, casos de verbos no modo indicativo (26%), um sinal de menos dependência entre orações, conforme atesta (20):

(20) e aconteceu com a gente (ininteligível) e::... foi um sofrimento muito grande pra NÓS todos né?... família toda... e:: ele era muito assim... cala::do né? então acho que ele sofreu mAs ainda por ser... calado ele num reclamava mu::ito... ele só tinha muita esperança em Deus né? que ele fosse curado... **embora** a gente sabia que era uma:: uma doença muito grave né?... e que dificilmente poderia... acontecer... um milagre né?... (AC-94-NE,27)

Isso pode ser considerado um indício de que *embora* esteja se especializando, na fala, em introduzir orações independentes, uma vez que essas estruturas representam 59% dos casos de orações introduzidas por essa conjunção. Assim como *apesar de que*, *embora* parece introduzir orações concessivas menos dependentes que *apesar de*, o que se comprova pela análise da identidade dos participantes do evento principal e dependente, uma vez que, na maioria das ocorrências em que há dois eventos, não se nota identidade entre os participantes.

4.4 Assim mesmo, mesmo assim e ainda assim

Conforme já mencionado, as conjunções *assim mesmo*, *mesmo assim* e *ainda assim*, segundo König (1994), originam-se de expressões usadas para afirmar co-ocorrência ou coexistência de uma forma em outra.

Assim mesmo, *mesmo assim* e *ainda assim* foram agrupadas em nossa análise por apresentarem estruturas semelhantes e introduzirem, portanto, relações concessivas do mesmo tipo, apesar de não serem mencionadas pela Gramática tradicional. Bechara (1999) limita-se a afirmar que se pode alterar o significado originário do advérbio, em algumas construções, motivado pelos significados dos lexemas que entram na oração e por uma interpretação suplementar, contextual, do falante, calcada na sua experiência de mundo. Como exemplo, o autor menciona o caso de *ainda*, cujo valor temporal, ao unir-se ao *que*, na locução *ainda que*, é alterado para valor concessivo.

Detectamos, em nossa análise, vinte casos de relações concessivas que envolvem as locuções *assim mesmo*, *mesmo assim* e *ainda assim*, conforme exemplificam as ocorrências (21) e (22) a seguir:

(21) eu senti medo tomei Dramim tudo pra num vomitar *mas mesmo assim passei muito mal* num cheguei a dar vexame assim de vomitar tudo mas:: digamos assim que ficou bem na garganta (AC-51-DE,190)

(22) aí a gente foi no convê::nio... chegamos no convênio tal eu desespera::do... ainda dei azar que tinha um na minha frente ainda com be/ problema pior que o meu ainda e eu num consegui esperar porque eu tava/... eu achei que eu ia ter/ que ia perder os dentes que::/ eu tava totalmente desesperado mesmo até que o::... o dentista me atende::u... aí pegou e COLOCO::U os dentes no luga::r que eu tinha/ ele falou que eu tinha fra/ fraturado a mandíbula mesmo... foi uma coisa bem séria... e falou que eu só num perdi os dentes porque:: eu usava aparelho na época... o aparelho que segurou os meus dentes certo?... aí eu go/ eu fiquei mais tranquilo *mas assim mesmo ele disse que::... eu tinha que tomar antibió::tico que::... precisava cicatrizar o luga::r* ta::l fiquei um BOM tempo preocupado com isso... mas agora deu tudo ce::rto e::... ((risos)) meus dentes estão nos lugares novamente ((risos))... (AC-55-NE-51)

Na verdade, nas locuções *mesmo assim* e *assim mesmo*, *mesmo* é um advérbio que modifica *assim*, enfatizando-o e dando o valor concessivo. *Assim*, por sua vez, retoma todo o contexto anterior, exercendo um papel anafórico sobre o que já foi mencionado, conforme exemplifica (23) a seguir:

- (23) Inf.: então eu vou falar do nascimento do meu filho [Doc.: uhum ((concordando))] do meu primeiro filho do Jonatan... ele:: nasceu quando eu tinha dezesseis anos e:: foi numa:: sexta-feira... dia dezesseis de fevereiro de mil novecentos e noventa e um éh:: eu levantei com com:: com:: pequenas dores num tava sendo muito e:: mas num falei nada pra ninguém ficou:: assim fiquei quieta fiz tudo o ser/ meu serviço normal aí era umas três horas da tarde... a dor já tava bem assim aumentada e bem visível pra quem via via que eu tava com dor e minha mãe me perguntou pra mim o que é que eu tinha e foi aonde eu pegue e falei pra ela... aí mas **mesmo assim eu ainda fiquei em casa até:: sete horas da noite** aí sete horas eu fui pro hospital... (AC-78-NE-11)

Em (23), *assim* retoma todo o contexto anterior, isto é, a situação de dor antes do parto do filho. *Mesmo*, por sua vez, exerce o papel de modificador de *assim*, atribuindo-lhe a função de concessão.

A locução *ainda assim*, por sua vez, apresenta comportamento semelhante ao *assim mesmo* e *mesmo assim*. *Ainda*, advérbio por excelência, nitidamente temporal, ao unir-se ao *assim* adquire um valor concessivo, conforme já observado por Bechara (1999), equivalente a *apesar de* e *embora*. Notamos, no entanto, que a substituição de *ainda assim* por *apesar de* ou *embora*, por exemplo, nem sempre é aceitável, conforme comprova a ocorrência a seguir:

- (24) Doc.: você acha que isso...as esse interesse que as pessoas perderam...que nem...a gente já falou que antigamente os antigos acreditavam demais então foi perdendo por que será Dora será que:: será que isso é a influencia mesmo dos tempos modernos de agora e e por/e:: isso é uma coisa que vai continuar não tem não adianta [a gente] querer...então o que acontece **AINDA assim as pessoas procuram a religião** e e:: (AC-114-RO,566)

Em (24), notamos que *ainda assim* não poderia ser substituído por *embora*, pois teríamos uma oração não gramatical "então o que acontece embora as pessoas procuram a religião". Nesta ocorrência, *ainda assim* só poderia ser substituído por *mesmo assim*, *assim mesmo* ou *apesar disso*, pois são locuções que apresentam uma propriedade anafórica e

retomariam o contexto anterior, fundamental, nesse tipo de construção. Essa retomada anafórica, em (24) é realizada pelo *assim*, que é, por sua vez, enfatizado por *ainda*.

Na maioria das ocorrências (80%) *mesmo assim*, *assim mesmo* ou *ainda assim* antecedem a oração a que se referem, conforme exemplifica (25) a seguir:

- (25) então aquelas meninas... as moças ficavam tudo né?... é:... de Olho porque:... ele era bonito mesmo... e aí foi né?... só que... que ela tinha namorado e:... e quem tava assim de olho nele era uma outra... mas **mesmo assim** foi com a minha mãe que ele casou...

(AC-96-NR-111)

Esse tipo de conjunção, no entanto, pode aparecer posposto à oração a que se refere, tal como exemplifica a ocorrência (26) a seguir:

- (26) uma amiga me disse que estava havendo umas inscrições eh na TELESP [ah] e eu fui fazer a minha inscrição...só que eu cheguei lá pra fazer a inscrição a inscrição já tinha acabado já tinha sido a seleção [uhm][aí] eu deixei meu nome **assim mesmo**...e não estava nem esperando mais...passou algum tempo acho que um mês dois meses assim aí me chamaram que ia haver uma outra seleção que tinha havido uma seleção de um numero acho que de umas pra umas oito a vaga era pra umas oito pessoas e foram selecionadas sete e sobrou uma vaga e então eh chamaram mais três pessoas pra fazer uma outra seleção...

(AC-114-NE,35)

Quando há relação de concessão por meio dos conectores *assim mesmo*, *mesmo assim* e *ainda assim*, é muito comum a presença da conjunção *mas* ou *e* no início da estrutura na qual o operador concessivo está inserido; em outras palavras, o conector concessivo está inserido em uma oração adversativa, como podemos confirmar nas ocorrências (27) e (28) a seguir, em que há a presença de *mas* e de *e* respectivamente, ambos expressando adversidade:

- (27) foi uma coisa bem séria... e falou que eu só num perdi os dentes porque:: eu usava aparelho na época... o aparelho que segurou os meus dentes certo?... aí eu go/ eu fiquei mais tranquilo **mas assim mesmo** ele disse que:... eu tinha que tomar antibiótico que:... precisava cicatrizar o luga:r ta::l fiquei um BOM tempo preocupado com isso... mas agora deu tudo ce::rto e:... ((risos)) meus dentes estão nos lugares novamente ((risos))....(AC-55-NE-51)

(28) Doc.: faz tempo que você pinta?

Inf.: faz uns quatro anos e eu to fazendo aGora eu to fazendo curso de pintura com o Juninho não pra tipo aprender a pintar pra aprender técnicas novas né?:: por que cada professor tem sua técnica e **mesmo assim** a gente faz a técnica da gente você não as/ eu já passei por três professores Doc.: aham Inf.: e eu não faço como nenhuma dos três ensinaram parece que a gente adquire uma técnica entendeu? (AC-86-RP,133)

Em (27), notamos que *assim mesmo* está inserido na oração adversativa *ele disse que eu tinha que tomar antibiótico*, que apresenta como oração principal *eu fiquei mais tranquilo*. O mesmo ocorre em (28), pois *mesmo assim* está inserido na oração adversativa *a gente faz a técnica da gente*, que escopa a oração matriz *cada professor tem sua técnica*.

O fator identidade entre os participantes dos eventos principal e dependente não se aplica a *mesmo assim*, *assim mesmo* e *ainda assim*, pois não constituem orações.

Podemos dizer, em resumo, que *assim mesmo*, *mesmo assim* e *ainda assim* são estruturas peculiares que podem expressar concessão. Ainda que não mencionadas pela Gramática Tradicional, aparecem com certa frequência na língua falada.

Esses resultados nos levam a afirmar que, nas expressões *assim mesmo*, *mesmo assim* e *ainda assim*, *assim* é um anafórico, que retoma o contexto mencionado, enfatizado por *mesmo* ou por *ainda*.

Esses sintagmas concessivos, assim como as orações, podem ocupar a posição inicial ou a final da oração a qual pertencem.

4.5 Mesmo

Assim como o *true*, *indeed*, *fact* ou *well* do inglês (KÖNIG, 1994), *mesmo*, como mencionado, originalmente era usado para afirmações enfáticas.

A conjunção *mesmo*, na tradição gramatical, não é considerada uma conjunção concessiva prototípica, mas aparece, em exemplos de várias gramáticas, acompanhada por verbos na forma não-finita, como mostram Cunha e Cintra (1985, p.597) em *Mesmo sem saber se jamais chegarei, apetece-me rir e cantar em honra da beleza das coisas*.

Em nossos dados, *mesmo*, à semelhança de *apesar de*, pode introduzir relações concessivas que se manifestam por meio de Sintagmas ou Orações.

Os sintagmas (6 casos) introduzidos por *mesmo* geralmente são do tipo Preposicionais. A ocorrência (29) representa um caso de Sintagma Preposicional em que *mesmo* introduz *com toda a minha lerdeza*, um Sintagma Preposicional formado pela preposição *com* + Sintagma Nominal *toda a minha lerdeza*:

- (29) mas o pessoal fala que eu sou muito lerda na cozinha... mas existe um pudim que eu faço que... **mesmo com TOda minha lerdeza** é uma coisa que marca na família porque sempre que tem algum evento –“ah Vanilda faz a sobremesa pelo menos o pudim ela sabe fazer”- (AC-112-RP,205)

Mesmo também pode introduzir um Sintagma Adjetival, como em (30), que é constituído apenas por seu núcleo *difíceis*:

- (30) as coisas na minha vida eh:: nem s/nem sempre as coisas foram tão fáceis as coisas sempre foi meio difíceis mas mesmo mas **mesmo difíceis as coisas acaba/acabavam dando certo** eu comecei a trabalhar muito cedo comecei a trabalhar eh:: com menos de dez anos
(AC-114-NE,14)

Esses casos em que a concessão se dá por meio de Sintagmas podem ocorrer antecedendo ou seguindo a oração modificada pela relação concessiva.

Isso também se observa quando *mesmo* introduz orações (10 casos), conforme ilustram (31) e (32) respectivamente.

- (31) então... (eu sou bom) mas não consigo com essa mão descascar Uma laranja... ela não tem força para descascar... é uma (parada) difícil mas... eu fico aqui o dia inteiro quando alguém me leva nalgum lugar... de automóvel tudo eu assisto uma cerimônia tudo... porque **mesmo** eu estando mal eu subo... escada ... escada não é difícil pra mim...

(AC-151-NE,241)

Em (31), a oração concessiva *mesmo eu estando mal*, ocorre anteposta à oração principal *eu subo escada* à qual se refere; já em (32), a concessiva *mesmo num tando no mesmo lado da política* se localiza depois da principal *a gente concordou e a gente teve junto*.

- (32) hoje é a/ é a Silvia Laguna a presidente se eles for perguntado por ela se tem que vim alguma coisa pra Mirassol é lógico que vai querer porque ela quer o bem de Mirassol e como ela mesmo foi um:: tive um/ um adversário político um adver/ um:: que foi companheiro que foi o doutor Chim mas nunca que sempre que o PSDB quis mandar alguma coisa pra Mirassol a gente concordou e a gente teve junto... **mesmo** num tando no mesmo lado do do... da política... (AC-145-RO,253)

Mesmo pode ainda introduzir concessivas independentes, como ilustra (33), o único caso do *córpus*:

- (33) é de uma experiência ela passa uma segurança pra gente INcrível ela pega o que o pai falou ela TRANSforma e faz o pai reconhecer que realmente não é erro do professor entendeu? Então por isso que eu acho incrível por que ela defende a gente é como se fosse uma leoa cuidando dos seus filhotinhos ela defende MESmo... quando aconteceu de uma mãe levar uma professora com recurso entrar com recurso **mesmo** você ter dado Tudo que você podia dar o ano todo pra alfabetizar no caso já tinha passado é alfabetização até oitava série mas eu tinha passado que era terceira série a mãe entrou com um recurso contra um professor só que a dona Sirlei acatou aquilo ali nossa (AC-86-RO,394)

Notamos ainda, na ocorrência apresentada em (33), que, após a oração concessiva, há a presença da partícula *mas*, que retoma o fio discursivo interrompido pela concessão.

Quanto ao fator identidade entre os participantes do evento principal e dependente, os resultados mostram que geralmente (70%) há identidade entre eles, o que indica um alto grau de dependência entre os eventos envolvidos. A ocorrência a seguir exemplifica os casos de identidade entre os participantes envolvidos:

- (34) ... ele (o PROUNI) engloba o seguinte... ele:: consiste::... em trazer os alunos de escola estadual:l... que cursou a vida inteira escola estadual::l... eles fazem a prova do ENEM:: e::... e eles podem::... entrar num esco::la/numa universidade pa::ga que seria a particular... só que há há:: algun::s... alguns erros nesse programa por exemplo... eles nã::o não não... exi::gem... que a pesso/ eles não exigem não pe::dem... na::da... em respeito se a pessoa é caren::te se se a:: pessoa é mais pobre que a o::utra por exemplo porque â::s ve::zes... **mesmo EU estudando é::** *minha vida inteira numa escola estadual::l...* **EU TENHO CONDIÇÃO::**O de pagar uma escola particular entendeu?... e... nisso há pessoas que não NÃO TEM CONDIÇÃO NENHU::MA e eles não VÊ::EM isso entendeu?...

(AC-55-RO,178)

Como se pode notar em (34), o participante *eu* se repete na oração concessiva (mesmo eu estudando minha vida inteira numa escola estadual) e na oração principal (eu tenho condição de pagar uma escola particular...).

Essa dependência pode ser observada também nas formas verbais, pois *mesmo* introduz orações reduzidas. Como se pode notar nos exemplos (31) e (32) dados anteriormente, as orações introduzidas por *mesmo* normalmente apresentam verbos no gerúndio, com exceção da ocorrência apresentada em (33), cujo verbo está no infinitivo (**mesmo** *ocê ter dado tudo que você podia dar o ano todo pra alfabetizar*).

Em resumo, *mesmo* pode introduzir sintagmas ou orações. No primeiro caso, os sintagmas geralmente são introduzidos por preposições; no segundo caso, as orações são sempre reduzidas (de gerúndio ou infinitivo) e podem localizar-se antes ou depois da oração a que se referem, ou ser independentes. Na maioria das ocorrências há identidade entre os participantes dos eventos envolvidos.

É interessante mencionar para este trabalho que, em nossos dados, observamos o uso de *mesmo* como focalizador, conforme atesta a ocorrência (35) a seguir:

- (35) Inf.: uhum... olha é:: eu/ como eu dou aula à noite no estado/ dou aula no estado e de dia também né?... eu percebo que tenho alunos que usam drogas... e:: cê/ cê sente o cheiro... de maconha ((passa uma moto na rua, que ocasiona este chiado ao fundo da gravação)) **mesmo de noite** a gente sente o cheiro de maconha na escola... aí colocaram uns policiais lá sabe... pra ficar durante o recreio... então acho que até diminuiu... mas a gente percebe quem usa já até conversei com alguns alunos... que às vezes eu percebo que tem aluno que... precisa de uma conversa... né?... outro dia mesmo chamei um aluno conversei com ele falei – “ às vezes você vem meio chumbado pra escola” - (AC-116-RO,340)

Mesmo, na ocorrência (35), modifica o sintagma preposicional *de noite*.

Tomando como base a ocorrência (35), podemos distinguir entre *mesmo* focalizador e *mesmo* com valor concessivo. Quando *mesmo* modifica outros termos, enfatizando-os, exerce papel de focalizador e pode ser substituído por *até* (cf. (35)). Já quando acompanha verbos no gerúndio ou no infinitivo (formas não-finitas), comporta-se como conjunção lexical concessiva.

4.6 Mesmo que

Mesmo que, assim como *mesmo*, deriva de expressões usadas originalmente para afirmação enfática.

Essa conjunção é apresentada pela Gramática Tradicional como subordinativa, responsável por iniciar orações concessivas. Em nossa pesquisa, é responsável por introduzir 5% dos casos de relações concessivas (cf. Tabela 1).

Mesmo que introduz somente orações. A oração concessiva introduzida por *mesmo que* ocorre anteposta à principal, conforme ilustra (36):

- (36) Inf.: ah ele (num dizia) ah aquela coisa de criança né? de criança de moleque queria ser macho né? queria bater em todo mundo entã::o né? **mesmo que** num fizesse nada... eles queriam ser machão queria sempre ser o mais forte então ele vivia insultando alguém prá/ pá arrumar uma encrenca... e nesse dia ele acabou levando a pior comigo... (AC-93-NE,26)

A ordenação oração concessiva + oração principal está diretamente relacionada à estrutura prosódica dessa construção, pois há pausa suspensiva entre as duas orações, representada por três pontos na transcrição. Além da presença de pausa, cada oração apresenta o seu próprio contorno prosódico.

Das três ocorrências dependentes, em uma há identidade entre os participantes e em duas, não, conforme exemplificam respectivamente (37) e (38):

(37) é claro que regras gramática::is isso vai ficando pra trás eu procura::va prestar bastante atenção em como eles formulavam as frases tudo como eles fala::vam e eu sempre me dava bem porque **mesmo que eu num soubesse conjugar um ve::rbo ou num soubesse usar uma preposição alguma coisa assim eu** dava um jeito de usar de formular uma frase que usasse o verbo no infiniti::vo eu conseguia me virar então eu (errava muito pouco) (AC-84-NE,39)

(38) e eu encarei ele e dei bati MUito nele mesmo e naquele dia fiquei todo orgulhoso porque eu bati no Mário Japão...
Doc.: e por que que ele insultava o senhor? que que ele fazia?
Inf.: ah ele (num dizia) ah aquela coisa de criança né? de criança de moleque queria ser macho né? queria bater em todo mundo entã::o né? **mesmo que num fizesse nada...** eles queriam ser machão queria sempre ser o mais forte então ele vivia insultando alguém prá/ pá arrumar uma encrenca... e nesse dia ele acabou levando a pior comigo... (AC-93-NE,26)

Em (37), o participante *eu* se repete no evento principal (eu dava um jeito de formular uma frase) e no dependente (mesmo que eu não soubesse conjugar um verbo ou não soubesse usar uma preposição), havendo, portanto, identidade entre eles. Já em (38), o participante não é o mesmo; no evento principal o participante é *eles* (eles queriam ser machão) e no dependente há uma anáfora que poderia ser preenchida por *todo mundo*, *as pessoas* ou *a gente*.

Mesmo que pode ainda introduzir orações independentes (5 casos), como se observa em (39):

(39) então ele mostrou QUE... vale muito mais o conhecimento que uma pessoa tem do que a atitude que ela vai tomar... às vezes a atitude pode ser muito SIMples... mas pra ela cheGAR... a tomar aquela atitude muito simples ela tem que ter tido MUI::to conhecimen::to... MUIto esTUdo... e:: **mesmo que num seja estudo em faculda::de... estudo em em em esCO::la... coisa por exemplo que eu num Tive...** mas quando a pessoa quer alguma coisa... ela tem que correr atrás... e estudar aQUEle segmento que ela QUER...
Doc.: e valoriZAR né?... (AC-99-NR,176)

Notamos aqui que a oração concessiva **mesmo que** *num seja estudo em faculdade estudo em escola coisa por exemplo que eu num tive* não mantém relação sintática e semântica com a oração anterior nem posterior. A única relação existente é a pragmática.

As orações introduzidas por *mesmo que* apresentam verbos predominantemente no modo subjuntivo (cf. as ocorrências (36) e (39)). Há, no entanto, em nossos dados, duas ocorrências que apresentam verbos no indicativo, como exemplificado por (40). O uso do indicativo, como mostra (40), é indício de que esta conjunção tende a introduzir orações concessivas independentes

(40) então depende da universida::de... se toda a universidade tiver i::sso... **mesmo que** o aluno vem de uma escola estadual... que... infelizmente ho::je nós sabemos que a escola estadual é bem inferior do que a particula::r... com esses cursos que a faculdade oferece dentro da faculda::de ele pode.. ajunta::r... ficar junto de alunos de escolas particulares e conseguir ter o mesmo ensino e::... e:: conseguir aproveitar o ensino totalmente que a:: faculdade oferece pra eles... (AC-55-RO-199)

Além de *mesmo que*, há, em nossos dados, ocorrências com *mesmo se*, tratada por Neves (2000, p. 847) como *condicional com matiz concessivo*, conforme mostra (41).

(41) às ve::zes os/ por os alunos tarem pagan::do eles pensam que eles não precisam estuda::r ou que eles não precisam se esforçar porque... **mesmo se** eles ficarem de dp é só eles pa/ pagar e continua::r passando pra frente... claro que na:: faculdade estadual não é desse jeito... (AC-55-RO-213).

Ao contrário de Neves (2000), consideramos que as orações introduzidas por *mesmo se* são condicionais, o que fica claro na paráfrase: “se eles ficarem de DP, é só pagar e continuar passando”, em que a retirada de *mesmo* não altera o sentido condicional, expresso por *se*.

Segundo Oliveira (2008), na expressão de condicionalidade dada por meio de *mesmo se*, *mesmo* pode ser interpretado como intensificador da conjunção condicional *se*. Discordamos da autora por entendermos que a omissão de *mesmo*, nesse caso, não afeta a condicionalidade da oração, conforme comprovamos na paráfrase apresentada anteriormente.

Assim, consideramos que *mesmo* enfatiza toda a oração condicional e não apenas a conjunção *se*.

Há ainda ocorrências com *mesmo quando*, que foram por nós analisadas à semelhança de *mesmo se*, ou seja, a oração temporal introduzida por *quando* é enfatizada por meio de *mesmo*, conforme exemplificado em (42).

- (42) tudo assim MUITO bonito... era... ao mesmo tempo que era... ruim por ser... proibido pro... leigo num tinha tanto acesso... a chegar tão perto do Santíssimo... mas era uma coisa bonita... porque tinha... era tudo muito bem feito... éh muito trabalhado... no mármore trabalhado... o Santíssimo com flores... com velas... aqueles anjos coloridos né... segurando aqueles castiçais... com vela... cortinas vermelhas... era um lugar que... **mesmo quando** eu era pequena... eu gostava porque às vezes eu ia com a minha mãe... (AC-102-DE,228)

Em resumo, defendemos que *se* introduz relações de condição e *quando*, uma relação temporal, sendo *mesmo* um modificador enfático da oração subordinada condicional ou temporal.

4.7 Por mais que

De acordo com König (1994), conforme já mencionamos, alguns conectivos concessivos, tais como *por mais que*, em português, *however* e *anyway*, em inglês apresentam um componente que pode ser usado para quantificação livre.

Em nossos dados constatamos apenas uma ocorrência introduzida por *por mais que*, denominada por Bechara (1999) de “concessiva intensiva”. A oração concessiva ocupa a posição inicial, ou seja, antecede a principal e traz o verbo no subjuntivo, conforme (43) a seguir:

- (43) meu pai não posava em ca::sa coisa que... e naquela época eu era muito criança e ficava muito assim éh:: não entendia direito o que tava acontecendo porque **por mais que** ele brigasse com a

minha mãe era meu pai eu não tinha nada a ver... ai o tempo passo... eles foram se encontrando se encontrando meu pai acabo indo embora de casa prá viver com ela

(AC-38-NE,17)

Observamos, na ocorrência anterior, que há identidade entre os participantes envolvidos, pois *ele* aparece no evento concessivo (por mais que ele brigasse com a minha mãe) e no evento principal é retomado por meio de anáfora zero (era meu pai).

4.8 Considerações parciais

Algumas considerações podem ser feitas a partir da descrição das relações concessivas apresentada neste Capítulo.

A análise dos dados nos mostra que, na língua falada, nem todos os operadores mencionados pela Gramática Tradicional são efetivamente usados na variedade investigada. Os operadores detectados na fala para introduzir concessão são: *apesar de* (37%); *apesar (de) que* (18%); *embora* (17%); *ainda assim*, *assim mesmo* e *mesmo assim* (12%); *mesmo* (10%); *mesmo que* (5%) e *por mais que* (1%).

Como observado, um dos objetivos deste estudo é verificar se há diferença semântico-pragmática no uso das várias conjunções que assinalam a relação concessiva, a fim de testar a hipótese de que essa diferença está relacionada aos níveis e camadas propostos pela Gramática Discursivo-Funcional.

Os dados nos permitiram verificar que, quando a oração concessiva se antepõe à oração principal, há uma relação de extrema dependência entre essas duas orações, pois geralmente não há nenhum tipo de acidente prosódico entre elas: não há pausa e não há quebra entonacional.

Quando a oração concessiva ocorre posposta à oração principal, por outro lado, a relação de dependência entre concessiva e principal parece ser menos forte, pois há quebra entonacional entre elas, e cada oração apresenta sua própria entonação. Em algumas ocorrências, o acidente prosódico consiste na diferença de tessitura entre as duas orações envolvidas. Em função disso, podemos dizer que, quando a oração concessiva se pospõe à sua oração matriz, apresenta maior grau de autonomia.

As orações concessivas independentes, ou seja, as que apresentam apenas relação interacional com as orações anteriores ou posteriores, apresentam algumas marcas, tais como pausas antes e/ou após a oração concessiva e a presença de Atos interativos (*né, num é*, etc.) após as mesmas ou também no final da oração que as antecedem. Além dessas marcas, a concessiva independente apresenta contorno entonacional próprio, isto é, a oração concessiva independente apresenta seu próprio *Sintagma Entonacional* (nos termos da GDG) para se estabelecer no discurso, não dependendo sintática e nem semanticamente de nenhuma oração.

Outro dado interessante dos resultados de nossa pesquisa diz respeito às formas verbais apresentadas pelas orações concessivas, uma vez que cada conjunção parece privilegiar determinadas formas verbais: *apesar de* exige o verbo no infinitivo, e *mesmo*, no gerúndio, portanto, formas não-finitas. As demais conjunções podem apresentar os verbos na forma finita: *por mais que* e *mesmo que* podem ser acompanhadas por verbos no subjuntivo, já *apesar que* pede o verbo no indicativo; *embora*, por sua vez, permite subjuntivo e indicativo, o que contraria as normas impostas pela Gramática Tradicional.

A pesquisa revela ainda que a relação concessiva não se apresenta somente por meios oracionais, conforme dado pela Gramática Tradicional. Há dois operadores, o *apesar de* e o *mesmo*, que podem também introduzir relações concessivas não-oracionais.

Há, no entanto, diferenças entre os Sintagmas introduzidos por esses dois elos concessivos. *Apesar de* introduz somente sintagmas nominais, tais como *apesar do clima*

quente... chove com mais frequência nessa região (AC-114-RP,468), em que *apesar de* introduz o Sintagma Nominal *o clima quente*.

Mesmo, por sua vez, geralmente introduz sintagmas que apresentam preposição, tal como em *no meio da cirurgia eu acordei mesmo com a anestesia* (AC-148-NE,30), em que *mesmo* introduz o Sintagma Preposicional *com a anestesia*.

Pudemos notar, portanto, que há três tipos de orações concessivas: (i) a que ocorre antes da oração principal, caso em que as duas orações são extremamente interligadas e a concessiva depende da principal para se estabelecer; (ii) a que se pospõe à oração matriz, caso em que a relação entre concessiva e principal não é tão forte quanto a anterior; (iii) a que apresenta completa autonomia.

O primeiro tipo de oração concessiva refere-se ao que Crevels (2000b) denomina de Concessivas de Conteúdo (2ª ordem), pois indica que um evento ou o estado-de-coisas descrito na oração concessiva forma um obstáculo, mas não impede a realização do evento ou do estado-de-coisas descrito na oração principal. Neste caso, a oração concessiva é indispensável para a correta interpretação da oração principal, o que faz com que não haja nenhum tipo de quebra entonacional entre a principal e a subordinada, isto é, não há pausa e nem mudança de tessitura entre essas duas orações.

O segundo tipo de oração concessiva relaciona-se às Concessivas Epistêmicas (3ª ordem) e às Concessivas de Ato de fala (4ª ordem) de Crevels (2000b), pois está associado a crenças e Atos de fala. Nesse caso, a segunda asserção geralmente é enfatizada, o que pode justificar a posposição da oração concessiva com relação à matriz.

O terceiro caso de oração concessiva, a que apresenta autonomia, relaciona-se às Concessivas textuais (5ª ordem) de Crevels (2000b), pois elas não se referem a uma unidade precedente específica, mas sim a unidades textuais precedentes inteiras.

Nosso trabalho revela uma importante constatação: alguns operadores parecem estar se especializando em introduzir determinados tipos de orações concessivas. *Apesar de*, por exemplo, tende a introduzir orações concessivas que antecedem a principal. *Apesar que*, *embora* e *mesmo que*, por outro lado, parecem estar se especializando em introduzir orações concessivas independentes.

Quanto ao fator factualidade, como já mencionado, adotamos o conceito de factualidade proposto por Pérez Quintero (2002). Para a autora, toda relação concessiva é factual, uma vez que descreve um conteúdo proposicional como verdadeiro ou Ato discursivo assertivo. Isso pode ser confirmado nas ocorrências a seguir, em que se nota um Ato de fala assertivo (cf. (44)) e um Conteúdo proposicional verdadeiro (cf. (45)), respectivamente:

(44) eu tinha um S/SONho de construir... uma casa sempre eu tive... essa vontade de construir uma casa... é eu mesmo me empenhando construindo... entendeu? e a um anos atrás eu iniciei éh esse sonho me preparei entendeu? prá construir na parte finanCElra e:... e tive esta experiência e foi até bem sucedida **a/apesar de eu ter... POUca experiência nessa área** ((ouve-se barulho de carros)) éh trabalhando poucas vezes não não seguidamente que:... eu a/a profissionalmente eu fui funcionário público num tinha nada a ver com essa área aí mas era um sonho meu a/a/até pra mim provar pra mim mesmo que eu tinha capacidade de construir uma casa era um sonho que eu tinha (AC-141-NE,08)

(45) ... ele (o PROUNI) engloba o seguinte... ele:: consiste::... em trazer os alunos de escola estadua::l... que cursou a vida inteira escola estadua::l... eles fazem a prova do ENEM:: e::... e eles podem::... entrar num esco::la/numa universidade pa::ga que seria a particular... só que há há:: algun::s... alguns erros nesse programa por exemplo... eles nã::o não não... exi::gem... que a pesso/ eles não exigem não pe::dem... na::da... em respeito se a pessoa é caren::te se se a:: pessoa é mais pobre que a o::utra por exemplo porque à::s ve::zes... **mesmo EU estudando é:: minha vida inteira numa escola estadua::l... EU TENHO CONDIÇÃ::O de pagar uma escola particular entendeu?... e...** nisso há pessoas que não NÃO TEM CONDIÇÃO NENHU::MA e eles não VÊ::EM isso entendeu?...

(AC-55-RO,178)

Tendo em vista os fatores apresentados com relação a cada conjunção, elaboramos um quadro que resume o comportamento dos nexos concessivos introdutórios de relações oracionais (120 casos) em termos de suas porcentagens³:

³ O quadro deve ser lido da seguinte forma: Quanto ao fator posição das orações concessivas introduzidas por *apesar de*, do total de 46 ocorrências oracionais introduzidas por essa conjunção, 41% localizam-se na posição inicial, 31%, na final e 28% dos casos constituem orações independentes, o que totaliza 100%. Todas (100%) as

Quadro 7: Conjunções X Fatores de análise

Fatores Conjunção	Posição			Fact.	Forma verbal		Identidade Partic.		
	Inicial	Final	Indep	Fact.	Finit	Não-Finit	Sim	Não	Indep
Apesar de	41%	31%	28%	100%	0	100%	41%	31%	28%
Apesar (de) que	7%	29%	64%	100%	96%	4%	7%	29%	64%
Embora	19%	22%	59%	100%	93%	7%	11%	30%	59%
“Assim” e variantes	20%	80%	/	100%	/	/	/	/	/
Mesmo	60%	30%	10%	100%	0	100%	70%	20%	10%
Mesmo que	37%	0	63%	100%	100%	0	12%	25%	63%
Por mais que	100%	0	0	100%	100%	0	100%	0	0

Este Capítulo da Tese apresentou uma análise quantitativa dos resultados obtidos com o levantamento de dados. O próximo Capítulo apresentará uma análise qualitativa tomando como base os tipos encontrados com a análise quantitativa dos resultados.

orações concessivas são factuais. No que diz respeito à forma verbal, 100% das ocorrências apresentam verbos não-finitos. Quanto à identidade dos participantes, 41% das ocorrências apresentam identidade, enquanto 31%, não; o restante, 28%, corresponde às orações independentes. Todas as porcentagens foram calculadas em função do total de ocorrências introduzidas por cada conjunção.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE QUALITATIVA DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta uma análise qualitativa dos resultados quantitativos apresentados no capítulo anterior.

Como mencionado anteriormente, nossos dados revelam a existência de relações de concessão de tipos distintos no português falado.

Essa diversidade vem de encontro ao que prescreve a Gramática Tradicional, que geralmente apresenta a concessão como uma oração subordinada adverbial concessiva, pois “funciona como adjunto adverbial de outras orações e vem, normalmente, introduzida por uma das conjunções subordinadas” (CUNHA e CINTRA, 1985, p.605).

As orações concessivas, de acordo com Cunha e Cintra (1985), iniciam a oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la.

Bechara (1999) afirma que as orações são concessivas quando a subordinada exprime um obstáculo – real ou suposto – que não impedirá ou modificará de modo algum, a declaração da oração principal, conforme mostra o exemplo dado pelo autor:

Embora chova, sairei. (BECHARA, 1999, p. 496)

Segundo Bechara (1999, p. 496), no exemplo acima, “a chuva não é obstáculo tal, que me impedirá de sair”.

Os gramáticos mencionam somente os casos oracionais de concessão. Como vimos no Capítulo 4, no entanto, a relação de concessão, na língua falada, não ocorre necessariamente por meio de orações. Além de orações, pode dar-se por meio de sintagmas ou advérbios.

Apresentaremos primeiramente os casos oracionais e depois os casos não-oracionais: sintagmas e advérbios, respectivamente.

As orações concessivas, conforme mostrado anteriormente, podem ocupar diferentes posições com relação à oração principal ou até mesmo ocorrer “solta”, isto é, sem depender sintaticamente de uma oração principal. Nossa análise tomará como suporte essas três formas de ordenação de concessivas, pois, como vimos no Capítulo anterior, a posição é determinante para a classificação das orações concessivas.

5.1 Relação Concessiva Oracional

5.1.1 Oração concessiva anteposta à principal

Considere a ocorrência (1):

- (1) eu não gostei da/do Edinho ter ganhado a eleição só que também não gostaria que o Mané tivesse ganhado na verdade minha preferência era pro Nicolau professor Nicolau...é:eu acho/acreditava que ele era:: melhor preparado entre os dois... concorrentes do segundo turno...só que infelizmente quem foi pro segundo turno foi o Edinho e o:: Manuel Antunes e::acabou ganhando o Edinho...e eu acredito que::...[**apesar de não ter gostado do Edinho ganhar**] [eu acredito que tenha sido melhor do que o Mané]...porque o Manuel Antunes...e/eu acho que ele não tem muita::perspectiva como pode se dizer::...ele já ta um pouco velho com uma certa idade e não tem muita condição mas de governar uma cidade como Rio Preto... (AC-49-RO,145)

Como já mencionado, podemos relacionar esse tipo de oração ao que Crevels (2000b) denomina de Concessivas de Conteúdo (2ª ordem), pois indica que um evento ou o estado-de-coisas descrito na oração concessiva, neste caso, *apesar de não ter gostado Edinho do*

ganhar, forma um obstáculo, mas não impede a realização do evento ou do estado-de-coisas descrito na oração principal: *eu acredito que tenha sido melhor do que o Mané*.

Essa definição dada por Crevels (2000b) é semelhante à definição dada pela Gramática Tradicional às orações concessivas. Na verdade, os gramáticos apontam somente esse tipo de oração, em que orações concessivas exprimem um obstáculo, mas não impedem ou modificam a declaração da oração principal (BECHARA, 1999) e ignoram, portanto, os outros tipos existentes.

Uma propriedade desse tipo de relação concessiva é que não há quebra entonacional entre oração principal e subordinada, isto é, não há nenhum tipo de pausa entre as duas orações envolvidas, além de apresentarem a mesma tessitura. Isso corrobora a afirmação de Crevels (1998, p. 135) sobre o contorno prosódico das concessivas de conteúdo, pois a autora diz que esse tipo de relação concessiva apresenta um único contorno prosódico, isto é, deve haver um contorno só para a oração principal e para a subordinada para que o sentido concessivo se estabeleça (cf. Capítulo 2).

Na verdade, a oração concessiva é ela própria um Conteúdo proposicional (p) que modifica outro Conteúdo proposicional, expresso na principal.

O Conteúdo proposicional é uma camada pertencente ao Nível Representacional. É um constructo mental que não existe no espaço e nem no tempo, mas existe na mente de quem fala. Caracteriza-se pelo fato de que pode ser qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de origem ou fonte de conhecimento (conhecimento comum partilhado, evidência sensorial, inferência).

Os modificadores de Conteúdo Proposicional, portanto, estão relacionados à especificação de atitudes proposicionais, que podem estar relacionadas ao tipo e ao grau de envolvimento do falante com o Conteúdo proposicional (cf. HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 151).

Estruturas como (1), por se tratar de conteúdos proposicionais, poderiam ser alteradas por modificadores que se relacionam à modalidade epistêmica subjetiva ou evidencial, como por exemplo *com certeza*: *com certeza* *apesar de não ter gostado do Edinho ganhar eu acredito que tenha sido melhor do que o Mané.*

Conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p.144), o Conteúdo proposicional pode ser atribuído a outras pessoas que não o falante, tal como ocorre em (2):

(2) ai aconteceu o que...eles ficaram cinco anos namorando... ai ele conheceu ele conheceu outra pessoa...isso esse ano que passou agora ele conheceu outra pessoa... acabou se envolvendo com outra pessoa que era do serviço dele que eles trabalhavam juntos acabou terminando com a Silvia prá ficar com essa outra pessoa... ai ele ele **apesar dele** *ter terminado com a Silvia ele continuava ficando com ela... né?* (AC-38-NR,110)

Nesse caso, tanto a oração concessiva *apesar dele ter terminado com a Silvia* quanto a principal *ele continuava ficando com ela* dizem respeito a um conteúdo atribuído a outra pessoa que não o próprio falante.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 55), nesses casos o estatuto de Conteúdo Proposicional é confirmado pela impossibilidade de inserir *eu admito que, eu reconheço que* na oração concessiva.

Verificamos que isso se confirma na língua portuguesa, uma vez que não é possível inserir *eu admito que* na ocorrência já apresentada em (2): **apesar dele** (eu admito que) *ter terminado com a Silvia ele continuava ficando com ela*. Neste caso, notamos que essa modificação não seria aceitável.

O esquema geral para representar o Conteúdo proposicional com um núcleo configuracional é o seguinte (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 145):

$$(\pi p_1: [(ep_1) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}] (p_1): [\sigma (p_1)_{\Phi}])$$

em que o Conteúdo Proposicional com um núcleo configuracional consiste minimamente de um Episódio (ep_1), mas pode conter mais de um Episódio (ep_{1+n}), o que pode ocorrer ($\{\}$) com uma função semântica (Φ).

Assim, para a oração concessiva de (2) *apesar dele ter terminado com a Silvia*, teríamos:

$(\pi p_1: [(ep_1) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}] (p_1): [apesar\ dele\ ter\ terminado\ com\ a\ Silvia\ (p_1)_{\Phi}])$

Relações concessivas desse tipo, na maioria dos casos (57%) apresentam o mesmo participante que sua oração principal, conforme atesta a ocorrência (3) a seguir:

(3) **apesar dele ter arrumado uma namorada fixa** ele acabava ficando com ela... ai o que que aconteceu ele começou beber ficar descontrolado... acabo bebendo... acabo bebendo... acabo bebendo... (AC-38-NR,110)

em que o participante pronominal *ele* da oração concessiva *apesar dele ter arrumado uma namorada fixa* se repete na oração principal *ele acabava ficando com ela*.

Essa identidade dos participantes entre as duas orações envolvidas reforça a dependência existente entre as duas orações.

Em resumo, quando a oração concessiva ocorre antes da oração principal, ela apresenta uma relação de dependência forte, pois a oração concessiva é essencial para a correta interpretação da oração principal. Nesses casos, tanto a oração concessiva quanto a oração principal constituem Conteúdos Proposicionais.

Como já mencionado, a relação concessiva anteposta pode ocorrer com qualquer conjunção concessiva: *apesar de* (53%), *apesar que* (5%), *por mais que* (3%), *embora* (14%), *mesmo* (17%), *mesmo que* (8%), com predomínio, portanto, de *apesar de*.

5.1.2 Oração concessiva posposta à principal

Os casos em que a oração concessiva ocorre após a principal também apresentam relação de dependência entre as duas orações; no entanto, essa dependência, diferentemente do que ocorre com as orações descritas anteriormente, está relacionada à interação entre falante e ouvinte. Observe a ocorrência (4) a seguir:

- (4) hoje é a/ é a Silvia Laguna a presidente se eles for perguntado por ela se tem que vim alguma coisa pra Mirassol é lógico que vai querer porque ela quer o bem de Mirassol e como ela mesmo foi um:: tive um/ um adversário político um adver/ um:: que foi companheiro que foi o doutor Chim mas nunca que sempre que o PSDB quis mandar alguma coisa pra Mirassol a gente concordou e a gente teve junto... **mesmo** num tando no mesmo lado do do... da política... (AC-145-RO,253)

Tendo em vista que o nível interacional está relacionado às intenções comunicativas, conforme já mencionado, podemos fazer analogia desse tipo de relação concessiva às denominadas Concessivas Epistêmicas e também às concessivas de Ato de fala de Crevels (2000a), já que elas não se ligam a conflitos factuais, mas sim a crenças e conclusões (cf. Capítulo 2).

Como observado no Capítulo anterior, nesses casos, em que a oração concessiva se localiza após a principal, há marcas prosódicas nítidas que separam as duas orações, pois cada uma apresenta seu próprio contorno prosódico, com diferenças de tessitura ou presença de pausa entre elas.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 54) afirmam que, quando a oração concessiva ocupa essa posição, o estatuto de Ato é confirmado pela possibilidade de inserir *Eu admito que, eu reconheço que* na oração concessiva.

Se aplicarmos esse teste à oração apresentada em (4), essa possibilidade se confirma: *a gente concordou e a gente teve junto, mesmo (eu admito) num tando do mesmo lado da política.*

É possível observar que tanto oração principal quanto oração concessiva constituem Atos Discursivos, pertencendo, portanto, ao Nível Interpessoal, que se relaciona às questões pragmáticas da língua, pois lida com todos os aspectos formais da unidade linguística que refletem suas regras na interação entre falante e ouvinte, assim como os pressupostos de cada interação empregados pelo falante, de maneira mais ou menos consciente, como estratégia para atingir seus propósitos comunicativos.

Atos Discursivos, como já mencionado, são as menores unidades de comportamento comunicativo (KROON, 1995) e podem ser modificados por elementos lexicais na forma de um restritor, tal como *felizmente*, *honestamente* ou *francamente*, que permite ao falante fazer um comentário sobre o Ato. Os modificadores de Ato são introduzidos diretamente no Nível Interpessoal (cf. Capítulo 3), o que se reflete na posição dos mesmos, pois ocupam as posições periféricas do Ato discursivo.

Sendo assim, para a ocorrência dada em (4), a oração principal *a gente teve junto* poderia ser modificada por *felizmente* no final ou no início da oração, como em: *felizmente a gente teve junto*. A oração concessiva, por sua vez, também poderia ser modificada por um elemento lexical tal como em: *mesmo num tando no mesmo lado da política felizmente*.

Dessa forma, há uma relação de dependência entre os dois Atos Discursivos envolvidos, um nuclear (representado pela oração principal) e um subsidiário (representado pela oração concessiva). Essa dependência é representada na formalização por meio da presença da função retórica de Concessão (Conc.) no Ato subsidiário (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 53).

A representação geral dessa função retórica de concessão é a que segue:

$$(M_I: [(A_I: \dots (A_I)) (A_J: \dots (A_J))_{\text{Conc}}] (M_I))$$

A representação da oração dada em (4) *mesmo não estando do mesmo lado da política*, portanto, é a que segue:

(M_I: [(A_J: a gente teve junto (A_I)) (A_J: mesmo não estando do mesmo lado da política (A_J))_{Conc}] (M_I))

A análise do fator identidade entre os participantes, nesse caso, revela que geralmente (55%) não há identidade entre oração concessiva e principal, como exemplifica (5) a seguir:

(5) É então... acredito que o:: todo esse escândalo envolvendo ta/ta mesmo o Edinho tudo...eu acredito que ele não tenha tido culpa nessa história...porque::ele também não consegue controlar tudo né...agora::eu acho que corrupção tem em todos os lugares entendeu...não é o prefeito que é corrupto que ele que transforma tudo tinha corrupção dentro do Sema...gente ligada à ele só que ele não consegue controlar tudo essas pessoas também acho que isso aí num teve muita culpa porque:...isso daí::não tem como ce controlar...**apesar que a::esse problema aí do Sema foi resolvido acredito de forma justa...** (AC-49-RO,238)

em que o participante da oração principal é representado por *isso* e o da oração concessiva é representado por *esse problema aí do Sema*.

Essa não identidade entre os participantes das duas orações envolvidas sinaliza maior independência entre elas, diferentemente do que ocorre com as concessivas apresentadas anteriormente.

Em síntese, quando as orações concessivas ocorrem após a oração principal, constituem Atos Discursivos. A oração principal constitui um Ato Nuclear e a oração concessiva constitui um Ato Subsidiário, havendo entre eles uma relação de dependência, tendo o Ato Subsidiário a função retórica de Concessão (Conc). Nesse caso, estamos lidando com a camada do Ato no Nível Interpessoal. Esse tipo de concessiva pode ser introduzida por

apesar de (45%), *apesar que* (26%), *embora* (19%) e *mesmo* (10%), com predomínio, portanto, de *apesar de*.

5.1.3 Oração concessiva independente

Conforme mencionado no Capítulo anterior, no português falado encontramos casos de orações concessivas que não fazem referência sintática e semântica a nenhuma outra oração, conforme ilustram (6) e (7):

- (6) Inf.: éh:: outra coisa... importante em aula particular é você cair especificamente na dúvida dele... às vezes... ele:: chega um aluno às vezes ele fala – “eu não entendi essa matéria” – mas aí ce vendo ce fazendo com ele ce percebe que às vezes o problema não é da matéria o problema é de outra coisa anterior à matemática às vezes ele chega... ah:: a gente tem aluno hoje **apesar que** *melhorou um pouco* mas antigamente tinha menos pior ainda às vezes ele não sabe fazer conta... (AC-81-RP,205)
- (7) Doc.: bom Fernando como você:: éh trabalha diretamente com a saúde::de eu queria saber qual que é a sua opinião sobre:: sobre a saúde pública né **embora** *você trabalhe numa:: num órgão que não é público num órgão de atendimento né que não é público* mas qual que é a sua opinião assim a respeito do dum paciente que chega e não tem convê::nio como que é o tratamento mé::dico como que o médico tra::ta se tem difere::nça se num tem que que cê acha do SU::S queria que cê desse sua opinião sobre isso (AC-105-RO,372)

A análise de (6) nos mostra que a oração concessiva *apesar que melhorou um pouco* não depende sintática e nem semanticamente do Ato anterior *a gente tem aluno hoje* e nem do Ato posterior *antigamente tinha menos pior ainda*, ela aparece “solta” e expressa um comentário do falante com relação ao conteúdo apresentado. Poderíamos dizer que elas constituem uma unidade de informação à parte. O mesmo ocorre em (7), pois não é possível localizar a que Ato *embora você trabalhe num órgão que não é público num órgão de atendimento que não é público* estabelece relações sintáticas e semânticas.

Esse comportamento nos permite relacionar essas concessivas às denominadas Concessivas Textuais de Crevels (2000a), já que elas não modificam a oração principal, mas sim uma unidade textual inteira precedente. Isso atesta a nossa afirmação de que a relação existente aqui é a pragmática, ou melhor, interpessoal, pois o falante considera pertinente informar ao ouvinte o conteúdo comunicado na oração concessiva.

Esse tipo de oração nos remete às orações denominadas por Decat (1999, 2001) de “desgarradas”. A autora, após a aplicação de um teste que verifica como os usuários da língua lidam com o conceito de dependência entre orações, afirma que, no caso das adverbiais, a relação de dependência está caminhando para uma independência, originando um “desgarramento”, ou seja, orações que não são integradas estruturalmente em outras, vistas por ela como uma opção de organização do discurso.

Decat (1999) ressalta que o uso dessas orações pelo falante está relacionado ao interlocutor, quando serve como “guia” para estabelecer coesão no texto, ou ao próprio falante, quando esse pretende enfatizar algo. Assim, constituem unidades de informação e podem ser identificadas pela entonação, pois apresentam um contorno entonacional de final de oração e pela pausa ou hesitação (ainda que breve) que as separa de outra unidade (CHAFE, 1980 apud DECAT, 2001).

É exatamente isso que observamos nas orações independentes encontradas no córpus: apresentam-se entre breves pausas e contorno entonacional próprio, o que as distingue das orações anteriores ou posteriores. Pode-se observar também mudança na tessitura dessas orações com relação ao que vinha sendo dito.

Além disso, como se pode confirmar em (8), elas tendem a aparecer entre Atos interativos como *sabe?* e *né?*:

- (8) Inf.: mas assim foi ótimo... viajei de madrugada porque a passagem... era mais barata né? Doc.: aham
 Inf.: e:: num tive receio algum:: éh::... o serviço de bordo foi muito bom... sabe? **embora** fosse::
 éh:: *assim a passagem assim mais econômica né?* ³[...] mas foi tudo legal (AC-134-NE,16)

As orações que se pospõem às concessivas independentes são geralmente introduzidas por *mas*, cuja função é indicar a retomada do fio discursivo, interrompido em função da inserção da oração concessiva (cf. 8). Notamos, em (8), que o falante estava dizendo algo positivo a respeito da viagem (*o serviço de bordo foi bom*), faz uma interrupção para ressaltar algo que poderia contrariar essa ideia (a passagem era a mais econômica, “o que implicaria em um serviço ruim”) e retoma, por meio de *mas*, a ideia principal de que tudo foi muito bom. Essa função também pode ser exercida por *então*, conforme podemos observar em (9):

- (9) Inf.: também mas eu acho que daí acho que professor é também... ele pode contornar isso porque o professor SAbe dando a matéria onde que o aluno vai ter dúvida lógico que nem todo aluno vai ter a mesma dúvida mas:: ele pode dar ênfase em alguma coisa em:: determinado assunto né?
 Doc.: uhum ((concordando))
 Inf.: então então esse aluno chega lá com a gen::te ele ele tá:: inibido né? Então às vezes até é um problema que ele tem mais:: psicológico do que:: ne? **apesar de que** a escola que eu dou aula é uma escola de:: éh reFORço:: noventa e nove por cento dos alunos não tem problema nenhum de capacidade a maioria é falta de estudo é:: que não está se adaptando à escola então na verdade a gente quando dá aula particular a gente tem que ser... o mais próximo da realidade do aluno possível e ver o que ele MAIS tem dúvida o que:: é a sua defasagem e às vezes nem é uma defasagem é um aprimoramento é prá ele ser melhor por exemplo aluno de cursinho não basta ser bom tem que ser o melhor (AC-81-RP,237)

A oração concessiva parece, portanto, conforme mencionado, uma inserção no discurso, algo que o falante julga importante informacionalmente e, para que haja continuidade do que estava sendo dito, o discurso é retomado por meio da partícula *mas*, tal como fica claro na ocorrência (10) a seguir:

- (10) hoje:: ... hoje em di:a: ... quem quer estudar: eles querem comer né? então reforçar merenda: ... que/ que eles:/ oferece pra eles aí: são MUI:TO: as vezes um:: né?: que:/que:/ que fica ...
 AJU::DA: que que vai falar: ... com o:: é:: que: essa merenda pra eles tá tudo bem: ... chega em::/
 chega em:/ chega EM CA:SA:: ... e já tá com fome outra vez: que são mui::to fraco ... as merenda
 que eles faz nas creches pras crianças: então::: ... as crianças: ... passa: ... assim o:: é:: dedicar: a:
 querer fumar: ... assim que dá: o:: né? ... susTENTA passa pro vício: passa pra coisa melhor vai
 na cre::che: ... que as vezes as criança le::va mulecada na creche já sai do:/do gurpo:: já sai do::
 ...NÃO É AQUELAS COMIDAS QUE ELES QUE NÃO É do jeito que eles quer né? então:: ...

então eu acho que ainda continua mui::to: mas [apesar do Brasil ser muito rico em alimento] mas
a: ... a MERENDA escolar ainda:: ... tá assim: a muito: a dese::jo: ainda: ... (AC-97-RO,297)

Essa característica de oração inserida, na língua falada, de acordo com a Teoria da Gramática Textual-Interativa (JUBRAN e KOCH, 2006), consiste em *Parêntesis*, ou seja, uma modalidade de inserção “definida como breves desvios de um tópico¹ discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem” (JUBRAN, 2006a, p. 303).

Os parêntesis, ainda de acordo com Jubran (2006a), apresentam uma dimensão pragmática, pois eles materializam a atividade interacional no texto falado, contextualizando-o na situação de enunciação. Dessa forma, esses parêntesis introduzem dados relacionados à dimensão pragmática.

Jubran (2006a) afirma que os parêntesis podem ser constituídos por Atos Interativos, como é o caso de *né* das ocorrências apresentadas, o que o encaminha para uma perda de transparência semântica. As orações que aparecem após os parêntesis, por sua vez, podem apresentar várias marcas de reintrodução do tópico discursivo, como as que podemos constatar em nossos dados: (i) uso de conectivos ou de pronomes que atam a oração posterior à anterior ao parêntese. Em nossos dados esses conectivos são representados geralmente por *mas* ou, às vezes, por *então*; (ii) uso de Atos Interativos sequenciadores do tópico. Como vimos, na maioria das orações independentes há a presença de Atos interativos como *né*², por exemplo; (iii) repetição de itens lexicais ou de sintagmas do segmento-contexto, que se encontravam próximos ao início do parêntese e, por último, (iv) parafraseamento de trechos

¹ A noção de *Tópico discursivo* para a Teoria da Gramática Textual-Interativa é uma unidade de análise que não está restrita aos turnos conversacionais. Decorre de um processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional na construção da conversação, assentada em um complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o grau de conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o *background* de cada um em relação ao que falam. Assim, o tópico discursivo “torna-se um elemento decisivo na constituição de um texto falado, e a estruturação tópica serve como fio condutor da organização textual-interativa” (JUBRAN, 2006a, p. 90).

² Segundo Urbano (2006), *né?* parece ter origem na forma matriz *não é verdade?* e ter feito o seguinte percurso: *Isso não é verdade?* > *Não é verdade?* > *Não é?* > *Né?*. Esses Atos interativos desempenham a mesma função básica: a fática e são comparáveis às chamadas “questions tag”. Quando o falante faz uso desses elementos, busca aprovação discursiva do ouvinte, sendo, portanto, basicamente interacionais.

precedentes ao parêntese. Essa repetição ou paráfrase de estruturas antes e depois da inserção da oração concessiva, em nossos dados, também são comuns, conforme mostra a ocorrência a seguir:

(11) Doc.: Soeli... cê pode contar prá gente agora descrever... um local?...

Inf.: posso... a casa da minha amiga filó... ((doc.: uhm)) muito linda a casa dela no Recanto Real...
 ((doc.: uhm)) [**apesar de ela né não tá... bem**] mas... o lugar onde ela convive é muito lindo... um
 paraíso aquilo lá... ((doc.: uhm sei)) eu entrei na casa não sabia sair... ((risos))

Doc.: ahm... ¹[enorme]

Inf.: de tão ¹[grande...] de tão enorme que era... é muito bonito lá sabe... (AC-90-DE,222)

Em (11), o trecho que antecede a oração concessiva inserida *muito linda a casa dela no Recanto Real* é retomado após a inserção por meio da paráfrase *o lugar onde ela convive é muito lindo*.

Um estudo prosódico dos parênteses realizado por Tenani (1997) revela que neles tende a co-ocorrer aumento da velocidade da fala e mudança de tessitura (geralmente mais baixa ou mais alta do que as porções textuais anteriores e posteriores, conforme já mencionado). Também pode-se notar, nesse caso, mudança na direção da altura da sílaba final acentuada (uma curva descendente, em geral) e ocorrências das pausas, o que assinala a formação de um grupo entonacional (TENANI, 1997, p. 792).

Tendo em vista as propriedades desse tipo de oração concessiva (a falta de uma oração matriz, a introdução da oração seguinte por *mas* e a inserção discursiva dessas orações), podemos dizer que essas orações, dentro do arcabouço da Teoria da Gramática-Discursivo Funcional, constituem Move (HENGEVELD, 2009, comunicação pessoal). Conforme já mencionado, o Move é definido por Kroon (1997) como “a menor unidade livre do discurso”³ capaz de participar em uma estrutura de interação ou ainda, de acordo com Hengeveld e

³ Minimal free unit of discourse (KROON, 1997)

Mackenzie (2008, p. 50), “uma contribuição autônoma para a interação contínua⁴”, uma vez que constitui uma ação ou movimento para introduzir ou modificar tópicos discursivos e levar a interação adiante.

Entendemos que a oração concessiva é inserida porque o falante julga que a concessão é relevante do ponto de vista informacional. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 60), o falante não expressa mais do que a sua intenção comunicativa para ser compreendido.

Entendemos que essa informação concessiva pode abrir uma possibilidade de reação no interlocutor, o que nos leva a considerar essa oração inserida como um Move, pois o que caracteriza um Move é o seu efeito perlocucionário, conforme ilustra (12):

(12) Inf.: eu tenho um tio... ((doc.: uhum...)) sabe ele era fazendeiro rico tal... e ele teve uma amante... sabe... **apesar que** acho que cê/ você já deve ter ouvido muita história de amante... ((doc.: uhum)) mas essa que eu vi é diferente... eu sei que:... ele era mulherengo tudo ela inclusive minha tia acho que largou... dele foi exatamente por causa disso... (AC-100-NR,109)

Em (12), a oração concessiva inserida *apesar que acho que você já deve ter ouvido muita história de amante* poderia causar uma resposta positiva no documentador, do tipo “sim, já ouvi, por isso conte uma outra história”, o que corrobora o estatuto de Move desse tipo de estrutura concessiva inserida.

A representação geral do Move na Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 52) é dada a seguir:

$(\pi M_1: [(A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi_1\}}] (M_1): \Sigma (M_1))$, em que $n \geq 0$

⁴ A Move may be defined as an autonomous contribution to an ongoing interaction (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 50).

Com base na representação geral dada anteriormente, apresentamos a seguir a representação da oração concessiva dada anteriormente em (10), **apesar do Brasil ser muito rico em alimento**.

$(\pi M_1: [(A_1) \text{ apesar do Brasil ser muito rico em alimento } (A_1)_{\{\Phi\}}] (M_1))$

Essas orações constituem, portanto, Moves no Nível Interpessoal.

Como elas não apresentam oração matriz, a análise do fator identidade entre os participantes não é aplicável, já que para verificar esse fator, precisa-se de duas orações.

Os relatores que introduzem as concessivas independentes são: *apesar de* (24%), *apesar que* (34%), *embora* (30%), *mesmo* (2%) e *mesmo que* (10%).

5.2 Relação Concessiva não-oracional

5.2.1 Sintagmas

A relação concessiva expressa por meio de sintagmas, como já vimos, pode ser introduzida por *mesmo* e *apesar de*.

Esses sintagmas geralmente aparecem antepostos à porção que escopam e constituem Conteúdos Proposicionais, uma vez que passa pelo crivo do falante, sendo, portanto, analisado em termo de sua verdade, como exemplifica a ocorrência (13) a seguir:

- (13) foi um acidente muito horrível foi uma coisa muito feia e ela fala que apesar de tudo das brigas da/dessa vez que ele bateu nela do quadro que foi a vez que mais marcou ela mesmo que é uma coisa que ela nunca vai esquecer...[apesar de tudo ela disse que *sem::pre amou ele* que sempre vai amar]... (AC-38-NR,117)

Em (13), *apesar de tudo ela disse que sempre amou ele que sempre vai amar*, o núcleo do sintagma é o pronome indefinido *tudo*, que constitui um Núcleo Vazio (*dummy*), isto é, a referência anafórica é ativada por meio de co-indexação da variável proposicional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 146). Em outras palavras, *tudo* retoma o Conteúdo Proposicional (p).

O núcleo do sintagma pode ser constituído também por uma entidade de primeira ordem (Indivíduo), que designa entidade concreta e tangível, como é o caso de *sol* na ocorrência (14) a seguir:

- (14) ela sofre mais então em vez de dar uma alface bem grandona ela da uma alface menor porque ela sofre mais...assim nas hortinhas comuns eu não sei as pessoas que tem UMA TECNICA [uma técnica] coisas assim...mas agora que chega a época do frio...como ah:: **apesar do sol a água esfria** e a terra é fria então a planta a raiz fica mais à vontade na terra...[sei] então essa época é a época que quando é frio se consome menos verdura e a verdura dá melhor... (AC-114-RP,477)

Há três casos de sintagmas que aparecem independente de outras orações, diferentemente dos exemplos apresentados acima, como exemplifica (15) a seguir:

- (15) eu tenho vinte e sete anos quase de casado... graças a Deus eu e meu marido... construímos uma família... depois da Cristiane também eu tive a Aline... que hoje tem vinte e dois anos de idade... e a gente conseguiu construir uma:: família assim de bastante alicerce... eu acho que isso... é uma coisa muito:: **apesar da nossa simplicidade**... mas uma coisa... muito marcante e muito alegre pra mim (AC-92-NE,67)

Em (15), notamos que o Sintagma *apesar da nossa simplicidade* interrompe a oração *isso é uma coisa muito (marcante)*, que é depois retomada por meio de *mas*.

Nesse caso, o Sintagma constitui um Move, pois, por meio dele, o falante apresenta um novo tópico discursivo, que poderia ser continuado se essa fosse a intenção do falante.

5.2.2 Advérbios

Como já mencionado, encontramos casos em que há relação de concessão por meio de *mesmo assim*, *assim mesmo* e *ainda assim*. Nesses casos, o advérbio *mesmo* e o *ainda* se unem ao *assim*, resultando uma estrutura que expressa concessão, conforme representa a ocorrência (16) a seguir:

- (16) aí chegamos em Natal fizemos passeio du::nas o for::te aquela co::isa turista né?... aí nós tivemos a oportunidade de:: conhecer Fernando de Noronha... chegamos em Noronha pegamos um aviãozinho pequeno -- olha eu dentro dos meus aviões de novo só que naquele eu senti medo tomei Dramim tudo pra num vomitar [mas **mesmo assim** passei muito mal] num cheguei a dar vexame assim de vomitar tudo mas:: digamos assim que ficou bem na garganta (AC-51-DE,190)

Em (16), *mesmo assim* está inserido na oração adversativa *passei muito mal*. Na verdade, o advérbio *mesmo* funciona como operador que exerce a função de Modificador enfático de *assim*. *Assim*, por sua vez, retoma todo o contexto anteriormente mencionado; na ocorrência (16), por exemplo, retoma *tomar remédio para não vomitar*.

De acordo com a Gramática Discursivo-Funcional, *assim* constitui um Núcleo Vazio, isto é, a referência anafórica é ativada por meio de uma simples co-indexação da variável proposicional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 146), o que leva à representação de *assim* como (p_i)

No caso da ocorrência (16), o conteúdo retomado por *assim* (*tomar Dramim para não vomitar*) constitui uma propriedade configuracional que modifica a oração principal *passei muito mal*.

Há quatro casos em que *mesmo* é modificado por *assim* no final da oração, conforme exemplificado em (17) e em (18):

- (17) uma amiga me disse que estava havendo umas inscrições eh na TELESP [ah] e eu fui fazer a minha inscrição...só que eu cheguei lá pra fazer a inscrição a inscrição já tinha acabado já tinha

sido a seleção [uhm][aí] *eu deixei meu nome assim mesmo*...e não estava nem esperando mais...passou algum tempo acho que um mês dois meses assim aí me chamaram que ia haver uma outra seleção que tinha havido uma seleção de um numero acho que de umas pra umas oito a vaga era pra umas oito pessoas e foram selecionadas sete e sobrou uma vaga e então eh chamaram mais três pessoas pra fazer uma outra seleção... (AC-114-NE,35)

- (18) cada duas horas eu tenho que come um pouquinho de coisa porque meu estômago tá pequenininho né... mas *eu me conformo MESmo assim* porque eu saí dos cento e trinta quilos... (AC-152-NE,120)

5.3 As funções discursivas das relações concessivas

Como mencionado no Capítulo 2, Barth (2000) aponta algumas funções para as relações de concessão do ponto de vista discursivo-organizacional, que elencamos novamente:

- (i) restringir ou limitar a argumentação prévia, ou seja, da primeira oração, como uma maneira de corrigir o que foi dito;
- (ii) introduzir informações adicionais, uma estratégia que pode ser encarada como uma maneira de restringir o conteúdo da primeira oração;
- (iii) prevenir possíveis objeções, ou seja, o falante antecipa um contra-argumento do seu interlocutor que possa invalidar o que foi afirmado;
- (iv) sumarizar mudanças prévias de argumentos, em outras palavras, o falante resume o que foi colocado no co-texto precedente para que essas informações não sejam perdidas;
- (v) mudar ou inserir um novo assunto;
- (vi) preservação da face (do falante ou de terceiros)

Tomando como base essas funções apresentadas por Barth (op cit) para o inglês, verificamos que elas também se aplicam ao português e estão fortemente relacionadas à posição e, conseqüentemente, aos Níveis e camadas a que pertence a relação concessiva.

Quando a concessão ocorre anteposta à oração principal, ou seja, constitui um Conteúdo Proposicional, previne possíveis objeções do ouvinte que poderiam invalidar o que foi afirmado, tal como comprova a ocorrência (21) a seguir:

(21) Inf.: e:: nós... por motivos profissionais ele mora numa cidade e eu em outra... nós trabalhamos em cidades diferentes... e eu já estava aqui no IBILCE há... hum:: eu entrei aqui em noventa e seis e em noventa... e fiquei grávida em dois mil... então eu já tava aqui... há quatro anos... e:: na minha família nós só tínhamos uma... uma criança né... tanto na família na minha família... né... dos meus pais... e na família de Gerson ele é o filho mais velho num tinha

Doc.: num tinha ninguém [ainda na família]

Inf.: [num tinha ninguém ainda]... então éh:: num foi um assim... **embora fosse um:: evento muito querido** num foi um evento muito planejado né? e::... éh::... mas é muito engraçado... a partir do momento em que a gente fica sabendo que vai... ter uma responsabilidade por uma outra pessoa... éh:: a vida da gente já começa a mudar ali e nunca mais volta a ser a mesma né... (AC-82-NE,30)

Em (21), notamos que a informante estava contando como foi a descoberta de sua gravidez e afirma que esse evento (a gravidez) não foi um evento planejado. Antecipa, no entanto, que esse evento foi muito querido, conceber um filho foi uma notícia boa para ela, evitando, portanto, que o documentador pensasse que ela não queria a gravidez ou que ela não gostasse do filho. Isso fica claro quando analisamos a interrupção existente para colocar a oração concessiva, havendo repetição dos mesmos termos antes e depois da concessiva *então não foi um assim... embora fosse um:: evento muito querido não foi um evento muito planejado*.

Quando a relação concessiva ocorre após a oração que toma como escopo, por sua vez, pode desempenhar duas diferentes funções. Observemos a ocorrência (22):

(22) Doc.: bom qual seria sua opinião a respeito do aumento... dos combustíveis... hoje em dia?

Inf.: bom... eu acho que:: éh:: nós somos um país rico aí em petróleo... e:: várias aí:: refinari::as eu acho que a gente:: é um país muito rico... e:: ter que:: e:: a/ Acho que:: o dólar sobe... o:: sobe o combustível eu acho que a gente não tem nada... éh:: (problema) do dólar é claro que hoje o dólar é u::m... é u::ma moeda forte aí que ma::nda tudo *apesar (que) não é a nossa moeda*... mas éh:: tudo um... subi::u a:: bo::lsa do/ de Nova Io::rque quebrou não sei o que... éh:: a taxa de:: éh:: éh um monte de:: de fatores aí que só/ éh que reflete tudo na nossa economia... (AC-77-RO, 191)

Notamos, em (22), que o falante estava estabelecendo relação entre o aumento do dólar e o preço dos combustíveis no Brasil e afirma que o dólar comanda toda a economia brasileira. Ele sente necessidade, no entanto, de fazer uma ressalva sobre a moeda nacional e corrige uma possível interpretação equivocada de que o dólar é a moeda do Brasil, acrescentando a oração *apesar que não é a nossa moeda*. Em casos como esse, portanto, a função da oração concessiva é corrigir o que foi anteriormente afirmado ou corrigir uma possível interpretação equivocada do ouvinte.

Vejamos um outro exemplo de oração concessiva posposta à oração que toma como escopo:

(23) Inf.: sobre assim... a questão do do meu pa::i dele ter feito aquelas coisas

Doc.: uhum ((concordando))

Inf.: no passado né porque cê lembra eu comentei com você que ele era... alcoólatra e isso aí marcou muito *apesar que hoje ele não é mais*... só que foi o que fez eu sofrer muito tanto eu como minha família né porque (AC-72-NE,18)

Neste caso, notamos que a informante estava dizendo que o pai era alcoólatra e, por causa disso, a falante passou por várias situações desagradáveis. Após afirmar isso, ela acrescenta a oração concessiva com a finalidade de ressaltar e assim preservar a integridade do pai, ou seja, ela preserva a face do pai.

A preservação da face, de acordo com Goffman (1967), é uma estratégia usada pelo falante para que sua conduta ou a conduta de outra pessoa seja mantida dentro dos padrões

sociais estabelecidos por uma cultura. No caso de (23), ser alcoólatra é um desvio de conduta do pai da informante, por isso, ela enfatiza que hoje ele não é mais.

Essa função de preservação da face expressa por orações concessivas que constituem Atos ratifica os resultados da pesquisa de Barth (2000), pois o autor afirma que, em inglês, essa função é geralmente desempenhada por construções coordenadas introduzidas por *but* com sentido concessivo, ou seja, aquelas que estão menos integradas às orações principais. Segundo o autor, isso se deve ao fato de que a coordenação proporciona maior equilíbrio entre as duas orações do que a subordinação, possibilitando contrastá-las quando as opiniões sobre algo ainda precisam ser discutidas.

O último tipo de concessiva proposta, as independentes, apresenta uma função diferente das anteriores. Vejamos a ocorrência (24) a seguir:

(24) Doc.: problema básico né? ⁹[(inint.)]

Inf.: ⁹[então ele] chega LÁ numa calculadora ele acerta tudo só que na prova não vai ter calculadora né? então a gente:: infelizmente tem que tomar a calculadora **apesar de eu ser até favorá::vel né? ao uso de calculadora de/ de repente numa prova dependendo da prova né? então::** tem que ensinar conta prá ele (AC-81-RP,209)

A informante interrompe o fio discursivo, que falava sobre tomar a calculadora do filho, por meio da inserção da oração concessiva que apresenta uma ideia contrária à apresentada, ou seja, a informante acrescenta uma nova proposta.

A oração inserida, portanto, apresenta a função de introduzir informações adicionais, que não exatamente restringem o conteúdo da primeira oração, conforme afirma Barth (2000), já que não há uma oração a ser tomada como escopo, mas parecem preservar a face do informante.

Em alguns casos, podemos dizer que as orações concessivas independentes simplesmente acrescentam uma informação geralmente contrária à afirmada anteriormente, como podemos comprovar com mais uma ocorrência:

- (25) eu acho que esse negócio de droga / esse negócio da/a/as pessoa::s ... mais pobre é as que sofre mais:: ... **SOFRE MAIS** sofre mais eles num vai ... nos bai::le ... ver como que tá:: ...eles num dá uma assistên::cia ... nenhuma ... *esse ... Edinho – que é o prefeito de Rio Preto – é uma por::caria: ... eu:: n/ não votei ne::le ... eu votei no Mané::: ... e eu num sei: ... apesar que é tudo uma porcaria:: né?* ... mas eu acho que o Mané ia ser ... um pouco (menos ruim) que ele: ... por que eu acho que o Edinho num sabe fazer NADA: ... nada nada nada:: ... ele só que::r ir lá pra Brasília:: bem:: ... só que ir pra Brasília:lia ... pra ter o de::le ... pra tirar o dele: ... (AC-62-RO,393)

Em síntese, todas as orações concessivas, em português, podem apresentar diferentes funções a depender da posição que ocupam:

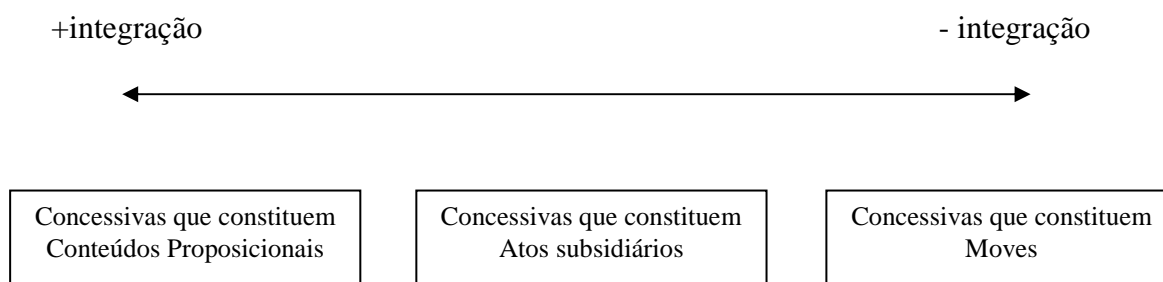
- (i) quando antecedem a oração que tomam como escopo, ou seja, constituem Conteúdos proposicionais, previnem possíveis objeções por parte do interlocutor;
- (ii) quando se pospõem à oração que tomam como escopo, ou seja, constituem Atos discursivos, podem desempenhar duas diferentes funções: correção do que foi dito anteriormente ou preservação de face;
- (iii) quando ocorrem independentes, ou seja, constituem Moves, desempenham a função de preservar a face ou introduzir informações novas contrárias ao que estava sendo dito.

5.4 Cline de sentencialização

Considerando os três tipos de relações concessivas encontradas em nossos dados: (i) Conteúdos proposicionais, quando antecedem a oração que escopam, (ii) Atos subsidiários, quando se pospõem à oração que tomam como escopo e (iii) Moves, quando ocorrem independentemente de outras orações, propomos um cline de sentencialização para as *orações concessivas* com base em Lehmann (1988).

Esse cline se inicia com as relações concessivas que constituem Conteúdos proposicionais e termina com as relações concessivas que ocorrem como Moves, passando pelas concessivas que constituem Atos subsidiários. As primeiras seriam as mais integradas e dependentes da oração a que se referem do que as últimas, que seriam as mais independentes, pois nesse caso a relação da concessiva com outras orações é discursiva.

Dessa forma, o *continuum* formado por essas relações concessivas com relação ao fator integração (da relação concessiva com relação à oração que toma como escopo) se apresenta da seguinte maneira:



O grau de integração é definido com base nos fatores analisados: (i) posição da oração concessiva com relação à principal; (ii) acidente prosódico entre as orações envolvidas; (iii) presença de Atos interativos (*né, entendeu, sabe*, etc.) na concessiva; (iv) identidade entre os participantes dos eventos envolvidos.

Uma relação concessiva que constitui um Conteúdo proposicional ocupa sempre a posição anterior à principal; não apresenta acidentes prosódicos (pausa, diferença de tessitura) entre a oração principal e dependente, já que constitui um único contorno entonacional. De modo geral, as ocorrências desse tipo de concessiva não apresentam Atos interativos. Os participantes da oração principal e da concessiva são idênticos. Essas características marcam uma relação de bastante dependência entre a oração concessiva e a principal, o que justifica a locação dessas orações no extremo esquerdo do cline proposto.

Diferentemente, quando a relação concessiva constitui um Ato discursivo subsidiário, localiza-se após a oração que toma como escopo. Há sempre acidente prosódico entre essas duas estruturas, que pode ser uma pausa ou um Ato Interativo, o que denuncia a existência de dois contornos prosódicos, um para a oração principal e outro para a concessiva. Isso confere independência à oração concessiva. Na maioria dessas ocorrências, não há identidade entre os participantes envolvidos. Essas propriedades conferem um caráter de maior independência entre as orações envolvidas.

As relações concessivas independentes, por sua vez, que constituem Moves, não apresentam uma oração principal para tomar como base. Isso é claramente marcado pela prosódia, pois essas concessivas apresentam um contorno entonacional próprio e uma tessitura mais baixa do que as porções textuais anteriores e posteriores. É muito comum também haver Atos interativos no início e/ou no final da oração concessiva, o que indica tratar-se de um Move. Tendo em vista tais propriedades, esse tipo de relação concessiva se apresenta como totalmente independente de outras orações (a dependência, nesse caso, é apenas discursiva), o que justifica sua localização no extremo direito do cline.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso objetivo de pesquisa consistiu em verificar se há uma diferença semântico-pragmática entre as várias conjunções que assinalam a relação concessiva, tendo como hipótese o fato de que essa diferença poderia estar relacionada aos níveis e camadas propostos pela Gramática Discursivo-Funcional.

Apesar de o marcador não ser o determinante dos Níveis e Camadas, pois a mesma conjunção pode introduzir relações concessivas que se aplicam a níveis e camadas distintos, algumas conjunções parecem estar se especializando em introduzir determinadas camadas. *Apesar de e mesmo*, por exemplo, introduzem, predominantemente, relações de concessão que constituem Conteúdos Proposicionais, portanto, no Nível Representacional; *apesar que, embora e mesmo que*, por outro lado, parecem estar se especializando em introduzir relações que constituem Moves, portanto, no Nível Interpessoal.

Nossos resultados mostram que a posição assumida pela concessiva é que indica a intenção do usuário da língua.

As orações antepostas à principal, tal como em [*eu... apesar de ver esse lado positivo dessa reserva de cotas...*] [*eu a princípio sou contra...*] (AC-82-RO,407), depende da oração que escopa para estabelecer-se. Crevels (2000b) denomina esses casos de Concessivas de Conteúdo (2º ordem) e afirma que, nesse caso, o estado-de-coisas descrito na oração concessiva forma um obstáculo, mas não impede a realização do estado-de-coisas descrito na oração principal. Observamos ainda, em nossos dados, que essa dependência entre as duas orações em questão é refletida na identidade entre seus participantes e também na prosódia, pois não se nota nenhum tipo de acidente prosódico entre as duas construções: não há pausas, mudança de tessitura ou contornos prosódicos, específicos para cada uma, há somente um

contorno prosódico que abrange as duas orações. Isso corrobora a afirmação de Crevels (1998, p. 135) de que, nas Concessivas de Conteúdo, deve haver um único contorno para a oração principal e subordinada para que o sentido concessivo se estabeleça. Na Gramática Discursivo-Funcional, essas relações concessivas constituem Conteúdos Proposicionais e se relacionam, portanto, à camada do Nível Representacional. A função discursiva dessas concessivas consiste em prevenir algum tipo de objeção por parte do interlocutor, como atesta o exemplo dado acima, em que *eu... apesar de ver esse lado positivo dessa reserva de cotas...* antecede qualquer contestação do interlocutor do tipo “mas há um lado positivo na reserva de cotas” ou “a reserva de cotas tem o seu lado positivo”. É importante ressaltar que essas concessivas podem ser introduzidas por diferentes conectores: *apesar de*, *apesar que*, *por mais que*, *embora*, *mesmo* ou *mesmo que*, com predomínio, nos dados analisados, de *apesar de* (53%).

O segundo tipo de concessiva ocorre posposto à oração principal, conforme exemplificado em: *ele era... alcoólatra e isso aí marcou muito apesar que hoje ele não é mais...* (AC-72-NE,18). De acordo com a Gramática Discursivo-Funcional, esses casos constituem Atos Discursivos subsidiários (que dependem de um outro Ato Nuclear) e se relacionam, portanto, à camada do Nível Interpessoal. Esse tipo de construção abrange o que Crevels (2000b) denomina de Concessivas Epistêmicas (3ª ordem) e Concessivas de Atos de fala (4ª ordem), pois estão ligadas a ideias e conclusões, e não a fatos. Diferentemente das concessivas que constituem Conteúdos Proposicionais, esse tipo de concessiva apresenta maior independência da oração que toma como escopo, o que reflete na não identidade entre seus participantes e também na prosódia dessas construções, pois observamos acidentes prosódicos entre a oração principal e a subordinada: cada oração apresenta seu próprio contorno prosódico, podendo haver diferenças de tessitura ou pausas entre elas. As funções discursivas desse tipo de concessão são a de correção do que foi dito anteriormente ou a de

preservação da face. Essas concessivas podem ser introduzidas pelas conjunções: *apesar de*, *apesar que*, *embora* e *mesmo*, com predomínio de *apesar de* (45%) e recorrência considerável de *apesar que* (26%).

O terceiro tipo de relação adverbial são as que ocorrem independentes, ou seja, não precisam tomar uma oração como escopo para se estabelecerem no discurso. Sozinhas, elas conseguem estabelecer sentidos, como atestado em “eles num dá uma assistên::cia ... nenhuma ... esse ... Edinho – que é o prefeito de Rio Preto – é uma por::caria: ... eu:: n/ não votei ne::le ... eu votei no Mané::: ... e eu num sei: ... **apesar que é tudo uma porcaria:: né?** ... mas eu acho que o Mané ia ser ... um pouco (menos ruim) que ele: ... por que eu acho que o Edinho num sabe fazer NADA: ... nada nada nada:: ... ele só que::r ir lá pra Brasília:: bem:: ... só que ir pra Brasí::lia ... pra ter o de::le ... pra tirar o dele: ...” (AC-62-RO,393). Esse tipo de construção geralmente é caracterizada por apresentar Atos interativos antes e/ou depois da concessão, conforme se pode observar no exemplo apresentado por meio do *né* no final da oração: **apesar que é tudo uma porcaria:: né?** A presença desses Atos interativos confirma o estatuto de Ato discursivo, de um Move, o que faz com que elas se relacionem ao Nível Interpessoal. Nesse caso, as concessivas são geralmente introduzidas por *apesar de*, *apesar que*, *embora*, *mesmo* e *mesmo que*, com predomínio de *apesar que* (34%) e um número considerável de *embora* (30%), *apesar de* (24%) e de *mesmo que* (10%). Essas concessivas, denominadas “desgarradas” por Decat (1999), parecem ser inserções parentéticas que o falante julga necessário do ponto de vista informacional. Após esse “parêntese”, notamos que há uma retomada do fio discursivo geralmente por meio do *mas* ou do *então*, que servem para restabelecer o fio discursivo interrompido por causa da inserção da concessão. Isso fica claro no exemplo dado acima: *mas eu acho que o Mané ia ser ... um pouco (menos ruim) que ele*. Esse tipo de concessão é claramente marcada na prosódia, pois há pausas ou diferenças de tessitura antes e após a estrutura concessiva. Essa característica de “parêntese” reflete na

função discursiva dessas concessivas, pois elas servem para introduzir informações adicionais ao que estava sendo dito. Essas informações adicionais são consideradas desvios tópicos na perspectiva da Gramática Textual-interativa (JUBRAN, 2006b).

As relações de concessão no português falado podem constituir Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional, e Atos ou Moves, no Nível Interpessoal.

As estruturas concessivas que constituem Moves são as mais recorrentes, responsáveis por 40% das ocorrências, enquanto as que representam Atos, 28% e Conteúdo Proposicional, 32%. Esses resultados revelam que o tipo mais utilizado pelo usuário do português é desconsiderado pela literatura, que trata apenas de concessivas que constituem Conteúdos Proposicionais.

A constatação de que a mesma conjunção pode introduzir relações concessivas em Níveis e camadas diferentes contraria as afirmações de Hengeveld (1996) e Crevels (1998), para as línguas europeias, de que as relações concessivas que constituem entidades mais baixas tendem a aparecer com verbos na forma não-finita e as concessivas que pertencem a entidades mais altas tendem a aparecer com verbos na forma finita (cf. Capítulo 2). De modo geral, isso é a norma; no entanto, uma conjunção como *apesar de* que, embora exija o verbo no infinitivo, pode introduzir relações que constituem Move (28%), Ato (31%) ou Conteúdo proposicional (41%). Podemos concluir, portanto, que a forma verbal finita ou não-finita não está diretamente relacionada à camada, como afirmam Hengeveld (1996) e Crevels (1998), mas à conjunção que a introduz.

O levantamento de dados mostra ainda que pode haver concessão não somente por meios oracionais, como aponta a gramática tradicional, mas também por meios não-oracionais. Nesses casos, a relação de concessão pode se dar por meio de sintagmas ou de advérbios. (1) confirma a relação concessiva por meio do sintagma *o sol*.

- (1) ela sofre mais então em vez de dar uma alface bem grandona ela da uma alface menor porque ela sofre mais...assim nas hortinhas comuns eu não sei as pessoas que tem UMA TECNICA [uma técnica] coisas assim...mas agora que chega a época do frio...como ah:: **apesar do sol a água esfria** e a terra é fria então a planta a raiz fica mais à vontade na terra...[sei] então essa época é a época que quando é frio se consome menos verdura e a verdura dá melhor... (AC-114-RP,477)

A relação concessiva em (1) é formada por meio do conector *apesar de* seguido do termo *o sol*, que antecede a oração principal *a água esfria*.

Os Sintagmas podem ou não tomar uma oração como escopo. Quando o fazem, podem se colocar antes ou depois dela, e se referem, assim como as orações, a níveis e camadas distintos. Se ocupam a posição anterior à oração principal, constituem Conteúdos proposicionais no Nível Representacional. Se ocupam a posição posterior à oração principal, constituem Atos Subsidiários no Nível Interpessoal. Os sintagmas podem aparecer também independentemente de outras orações, ou seja, podem constituir Atos Discursivos Nucleares.

O advérbio *assim* modificado pelos advérbios *mesmo* e *ainda*, retoma o contexto anterior e constitui, de acordo com a GDF, um Núcleo Vazio.

Com este estudo, esperamos, além de ter mostrado a aplicabilidade do modelo em camadas da Gramática Discursivo-Funcional, ter demonstrado ainda que a concessão não se resume às orações concessivas tradicionais, geralmente correspondentes à concessiva proposicional; muito pelo contrário, servem a intenções comunicativas distintas que se manifestam na conjunção escolhida, na forma (oracional, sintagmática ou adverbial) e posição assumida no contexto (anteposta, posposta ou independente).

REFERÊNCIAS

BARTH, D. "That's true, although not really, but still": expressing concession in spoken English. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 411-437. (Topics in English Linguistics, 33).

BECHARA, E. N. **Moderna gramática da língua portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BOSQUE MUÑOZ, M.; DEMONTE BARRETO, V. **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 1999.

BUENO, F. S. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.

BUTLER, C. S. Cognitive adequacy in structural-functional theories of language. **Language Sciences**, Amsterdam, v. 30, n. 1, p. 1-30, Jan. 2008.

_____. Focusing on focus: a comparison of functional grammar, role and reference grammar and systemic functional grammar. **Language Sciences**, Amsterdam, v. 27, n. 6, p. 585-618, Nov. 2005a.

_____. Functional approaches to language. In: BUTLER, C. S.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. L. A.; DOVAL-SUÁREZ, S. M. (Ed.). **The dynamics of language use: functional and contrastive perspectives**. Amsterdam: John Benjamins, 2005b. p. 3-17. (Pragmatics & Beyond, 140).

_____. **Structure and function: a guide to three major structural-functional theories**. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam: John Benjamins, 2003a.

_____. **Structure and function: a guide to three major structural-functional theories**. Part 2: From clause to discourse and beyond. Amsterdam: John Benjamins, 2003b.

_____; HENGEVELD, K. Functionalism. In: KABATEK, J.; KORTMANN, B. (Ed.). **Theories and methods in linguistics** (Wörterbücher der Sprach- und Kommunikationswissenschaft). Berlin: Mouton de Gruyter, 2009. Disponível em: <<http://www.home.hum.uva.nl>> Acesso em: 23 fev. 2009.

CAGLIARI, L. C. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. n. 23, p.137-151, 1992.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 28. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge: MIT Press, 1965.

COUPER-KUHLEN, E.; THOMPSON, S. A. Concessive patterns in conversation. In: _____; KORTMANN, B. (Ed.). **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 381-410.

CREVELS, M. **Concession: a typological study**. 2000. 191 f. Tese (Doutorado)-University of Amsterdam, Amsterdam, 2000a.

_____. Concession in spanish. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Ed.). **Functional grammar and verbal interaction**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 129-148.

_____. Concessives on different semantic levels: a typological perspective. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000b. p. 313-339. (Topics in English Linguistics, 33).

CRISTOFARO, S. **Subordination**. Oxford: University Press, 2003.

CUNHA, C. F. **Gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.

_____; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____; _____. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao “desgarramento”. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p.104-118, jul./dez. 2001.

_____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, jan./jun. 1999.

DIK, S. C. **Functional grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1980.

_____. **The theory of functional grammar**. Pt I: The structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

_____. **The theory of functional grammar**. Pt I: The structure of the clause. New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. **The theory of functional grammar**. Pt II: Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

_____. et al. The hierarchical of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Ed.). **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam: John Benjamins, 1990. p. 25-70.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1990. v. II.

GOFFMAN, E. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Anchor Books, 1967.

GONÇALVES, S. C. L. G. **Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista**. Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>> Acesso em: 21 mar. 2010.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Ed.). **Syntax and semantics**. v. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

GÜNTNER, S. From concessive connector to discourse marker: the use of *obwohl* in everyday german interaction. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000, p. 339-468. (Topics in English Linguistics, 33).

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HARDER, P. Subordinators in a semantic clause structure. In: VAN DER AUWERA, J.; DEVRIENDT, B.; GOOSSENS, L. (Ed.). **Complex structures: a functionalist perspective**. New York: Mouton de Gruyter, 1996. p. 91-118.

HARRIS, M. Concessive clauses in english and romance. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 71-99.

HASPELMATH, M.; KÖNIG, E. Concessive conditionals in the languages of Europe. In: VAN DER AUWERA, J. **Adverbial constructions in the languages of Europe**. New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN DER AUWERA, J. **Adverbial construction in the languages of Europe**. New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

_____. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.). **A new architecture for functional grammar**. New York: Mouton de Gruyter, 2004a. p. 1-21.

_____. Dynamic expression in FDG. In: GROOT, C. D.; _____. **Morphosyntactic expression in Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. (FGS, 27).

_____. Epilogue. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.). **A new architecture for functional grammar**. New York: Mouton de Gruyter, 2004b. p. 363-378.

_____. The internal structure of adverbial clauses. In: VAN DER AUWERA, J.; DEVRIENDT, B.; GOOSSENS, L. (Ed.). **Complex structures: a functionalist perspective**. New York: Mouton de Gruyter, 1996. p. 119-147.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Ed.). **The Oxford handbook of linguistic analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 367 a 400. Disponível em: <<http://www.home.hum.uva.nl>> Acesso em: 20 mar. 2009.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Interpersonal functions, representational categories and syntactic templates in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.). **Studies in Functional Discourse Grammar (Linguistic Insights)**. Berne: Peter Lang, 2005.

HOUAISS, A. (Ed.) **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KÖNIG, E. Concessive clauses. In: ASHER, R. E. (Ed.). **The encyclopedia of language and linguistics**. Oxford: Pergamon, 1994. v. 2, p. 679-681.

_____. Conditionals, concessive conditionals and concessives: areas of contrast, overlap and neutralization. In: TRAUGOTT, E. et al. (Ed.). **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 229-246.

_____. On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. **Lingua**, Amsterdam, v. 66, n. 1, p. 1-19, 1985.

_____. Where do concessives come from? On the development of concessive connectives. In: FISIAK, J. (Ed.). **Historical semantics. Historical Word-formation**. New York: Mouton de Gruyter, 1995. p. 263-282.

_____; SIEMUND, P. Causal and concessive clauses: formal and semantic relations. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 341-360. (Topics in English Linguistics, 33).

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. In: _____.; KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006a. p. 301-357.

_____. Tópico discursivo. In: _____.; KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006b. p. 89-131.

_____.; KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, H. J. (Ed.). **Discourse and pragmatics in Functional Grammar**. New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 181-225.

LÓPEZ GARCÍA, A. **Gramática del Español: la oración compuesta**. Madrid: Arco libros, 1994.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MARTÍNEZ CARO, E. M. **Funciones pragmáticas, orden de constituyentes y acentuación en inglés y español: estudio de cópua**. 1995. 420 f. Tese (Doutorado em Filologia Inglesa)-Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1995.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. As construções concessivas. In: _____. **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. v.VII, p. 545-591.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: EdUnesp, 2000.

OLIVEIRA, T. P. **As conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. 2008. 155 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

PÉREZ QUINTERO, M. J. **Adverbial subordination in English: a functionalist approach**. Amsterdam: Rodopi, 2002.

PEZATTI, E. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Editora Cortez, 2004. p. 165-218.

PUENTE, C. M. **La expresión de la concesividad en latín clásico: su análisis y distribución sintáctica**. 1998. 371 f. Tese (Doutorado em Filologia Latina)-Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1998.

SOUZA e SILVA, M. C.; KOCH, I. G. V. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. São Paulo: Cortez, 1986.

SWEETSER, E. E. Conjunction, coordination, subordination. In: SWEETSER, E. E. **From Etymology to Pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge, Cambridge Universe Press, 1990.

TENANI, L. E. O fenômeno da parentetização na fala. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v. 26, p. 787-793, 1997.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 497-527.

VAN DER AUWERA, J. **Adverbial construction in the languages of Europe**. New York: Mouton de Gruyter, 1998.

_____; KÖNIG, E. Clause integration in German and Dutch conditionals, concessive conditionals, and concessives. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 101-133.

VERHAGEN, A. Concession implies causality, though in some other space. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Ed.). **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 361-380. (Topics in English Linguistics, 33).

Autorizo a reprodução deste trabalho

São José do Rio Preto, 20 de maio de 2010.

TALITA STORTI GARCIA